



CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

REVISTA PIBIC 2021



Universidade
Federal
Fluminense



CNPq

propipi

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Considerações sobre o posicionamento socioambiental dos gestores de equipamentos de hospedagem em Paraty, RJ.

Autores: Lucas Martins Manes; Wilson Martins Lopes Júnior.

E-mail: lucasmanes@id.uff.br

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Geografia e Políticas Públicas – DGP, UFF de Angra dos Reis, RJ.

INTRODUÇÃO:

O município de Paraty está localizado no sul do estado do Rio de Janeiro, na divisa com o estado de São Paulo. Sua economia, ainda que de maneira geral seja centrada no turismo e na prestação de serviços, possui em menor escala, contribuições da agropecuária, agricultura e do setor industrial (IBGE 2020).

Paraty se destaca pela biodiversidade e preservação ambiental do bioma Mata Atlântica, deste modo, oferecendo elementos naturais para a atividade turística. Contribui Paiva (1995, p.51) ao afirmar que: “Os ambientes naturais constituem cada vez mais motivações turísticas, sobrepondo-se na maioria das vezes, a outros tipos de atrações.”

De acordo com Oliveira (2005, p.150), Paraty “[...] é considerado um dos mais importantes polos turísticos do Brasil. Área turística de alcance internacional, [...] possui uma grande variedade de atrativos [...]”. Nesta perspectiva, destaca-se o Centro Histórico de Paraty como o maior atrativo turístico do município, seguido pela Vila de Trindade com a suas praias e a comunidade caiçara. No entanto, segundo Seara (2003) o turismo em sua prática é

responsável por impactos socioambientais. Em consequência das atividades turísticas, os equipamentos de hospedagem são potenciais poluidores, pois segundo Schenini, Lemos e Silva (2012, p.2), estes “[...] usam recursos naturais e, ao utilizá-los, provocam sua redução, representando significativo impacto ambiental. Impactos também decorrentes do lixo gerado, dos equipamentos, dos produtos de uso diário, de efluentes líquidos misturados com detergentes e outros dejetos orgânicos lançados em mares e rios.”

Nesse contexto da temática ambiental nos equipamentos de hospedagem, emerge esta pesquisa, cujo objetivo é analisar os meios de hospedagem e os posicionamentos dos seus gestores diante das questões socioambientais em Paraty, RJ. Para tanto, adotou-se o método qualitativo, além de pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas, serão realizadas com os gestores dos meios de hospedagem, com a intenção de entender como estão orientados em relação a questão ambiental. Ou seja, identificar possíveis ações sustentáveis adotadas, assim como as dificuldades em implementá-las.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Esta pesquisa encontra-se em fase preliminar. Contudo, as pesquisas bibliográficas sobre as temáticas que compreendem o meio ambiente, o turismo e Paraty, já foram iniciadas. Foi possível identificar a complexidade da atividade turística, os diferentes setores compreendidos, a relevância da discussão ambiental e a sustentabilidade para o turismo. Por fim, percebeu-se a importância econômica da prática turística em relação aos elementos naturais para o município pesquisado, além do seu centro histórico como principal atrativo.

Na próxima fase, será determinada a amostragem dos equipamentos de hospedagem a serem pesquisados, assim realizando-se as entrevistas semiestruturadas.

CONCLUSÕES:

Como a pesquisa encontra-se em fase inicial, ainda não há resultados. Mas, nas próximas etapas da realização dessa pesquisa, assim como em sua conclusão, acredita-se compreender o posicionamento dos gestores dos equipamentos de hospedagem em relação as questões de ordem ambiental e o turismo sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

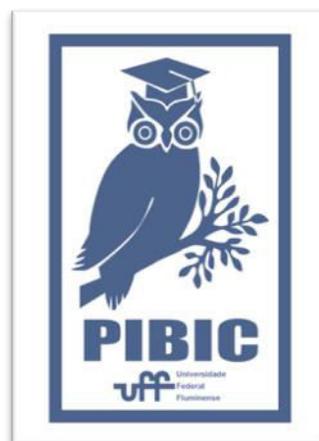
IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/pesquisa/38/46996?tipo=cartograma&indicador=47006&ano=2011>. Acesso em: 8 jun. 2021.

OLIVEIRA, C. A. Turismo em áreas “menos desenvolvidas”: caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico da Vila de Trindade, município de Paraty, RJ, Brasil. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. 3 (1), 149-169. 2005.

PAIVA, M.G.M. **Sociologia do turismo**. 8. ed. Campinas, São Paulo: Papius, 1995.

SEARA, L. Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. *In*: CUNHA; GUERRA (orgs.). **A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SCHENINI, P. C.; LEMOS, R. N.; SILVA, F. A. da. Sistema de Gestão Ambiental no Segmento Hoteleiro. **Revista Eletrônica Intr@ciência**. Faculdade de Guarujá. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531143126.pdf. Acesso em: 13 de junho de 2021. p. 1-18.





Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Mulheres Negras: o retrato da precarização na catação de recicláveis

Autores: Tatiane Leite Soares e Érica Terezinha Vieira de Almeida

Departamento de Serviço Social Universidade Federal Fluminense/ NETRAD

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho busca entender o trabalho do catador de materiais recicláveis que tem, dentre outras, a função de reduzir os danos ambientais, uma vez que a coleta de materiais recicláveis contribui para a redução dos resíduos sólidos que seriam aterrados, jogados nos cursos d'água e/ou depositados em lixões. No entanto, o que se busca sinalizar neste resumo, com mais ênfase, é o significado social desta ocupação tradicionalmente composta por ex-trabalhadores rurais expropriados do campo e por aqueles com dificuldades de se integrar ao mercado de trabalho formal. Portanto, trata-se do direito ao trabalho (NASCIMENTO, CABRAL, 2019, ALMEIDA, 2015). De acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2014), as mulheres são a maioria entre os catadores e catadoras; elas representam 70% desta categoria, sinalizando também a feminização deste trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2007). Concebida como uma relação de poder entre os gêneros feminino e masculino, a divisão sexual do trabalho, historicamente, associada à divisão social e étnico racial do trabalho, vem hierarquizando o

mundo do trabalho, definindo papéis e atividades de menor prestígio e mal remuneradas às mulheres, particularmente, às mulheres negras (VALLIN, DIAS, 2017 apud CHERFEM, 2014., KERGOAT, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As reflexões são frutos da pesquisa bibliográfica e da discussão dos textos de referência, das reuniões presenciais com as líderes das quatro cooperativas de materiais recicláveis do município e, também, das visitas às cooperativas e aplicação parcial de questionários, sempre mantendo os cuidados necessários quanto à pandemia da COVID-19. No entanto, é importante destacar a suspensão da pesquisa de campo com o avanço da nova variante no município, postergando a continuidade das entrevistas semi-estruturadas com as catadoras cooperadas das Cooperativas. Estas entrevistas têm como ênfase as representações e vivências das catadoras sobre a divisão sexual do trabalho e a relação entre feminização e pobreza, destacando as suas trajetórias de trabalho e o seu cotidiano nas cooperativas. Isso implica em

destacar os conflitos experimentados nas mesmas, assim como, as formas de resolução desses conflitos alguns deles relativos à difícil relação entre trabalho produtivo e o trabalho do “cuidado”, na esfera da reprodução social.

Cabe destacar que, embora o trabalho de catação, nas ruas e nos lixões, historicamente, seja considerado um trabalho informal, ele constitui a primeira etapa da cadeia de reciclagem; aquela mais precarizada, insalubre e desprotegida socialmente. Nesse sentido, como maioria na catação, as mulheres constituem a principal força de trabalho desta atividade ainda muito marcada pela precarização e pela superexploração (ALMEIDA, 2021). E mais, responsáveis pela reprodução social de sua família, essas mulheres ocupam, ao mesmo tempo, a esfera produtiva e a reprodutiva, relativa às atividades do “cuidado” com a casa, com os filhos, com o companheiro, dentre outros. (KERGOAT, 2007). Além desta dupla jornada de trabalho a que estão submetidas, a feminização (CHERFEN, 2016) da reciclagem tem alertado para o aprofundamento das relações entre pobreza, gênero feminino e racismo, visto que 66,1% do total de trabalhadores é negros/as (VALLIN, DIAS, 2017 apud CHERFEM, 2014., KERGOAT, 2010). Sendo assim, a catação como um trabalho informal e precarizado acaba sendo fonte de procura por mulheres negras em situação de vulnerabilidade, uma vez que não exige qualificação profissional.

CONCLUSÕES:

Em vista disso, os aspectos ligados ao gênero e à raça cumprem um importante papel na construção desta pesquisa, já que as mulheres negras são as principais vítimas da desigualdade no mercado de trabalho. Dessa forma, interessa aprofundar as interfaces entre a precarização e feminização do mundo do trabalho, a partir da reflexão da autogestão coletiva do trabalho nas cooperativas de catadores de Campos.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à oportunidade do espaço cedido para meu desenvolvimento intelectual e de respostas para mulheres catadoras, com as quais estou fortalecendo meu vínculo como aluna e graduação e bolsista de desenvolvimento acadêmico neste projeto de pesquisa. Agradeço, também, à Organização deste Seminário pelo espaço para apresentação da minha pesquisa e à UFF pelo financiamento, apoio e acolhida. Agradeço a minha orientadora, Érica Terezinha, por todo o esforço e dedicação, sobretudo os incentivos e palavras de carinho, sendo principal ponto de apoio..



Ciências Sociais Aplicadas

Entre a preservação e a renovação na cidade contemporânea: dinâmicas da Área Central Carioca

**Bruno Neto Freire (Bolsista PIBIC-PD/UFF), Guilherme Meirelles
Mesquita de Mattos (Pós-Doutorando PPGAU/UFF), Andréa da
Rosa Sampaio (Orientadora IC/Supervisora Pós-Doutorado)
TAR e PPGAU – Escola de Arquitetura e Urbanismo**

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa “Entre a Preservação e a Renovação Urbana: A Dimensão Urbanística da Salvaguarda do Patrimônio Cultural na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro”, desenvolvida no PPGAU/UFF como investigação pós-doutoral, e contemplada com bolsa PIBIC-PD/UFF para apoio a pós-doutorandos. A pesquisa investiga os embates e diálogos entre as ações de preservação do patrimônio cultural edificado e aquelas direcionadas à renovação do tecido urbano, na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo o papel fundamental destas forças na estruturação da sua forma contemporânea. A investigação fundamenta-se na compreensão da cidade contemporânea como resultante do acúmulo de processos históricos, como a sucessão de projetos urbanísticos e ações de salvaguarda. Destacam-se os efeitos da proteção patrimonial na forma urbana, analisando a interferência das práticas de preservação nas propostas urbanas, e como estas ações modificaram as idealizações de futuro da cidade. Em um processo inverso, contemplam-se as proteções motivadas pela ameaça das propostas renovadoras.

A investigação articula-se ao projeto da supervisora de pós-doutorado, intitulado “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro”. Em ambas as pesquisas, ferramentas do campo do geoprocessamento, como as plataformas SIG (Sistemas de Informação Geográfica), são adotadas para interpretar a trajetória urbanística e da salvaguarda patrimonial da Área Central Carioca. Como um produto das investigações, destaca-se o aplicativo web “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro” (<http://atlasrio.maps.arcgis.com>), que registra, em mapa, bens tombados e áreas de preservação, articulados à superposição de bases cartográficas e projetos urbanísticos históricos. Ancorado no referido aplicativo, como produtos desenvolvidos a partir da bolsa PIBIC-PD/UFF, destacam-se casos exemplares dos embates entre a preservação e a renovação na Área Central Carioca. Esses destaques são narrativas em formato de *story maps*, ferramentas interativas do ArcGIS Online que possibilitam articular cartografia e modelagem volumétrica a sínteses textuais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Como resultados, destacam-se dois casos exemplares para a investigação dos conflitos entre preservação e renovação da Área Central do Rio de Janeiro, transformados em narrativas dinâmicas, que são:

1. O projeto da Av. Norte-Sul e os tombamentos no entorno do Largo de São Francisco de Paula (concluído);
2. O projeto da Av. Presidente Vargas e as ações de salvaguarda em seu entorno (em desenvolvimento).

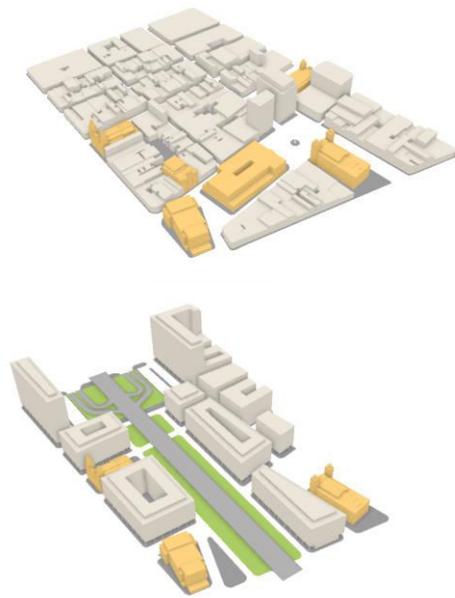
O trabalho teve início com a coleta e sistematização dos projetos de alinhamento (PAAs) relativos à Av. Norte-Sul, a partir de consulta a bibliografia especializada, que enumera os projetos cronologicamente. Tendo categorizado os documentos competentes às ruas que seriam de alguma forma afetadas pela proposta da avenida, foi feita uma consulta a seus PAAs na plataforma virtual da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro, catalogando-os em uma planilha por ordem cronológica, junto a memorandos e ofícios dos processos de tombamento dos bens ameaçados pelo projeto, como a Escola de Engenharia, a Rua da Carioca e o Real Gabinete de Leitura Portugêses.

O projeto da Av. Norte-Sul. Tombamento da antiga Escola de Engenharia, do Real Gabinete Português de Leitura, e do Conjunto da Rua da Carioca.

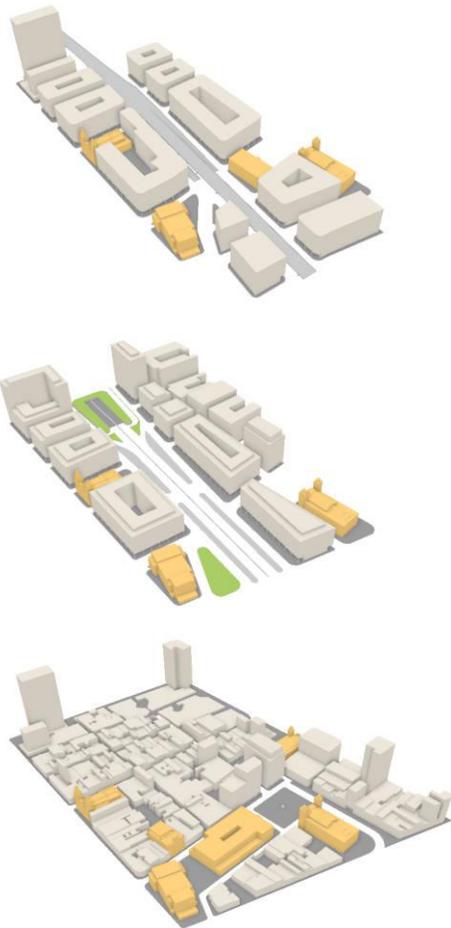
Data:	Documento:	Detalhes:	Observações:	Legitimidade:	PAA para Consultar no SIBURJ
12/11/1941	PAA nº 21	Projeto de alinhamento de Rua L. cor de Carmo		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 22	Projeto de alinhamento e prolongamento de Rua Urubiana - bairro Passos		BOA	BOA
12/11/1941	Decreto nº 4016	Agência PAA nº 14 de 1941		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 23	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 24	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 25	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 26	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 27	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 28	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 29	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 30	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 31	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 32	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 33	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 34	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 35	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 36	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 37	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 38	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 39	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 40	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 41	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 42	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 43	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 44	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 45	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 46	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 47	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 48	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 49	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 50	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 51	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 52	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 53	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 54	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 55	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 56	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 57	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 58	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 59	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 60	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 61	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 62	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 63	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 64	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 65	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 66	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 67	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 68	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 69	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 70	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 71	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 72	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 73	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 74	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 75	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 76	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 77	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 78	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 79	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 80	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 81	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 82	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 83	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 84	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 85	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 86	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 87	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 88	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 89	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 90	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 91	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 92	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 93	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 94	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 95	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 96	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 97	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 98	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 99	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA
12/11/1941	PAA nº 100	Projeto de alinhamento de Rua de Carioca		BOA	BOA

Imagem 01: Detalhe da Planilha

Em seguida, foi feita a seleção dos projetos de alinhamento mais importantes referentes à proposta da Av. Norte-Sul, os PAAs n° 5029 (1949), n° 5407 (1950) e n° 8944 (1970), além de outros que auxiliariam na caracterização da área onde a avenida seria implantada junto de suas quadras adjacentes. Com base nos estudos dos PAAs, entendendo os processos que constituiriam a construção da avenida e os de gabaritos das suas edificações, buscou-se produzir modelos volumétricos na plataforma ArcGIS e em outros softwares de modelagem 3D, com a finalidade de registrar as transformações que ocorreriam com a execução dos projetos. Em paralelo, foram desenvolvidas as volumetrias com base na cartografia e iconografia histórica para a cidade existente, além de modelos do patrimônio edificado, buscando compreender a relação entre as medidas de salvaguarda e a renovação do tecido urbano.



Imagens 02 e 03: Volumetria conjectural para 1950 e do PAA n° 5029 de 1949

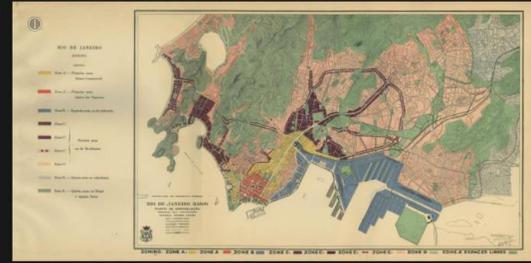


Imagens 04, 05 e 06: Volumetrias do PAA n° 5407 de 1950, PAA n° 8944 de 1970 e da cidade existente (2021).

Todo o material produzido foi convertido e sintetizado na elaboração da construção de narrativas em *story maps* no ArcGIS Online. Mesmo com limitações de composição formal e estética do corpo das histórias, a ferramenta de criação dos *story maps* consegue com qualidade articular textos sínteses que descrevem os embates entre a preservação e a renovação urbana do centro da cidade do Rio de Janeiro com imagens históricas, material iconográfico, bases cartográficas e modelagem volumétrica interativas a fim de contextualizar de forma dinâmica os acontecimentos históricos.

A Esplanada de Santo Antônio e o projeto da Av. Norte-Sul

No Plano Agache, a área do Morro de Santo Antônio (a ser demolido), e o tecido urbano adjacente do entorno do Largo de São Francisco de Paula, seria incorporado à Zona de Negócios da cidade, direcionando uma ocupação intensa e verticalizada (AGACHE, 1930). Em termos das propostas viárias, destacava-se o alargamento da Av. Passos, no entorno do Largo de São Francisco, e o prolongamento da avenida em direção à Esplanada a ser conquistada com o arrasamento do Morro, culminando em um amplo largo de formato quadrangular. Apenas parte do Morro de Santo Antônio seria preservada, referente ao Convento e Igreja de Santo Antônio, e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.



Agache Zoneamento (1930).



PAA n° 3812 (1943) Av. Diagonal - Marcação do único edifício construído, o Edifício Moraes Júnior.



PAA n° 7494 - Encontro entre a Avenida Presidente Vargas e Avenida Diagonal (1959).

A não-concretização da Av. Diagonal pode estar associada à ascensão do arquiteto Afonso Eduardo Reidy, em 1948, à chefia do órgão sucessor do Serviço Técnico do Plano da Cidade: o Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal. Enquanto diretor, Reidy, em conjunto com o arquiteto Henrique de Andrade e Silva, desenvolveu planos que contemplam tanto a Esplanada de Santo Antônio, quanto o Alferro a ser construído com as terras do morro arrasado (Alferro Glória Flamengo). Tal como no plano de Saboya Ribeiro,

Imagens 08 e 09: Detalhes do *Story Map* da Av. Norte-Sul

CONCLUSÕES:

O estudo das transformações que acometeram conflitos entre a preservação do patrimônio edificado e as forças da renovação urbana na Área Central Carioca, tem um importante papel na estruturação do seu traçado contemporâneo. Com ele busca-se compreender a cidade e os conflitos dos interesses transformadores da dinâmica atual a partir do acúmulo de processos

em solo carioca. Valendo-se de ferramentas tecnológicas, esta compreensão histórica da cidade contemporânea contribui para refletir e orientar o seu projeto de futuro, reconhecendo o potencial qualificador do patrimônio cultural como um legado a ser garantido para as próximas gerações.

AGRADECIMENTOS:

Agradecimentos à EAU e à UFF, lugar de produção, compartilhamento, disseminação e de transmissão de conhecimento científico e tecnológico por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão; e aos responsáveis pela pesquisa, o pós-doutorando Guilherme Meirelles e a professora orientadora Andréa Sampaio, que demonstraram compromisso com os destinos da educação de qualidade.



Ciências Sociais Aplicadas

Arquitetura da Violência: Regulações de uma ordem privada e consolidação de uma nova sociabilidade urbana excludente.

Orientadora: Sonia Maria Taddei Ferraz

Autora: Desirée Bastos Matta.

Escola de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

A proposta neste texto é apresentar uma atualização da pesquisa que tem acumulado um acervo de mídia e imagens, que se oferece para uma permanente para novas análises. O medo agora é da Covid! A violência é a da contaminação. Assim, atualizar as reflexões e análises é buscar os desdobramentos da pandemia de Covid-19 sobre os aspectos da vida urbana, com base no amplo noticiário e dados institucionais.. A abordagem será de dois aspectos da ocupação dos espaços urbanos: de um lado o crescimento da ocupação das calçadas e “buracos” urbanos pela população sem teto e faminta expulsa de casa pela perda da renda, dos direitos e pelo necessário enfrentamento da arquitetura antimendigo. De outro lado, o aumento da sofisticação do auto confinamento das elites financeiras enriquecidas durante a pandemia, com o crescimento de um arsenal de equipamentos e elementos para sua pretensa proteção contra a Covid-19 e outros tipos de violência, expandindo a “arquitetura antimendigo” para além dos limites territoriais privados, sobre o espaço que é público. No atual quadro pandêmico e de avanço do neoliberalismo, com a ausência de políticas públicas de bem estar, as intervenções

- ou ausência delas - expressam e conformam o espaço urbano como resultado da reestruturação do capital para potencialização da sua acumulação, da agudização da desigualdade apoiada na gestão perversa dos “indesejáveis”, temperada com rajadas de discursos obscurantistas que alimentam a aporofobia, as necropolíticas e as ações justiceiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O novo milênio apontava para um crescimento mundial da população vivendo nas cidades, com uma taxa de urbanização mundial de 65%. Governar democraticamente as cidades se apresentava como desafio para a humanidade. Significaria intervir na realidade, com históricos processos de crescentes urbanização, degradação ambiental e alargamento da privatização dos espaços públicos, gerando empobrecimento, exclusão e segregação social e espacial, que refletem na paisagem a profunda oposição de classes.

Nesse quadro não estava prevista a Pandemia de Covid 19.. Boaventura de S.Santos afirma, em seu recente livro, que “O Futuro Começa Agora” e o século XXI estaria, expressivamente, começando com a Pandemia. Ela trouxe mudanças radicais ao cotidiano das pessoas e

das cidades. Muitos comportamentos mudaram e talvez de forma permanente. Segundo o autor, “o vírus agravou cruelmente as desigualdades e as discriminações de que são feitas as sociedades contemporâneas” e o capitalismo fez o de sempre: transformou essa tragédia em negócio. Uma tragédia que exacerbou os privilégios das classes dominantes e as carências das classes populares.

É na observação e análise da materialidade habitacional e urbana que será possível identificar o movimento das oposições. A casa - como objeto central da vida e dos comportamentos nas cidades, reflete a organização econômica e social em cada momento histórico. A casa, durante a pandemia, se tornou o espaço privilegiado do isolamento social necessário ao controle da contaminação. A palavra de ordem sanitária, para quem tem e para quem não tem casa, passou a ser “FIQUE EM CASA!”. Segundo Bonduki, neste momento “a moradia torna-se o lugar central da vida familiar, profissional e social. Passa a ser o lugar da do trabalho, do estudo, do lazer, dos exercícios físicos, do relacionamento social. Por essa razão, o direito a habitação ganha enorme centralidade”. (FSP, 01/04/2021)

O desejo de segurança incorporou o medo da contaminação, portanto, mais medo do “outro”, e exacerbou as estratégias de isolamento da classe média e das elites. Paralelamente ficou ao léu, ao relento, sem abrigo e vulnerabilizados, os excluídos de sempre. Se, de um lado, a pandemia revelou, pela voz empresarial¹, que o desconforto dos brasileiros pode ser oportunidade de negócios para eles,

¹ O G1 Seu Dinheiro, 28/01/21:

de outro, 14,4 milhões de pessoas estão desempregadas (5 milhões desalentadas), vítimas de necro-políticas econômicas e sanitárias que predominam neste trágico período:

Desemprego no Brasil atinge recorde de 14,4% no trimestre encerrado em agosto, diz IBGE

El País, 22/04/2021

G1,
31/10/20

As vítimas esquecidas da covid-19: cem milhões de pobres a mais

**'Distanciamento de luxo'
intensifica mercado de iates
em Dubai**

FSP, 14/06/2021

**Mercado imobiliário de alto luxo
está em alta após a pandemia**

OGLOBO,
01/03/21

Figura 01.: Aumento da miséria x distanciamento de luxo²

O Brasil entrou em 2021 com mais miseráveis do que na década anterior e a estimativa é de que atualmente mais de 125 milhões de brasileiros estejam vivendo com insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, em outubro de 2020 os jornais já informavam que, durante a pandemia, “ricos ficam mais ricos, em metade das regiões metropolitanas do Brasil”³. A procura por bunkers de luxo aumentou em 2000 %, para garantir o seu isolamento sanitário. Em outubro de 2020 o mercado de compra de ilhas já havia disparado e já sobrecarregava corretores imobiliários.

**Censo mostra que Rio tem mais de
7 mil pessoas em situação de rua**

G1,
31/12/2020

² G1, 30/10/20:

El País, 22/04/21:

Folha de São Paulo, 14/06/21:

OGLOBO, 01/03/21:

³ Folha de São Paulo, 21/10/20:

Mais de 125 milhões de brasileiros vivem insegurança alimentar na pandemia, aponta estudo

OGLOBO, 13/04/2021

Bilionários ficaram US\$ 5 trilhões mais ricos em meio à pandemia de Covid-19

CNN,
06/04/2021

Crise? Que crise? Mesmo com pandemia, carros de luxo têm explosão de vendas

OGLOBO, 28/05/2021

Figura 02: contraste entre o empobrecimento dos mais pobres e o enriquecimento dos mais ricos.

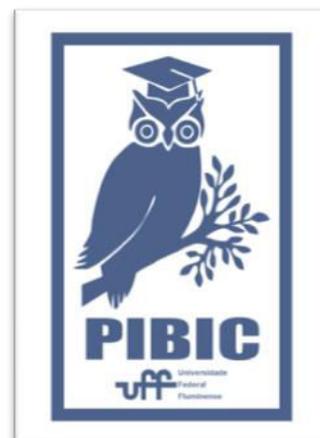
Neste quadro, nossa busca por condições necessárias para vivermos plenamente pressupõe o combate aos modelos de sociedade com elevados padrões de concentração de riqueza e de poder, usufruídos por um reduzido número de pessoas. Esse quadro, no entanto, deve ser percebido considerando a dimensão global da pandemia de 2020 com perspectiva de longa duração, o que promove a reorganização do capital através das inúmeras desincumbências do Estado, da privatização de serviços essenciais, da desregulamentação e da terceirização no mundo do trabalho e o abandono de parte da população à própria sorte, à solidariedade alheia e ao desmonte dos serviços públicos de saúde e ao desaparecimento das políticas habitacionais.

É neste quadro que vão sendo processados novos esquadriamentos e novas regulações excludentes na cidade, dadas pelo recente conjunto de necropolíticas que atingem os mais pobres e as políticas públicas de segurança nas áreas nobres, que confinam e controlam e expulsam mendigos, miseráveis, sem teto e favelas, com o apoio financeiro de grandes empresários, o que só reafirma e aprofunda a mesma realidade.

AGRADECIMENTOS:

À Universidade Federal Fluminense.

À FAPERJ e
CNPQ.



CONCLUSÕES:



Ciências Sociais Aplicadas

MULHERES EM MOVIMENTO – Resistências no acirramento da militarização do espaço urbano

Thalyta Santos Rocha Figueiredo

Departamento de Serviço Social – Escola de Serviço Social –

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e

Serviço Social (TEIA).

INTRODUÇÃO:

O projeto investiga as formas de resistência de mulheres moradoras de favelas da cidade do Rio de Janeiro (RJ). Através deste reconhecemos a formação de grupos, redes de apoio, de cuidado e de articulações de mulheres que buscam não só denunciar as violações sofridas, mas também que construíram a qualificação do que pode ser conhecido como *violência institucional*¹ promovida pelo Estado em territórios de favelas e periferias, manifestada pela crescente militarização do espaço urbano como expressão do aprofundamento da crise estrutural do capital (MÉSZAROS, 2012). Foram consideradas as favelas e regiões periféricas ocupadas por e/ou expostas a permanentes incursões de forças policiais e militares (como Manguinhos e regiões periféricas da metrópole). O debate parte da compreensão da constituição histórica da formação social radicalmente sexista e generificada como determinação fundante da

¹ Termo que é tematizado inicialmente no campo da saúde a partir de denúncias de assédios e violências cotidianas no setor da saúde e é entendido como “a violência praticada por órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa dos cidadãos” (LADEIA et all, 2016).

ocupação e do uso do espaço urbano na contemporaneidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Diante da crise econômica e da pandemia referente ao COVID-19, algumas das iniciativas de resistência encontram desafios de articular ações estruturais, emergenciais e de enfrentamento ao tema aqui exposto. Mesmo nesse contexto, os movimentos de favela, periferias e de direitos humanos reagiram fortemente às incursões policiais às favelas.

Através do projeto foi possível avançar nas premissas conceituais sobre o impacto da militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro na vida das mulheres negras em favelas nas últimas décadas. É importante ressaltar em nossa pesquisa a leitura não universalizante / idealizada da forma específica instituída na militarização, na medida em que esta nunca se conformou com uma identidade homogênea. Especialmente a partir do período pré-moderno, em que se considera em cada cultura e sociedade como quem é o inimigo ou aquele (a) que atravança a ordem e ameaça o progresso. Seu exercício possui impactos diversos quanto aos sexos, identidades de gênero, vivências de sexualidades e afetos, raças, sendo geracional e expressando valores regionais e culturais distintos.

Entendemos que a estrutura militarizada e violenta é a forma civilizatória desta sociabilidade, inerente à dimensão coercitiva do Estado liberal, que tem o monopólio da força cumprindo um papel central na reprodução de relações desiguais.

A violência institucional é um conceito que passa a integrar nossa reflexão a partir do movimento concreto do real. O termo nomeia um conjunto de práticas multifatoriais no âmbito das instituições marcadas por relações interpessoais opressivas, desiguais e assimétricas, de desumanização de uma das partes. Entendemos que as instituições não são neutras, nem procedem do âmbito das impessoalidades, como se estivessem acima de todas (os/es) e voltadas a uma vaga noção de “bem comum”.

Historicamente, são conhecidas as mulheres que integram o movimento das Mães de Manguinhos (no bairro de Manguinhos) que se organiza nacionalmente com diferentes coletivos, como as Mães de Maio de São Paulo (SP). O movimento de mulheres Teia de Solidariedade que tem se articulado no vasto território da Zona Oeste (RJ) construindo ações de ajuda mútua e fortalecimento de famílias da região no contexto da pandemia e do acirramento da crise capitalista. As Mulheres que acontecem, do Morro do Salgueiro, no bairro da Tijuca (RJ), que em 2020 criaram uma rede de apoio e suporte às famílias na pandemia, na medida em que têm sido praticamente inexistentes ações protetivas e de suporte assistencial pelo Estado e do Governo Federal. Na Maré, o coletivo Elas por elas compõem a Rede de Apoio às Mulheres da

Maré no enfrentamento às mulheres em situação de violência doméstica. Na região metropolitana, a Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense, criado em 2005 após trágico evento conhecido como a Chacina da Baixada Fluminense, realizada por policiais. As moradoras do Complexo do Viradouro (Niterói-RJ), no Morro da União, ocupado pela polícia, criam a campanha “#Lar de moradora, respeite”, como forma de denunciar a truculência policial no cotidiano de suas vidas. Esses são alguns exemplos de articulações e coletivos de mulheres que vivem em favelas e periferias que têm enfrentado sistematicamente a violência institucional e o cotidiano agudo desta crise.

CONCLUSÕES:

Consideramos que os objetivos intencionados foram alcançados, mas que nos encontramos ainda no percurso de adensamento da investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LADEIA, Priscilla Soares dos Santos; MOURÃO, Tatiana Tscherbakowski e MELO, Elza Machado de. O silêncio da violência institucional no Brasil. **Revista Médica Minas Gerais**, 2016; 26 (Supl 8): S398-S401. Disponível em <http://rmmg.org/exportar-pdf/2186/v26s8a75.pdf>

MÉSZAROS, István. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

AGRADECIMENTOS:

Agradecimentos ao CNPQ pelo financiamento do Projeto neste período.

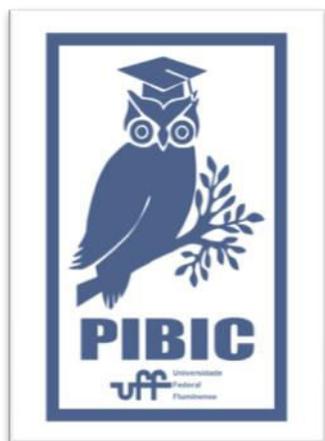


Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

Título do Projeto: Eleições no WhatsApp: a campanha municipal nas redes móveis

Autores: Beatrice de Mello Silva e Viktor Chagas (Orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Estudos Culturais e Mídia/IACS

INTRODUÇÃO:

As redes sociais têm grande importância no cenário político atual. Este projeto parte de duas questões gerais para traçar um conjunto de hipóteses mais específicas, relacionadas às campanhas desenvolvidas no âmbito do WhatsApp. Inicialmente, pretende-se avaliar se e como as mensagens circuladas por estes aplicativos integram um ecossistema de campanha junto a outras plataformas já largamente empregadas por atores políticos, como Facebook e Twitter. Além disso, espera-se compreender de forma aprofundada como as redes móveis são acionadas para a campanha, se há ou não participação de profissionais de comunicação envolvidos na difusão de mensagens aos grupos de WhatsApp e outros aplicativos, e que tipo de conteúdo circula nesses canais. Desse modo, a investigação se propõe a monitorar um conjunto de grupos em aplicativos de MIMS (Mobile Instant Messaging Services) com vistas a identificar comportamentos que se assemelhem ao que a

literatura identifica como astroturfing (Zhang et al., 2013; Howard, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A presente pesquisa caracteriza-se por um esforço metodológico multifacetado, que combina pesquisa etnográfica, análise de dados em larga escala (big data), e análise de conteúdo. O primeiro passo para o início da investigação consiste na definição dos grupos a serem monitorados. Para tanto, um conjunto inicial de grupos já monitorados desde 2018 será tomado como ponto de partida para somar novos convites a grupos públicos no WhatsApp. Então, com base em um princípio elementar de amostragem não-probabilística, lastreado pela técnica conhecida como bola-de-neve (snowball), a amostra será definida quando se considerar ter atingido um ponto de saturação.

Os grupos selecionados para compor a amostra devem ter como base ao menos dois critérios: (a) eles devem ser abertos ao público, considerando-se o modelo adotado pelo

WhatsApp, que distingue grupos públicos, grupos privados e listas de transmissão, e (b) eles devem indicar, em seu título, descrição ou enunciado, apoio a alguma das candidaturas à prefeitura municipal do Rio de Janeiro. A pesquisa com big data se baseará em dois tipos de dados distintos: os dados referentes aos conteúdos compartilhados por usuários nos grupos, isto é, mensagens textuais, links compartilhados, imagens, áudios e vídeos virais; e os dados referentes à relação de participantes, ou seja, os dados relacionais, a partir dos quais será empreendida uma análise de redes sociais (social network analysis), de modo a identificar padrões de conformação, centralidade e atuação desses grupos. Para o tratamento estatístico, todos os dados de ordem privada são anonimizados, de modo a garantir a privacidade dos usuários. Em seguida, será empreendida uma análise de conteúdo (Krippendorf, 1977) com vistas a evidenciar padrões retóricos e de organização dos grupos. A análise de redes sociais possibilitará que tenhamos maior dimensão não apenas dos conteúdos que circulam nestas redes, mas também de seus aspectos relacionais.

CONCLUSÕES:

Até o presente momento, tem-se desenvolvido um monitoramento regular e sistemático de grupos de extrema-direita no ambiente do WhatsApp. Os resultados encontrados levam a crer em algum grau de articulação desses grupos no panorama político nacional. A pesquisa segue em andamento. Trata-se de uma das primeiras pesquisas e procurar

desenvolver uma relação entre a atuação nacional e a atuação local desses grupos de articulação antidemocrática.

BIBLIOGRAFIA:

AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. In: Revista Compólitica, n. 3, vol. 2 (2013).

ALDÉ, Alessandra. O internauta casual: notas sobre a circulação da opinião política na internet. In: Revista USP, n. 90 (2011).

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O Rio nas cruzadas: comunicação, democratização e usos da internet numa eleição carioca. In: ECO-Pós, v.12, n.3 (2009).

MARQUES, Francisco Jamil. Debates políticos na Internet: a perspectiva da conversação civil. In: Compós. GT de Comunicação e Política. Rio de Janeiro: UFF, 2005. MILTNER, Kate. SRSLY phenomenal: na investigation into the appeal of LOLcats. Londres: London School of Economics, 2011. (Dissertação de Mestrado.)

ROSSINI, P.; LEAL, P. R. F. As campanhas eleitorais no contexto da política personalizada. In: Politicom. UMESP, 2010.

ROSSINI, P.; LEAL, P.R. F. Efeitos da campanha virtual no universo das mídias sociais: o comportamento do eleitor no Twitter

nas Eleições 2010. In: Revista Compolítica, n. 3.
v. 1 (2013).

SAMPAIO, R. C. ; BARROS, S. A. R. ; MORAIS,
R. . Como avaliar a deliberação online? Um
mapeamento de critérios relevantes. In: Opinião
Pública, v. 18 (2012).



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Título do Projeto: A QUESTÃO DA INSTRUMENTALIDADE, DOS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS NO COTIDIANO DO SERVIÇO SOCIAL.

Autores: Juliana Manhães Fernandes da Silva; Isabela Sarmet de Azevedo.

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Campos/ Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/ Grupo de Assessoria ao Trabalho do Assistente Social (GATAS).

INTRODUÇÃO:

O presente projeto de pesquisa tem como tema *A questão da instrumentalidade, dos instrumentos e técnicas no cotidiano do Serviço Social*. É uma proposta de pesquisa do Grupo de Assessoria ao Trabalho do Assistente Social (GATAS) da UFF/Campos associada ao Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região – Seccional Campos dos Goytacazes/RJ. Nessa perspectiva, as atividades articuladas de estudo, pesquisa e divulgação científica sugeridas buscam realizar o diagnóstico da dimensão técnico-operativa do Serviço Social na jurisdição do CRESS/7ª Região – Seccional de Campos dos Goytacazes/RJ.

O objetivo em voga é suscitar a preocupação com a negligência e o não dimensionamento adequado do lugar, do papel e do alcance do instrumental técnico-operativo no contexto do projeto ético-político profissional, onde corre-se o risco de o assistente social delegar a outros as suas competências e atribuições privativas, tornando-os e mero "técnico".

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A lacuna na literatura profissional do Serviço Social relacionada à discussão da dimensão técnico-operativa foi uma das constatações desta pesquisa. Buscamos, primeiramente, analisar elementos fundamentais relacionados ao tema da instrumentalidade, dos instrumentos e técnicas no cotidiano do Serviço Social, no período de 2009-2018:

Tipo de produção	Quantidade
Artigos em periódicos	2
Artigos em periódicos	7
Livros	4
Coletâneas	4
Dissertações de Mestrado	17
Teses de Doutorado	3

Fonte: Elaboração própria.

Bouças (2020) elegeu como objeto de estudo artigos de revistas científicas e coletâneas produzidos com foco na dimensão técnico-operativa da profissão. Analisou quatro revistas científicas e as coletâneas, identificando

um total de 201 artigos, sendo 167 em revistas e 34 nas coletâneas. Os artigos das revistas foram selecionados num universo de 1.288 artigos de revistas e 62 artigos das coletâneas, publicados em dez anos (2009-2018) sobre diversas temáticas. Representa 15% do total de artigos, o que mostra que esse número é expressivo, mostrando a preocupação da categoria com o tema. (Idem, p.104-105) Nessa amostra, a autora observou que 89% da produção do conhecimento sobre a dimensão técnico-operativa é vinculada à academia, sendo que 76% são vinculados à academia e 13% à academia e aos serviços. Dos 201 artigos analisados pela autora, 113 (56,5%) são produção de autores que não têm como base a realidade profissional e sim a pesquisa bibliográfica.

Observamos também que os autores, em sua maioria, relacionam uma interpretação equivocada da relação teoria e prática à lacuna existente quanto à questão dos instrumentos e técnicas na formação profissional.

Foi feita a leitura dos parâmetros para atuação do Assistente Social nas diferentes áreas para entendermos melhor acerca de quais elementos estruturam o fazer profissional. Este material possibilitou uma busca mais refinada pelo tema e contribuiu com o desenvolvimento do trabalho.

Em relação à pesquisa empírica, foram sistematizados dados sobre o perfil de 48 profissionais que responderam a pesquisa. Dentre os eixos que formavam o questionário estavam elementos relacionados ao perfil destes profissionais, às condições de trabalho a

que eles estão submetidos e também ao que se refere ao trabalho em equipe interprofissional. Os dados obtidos nos possibilitaram entrar na discussão sobre a questão do sigilo profissional em equipe interprofissional, que possibilitou a criação de artigo onde nos aprofundamos mais sobre o tema. Outro assunto que foi examinado durante o desenvolvimento da pesquisa estava relacionado às condições técnicas e éticas de trabalho do/a Assistente Social na Pandemia.

CONCLUSÕES:

Concluimos que é importante indicar as influências teóricas que estão presentes no debate sobre os instrumentos e técnicas no Serviço Social, analisando como essas apropriações distintas que a profissão faz no campo das Ciências Sociais e Humanas estão sintonizadas ou não com o projeto ético-político da profissão.

Através da leitura e análise dos Parâmetros de Atuação do Assistente social do CFESS, pudemos constatar que prevalecem instrumentos e procedimentos de trabalho individuais e institucionais, tais como: entrevista; registro em formulário; identificação/classificação das necessidades; plantão social; aconselhamento individual; cadastro de recursos sociais e encaminhamentos.

É importante ressaltar na análise das dissertações de mestrado e teses de doutorado que as condições de trabalho dos assistentes sociais afetam a apropriação dos instrumentos e das técnicas, em razão da precarização e da burocratização vivenciadas, além do sucateamento das políticas sociais e dos parques

recursos para desenvolverem suas atividades e atenderem às demandas dos usuários.

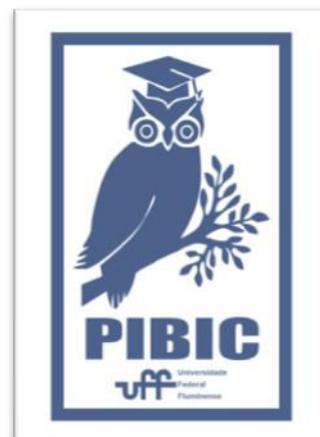
Conseguimos compreender, nesta primeira etapa de estudos, alguns pontos importantes tais como a questão do sigilo profissional e as condições de trabalho nas diferentes áreas que o Serviço Social atua e outros aspectos ligados à dimensão ético-política da profissão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

BOUÇAS, Karine Ferreira. **Serviço Social, produção de conhecimento e dimensão técnico-operativa**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2020.

AGRADECIMENTO:

- Ao Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)/ 7ª Região;
- À Universidade Federal Fluminense, pela Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/ UFF.





Ciências Sociais Aplicadas

Mapeamento das publicações sobre Information Literacy e a formação de bibliotecários

João Victor Macedo de Oliveira (bolsista) e Marielle Barros de Moraes (Orientadora)

Instituto da Arte e Comunicação Social (IACS)/ Depart. de

Ciência da Informação (GCI)

INTRODUÇÃO:

Neste projeto de pesquisa buscou-se responder os seguintes problemas de pesquisa: Qual o estado da arte dos estudos sobre Information Literacy no Brasil? Como os alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense (UFF) entendem o conceito de Information Literacy?

Objetivou-se mapear os diversos trabalhos sobre Information Literacy no Brasil no período de 2014-2019 e estudar como os alunos do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF entendem o conceito Information Literacy.

Justifica-se pela necessidade da formação de bibliotecários que saibam manejar as mais diferentes fontes de informação e avaliá-las de modo a fazer frente a uma sociedade onde a desinformação percorre as infovias da rede.

Os procedimentos metodológicos estão pautados em um estudo exploratório; de caráter bibliográfico e documental. Analisou-se as ementas das disciplinas que abordam a Competência em Informação, bem como o questionário aplicado aos discentes dos últimos semestres do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF com o método da Análise de Conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O levantamento bibliográfico foi realizado nos principais eventos científicos do campo da Ciência da Informação no Brasil: ENANCIB¹, SNBU², CBBB³, além do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Como resultado da pesquisa bibliográfica foram encontrados 156 artigos publicados. Desses, 54,49% refere-se aos artigos publicados no ENANCIB; 22,4% em periódicos recuperados no Portal de Periódicos da CAPES; 14,10% no CBBB e 8,97% no SNBU.

Após a recuperação dos artigos, analisamos os resumos e os artigos. Para tanto, realizamos a Análise de Conteúdo, conforme os pressupostos de Bardin (2011). Os resultados apresentaram temáticas, como: competência crítica em informação, ética em informação, responsabilidade social, alfabetização midiática, dentre outros.

Na segunda etapa, foi realizada a análise de conteúdo da ementa curricular do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Para tanto, foram analisadas as ementas de quarenta e nove (49) disciplinas

¹ Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.

² Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.

³ Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação

do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF, entre obrigatórias e optativas. Logo, através do esforço cognitivo e associativo na análise de conteúdo, foi possível encontrar sete (7) disciplinas que possuíam relação com o conceito “Information Literacy”, competência em informação, a saber: Ação Cultural em Unidades de Informação; Serviço de Referência I; Serviço de Referência II; Fontes de Informações Gerais e Especializadas; Gestão de Bibliotecas I; Leitura, Acervos e Ação Cultural e Ética e Informação.

Na terceira e última etapa foi aplicado um questionário aos estudantes do 7º e 8º período do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF. O questionário foi desenvolvido com base no questionário de avaliação das competências informacionais em estudantes universitários, de Vitela e Ornella (2017). Para tanto, o envio do formulário aos estudantes foi realizado entre os meses de março a junho de 2021, sendo enviadas através de um link do formulário da Google.⁴ O formulário foi composto por nove (9) perguntas, sendo duas (2) objetivas e sete (7) discursivas, sendo obtidas apenas oito (8) respostas dos discentes.⁵ Os resultados obtidos através do questionário “*Competência em Informação e Formação de Bibliotecários*” foram: a metade dos estudantes (50%) tinham entre 18 a 26 anos, observa-se a predominância dos chamados nativos digitais. Ainda, 62,5%

⁴ Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/1qEIQkB9qTFbU6UTVahLLsC1-0yT9WgQMBwjayUMSLws/edit>

⁵ Muito provavelmente pela falta de acesso a computadores e redes por parte dos alunos do Curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF neste período da pandemia da COVID-19.

correspondiam a discentes matriculados e atuando no 7º período de Biblioteconomia e Documentação da UFF. Observou-se que a maioria dos participantes entendem o conceito de Competência em informação (Colnfo). Temáticas relacionadas à Competência em Informação são citadas: *responsabilidade social, habilidades, uso da informação, tecnologia* são termos bastante citados pelos participantes. Infere-se que há o conhecimento prévio sobre a Competência em Informação por parte dos participantes do questionário.

De modo geral, através do questionário “*Competência em Informação e Formação de Bibliotecários*” foi possível obter as respostas dos discentes do 7º e 8º período do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF.

Portanto, pode-se identificar que a maioria dos participantes possuíam conhecimento sobre a Colnfo, bem como identificaram no seu universo acadêmico a atuação nesse campo em aspectos relacionados a: uso ético da informação, normas acadêmicas, gerenciadores de referência bibliográfica, pesquisas acadêmicas, o aprendizado ao longo da vida e a educação continuada.

CONCLUSÕES:

Conclui-se que a Competência em Informação tem sido tema recorrente nos principais eventos da área da Ciência da Informação no Brasil, com 156 artigos recuperados entre 2014-2019. No entanto, quando analisamos o currículo de Biblioteconomia e Documentação da UFF não encontramos uma disciplina sobre o tema, mas sim elementos de Colnfo nas várias disciplinas

do curso. Enfatizamos a necessidade de uma disciplina, uma vez que a ela poderá colaborar não apenas com o currículo do curso em questão, mas com toda a universidade, no sentido de possibilitar a elaboração de projetos de ensino e de extensão que se voltem para a Competência em Informação no Ensino Superior, utilizando as Bibliotecas Universitárias da UFF como laboratórios promissores.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer a Deus, por ter concedido força e fôlego de vida. Posteriormente, agradecer a minha orientadora: [Marielle Barros De Moraes](#), por todo o suporte e apoio em todo percursos da pesquisa. Agradecer minha família e amigos por todo suporte e ajuda, mesmo que à distância. Por fim, gostaria de agradecer a UFF por proporcionar essa primeira experiência com a pesquisa em âmbito acadêmico. Além de agradecer ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

ZURKOWSKI, Paul G. The Information Service Environment relationship and priorities. **Related Paper n. 5**, Washington: National Comision on Libraries and Information Science, 1974. 30p.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROJETO: OS DESASTRES AMBIENTAIS E FORMAS DE (RE)EXISTÊNCIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

TÍTULO DO TRABALHO: DESASTRES AMBIENTAIS RELACIONADOS À ÁGUA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, NO NORTE FLUMINENSE/RJ.

AUTORES: DÉBORA DA SILVA NASCIMENTO E ADRIANA SOARES DUTRA

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS/INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL/NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS – NESA.

INTRODUÇÃO:

Compreendendo os desastres como fenômenos sociais, abordá-los a partir da construção de suas condições sociais prévias e da dinâmica de enfrentamento, durante e após os eventos é de suma importância (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012). Devido ao seu “povoamento sobre uma planície de inundação às margens do rio Paraíba do Sul” (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012, p.5), registros apontam que o município de Campos dos Goytacazes, situado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, enfrenta, desde o século XIX, enchentes e inundações, causando perdas e danos à cidade e aos seus residentes (RODRIGUES, 1988).

Esta realidade levou à elaboração do projeto “Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no norte fluminense/RJ”, que se encontra em desenvolvimento no Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF) e do projeto de iniciação científica intitulado “Os desastres ambientais e formas de (re)existência em Campos dos Goytacazes”, que tem como objetivo principal uma maior aproximação com os afetados por desastres.

Seus resultados constituem o objeto do presente trabalho.

A metodologia adotada pautou-se em uma revisão bibliográfica, um levantamento de dados secundários sobre as situações de desastres ocorridos no município de Campos dos Goytacazes entre 2010 e 2020, com base nos documentos disponibilizados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (S2ID) e complementados pela Secretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro e em um estudo de caso. Foram elaboradas planilhas organizativas dos registros encontrados para o abastecimento do Observatório dos Desastres Ambientais (ODAm-NESA), seguido pela elaboração de um mapa de desastres a partir do qual foi realizada a escolha de Santo Eduardo, 13º distrito do município, como local para realização do estudo de caso. Foram realizadas 13 entrevistas em profundidade com moradores da localidade, de forma remota.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os dados encontrados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria

Nacional de Proteção e Defesa Civil (S2ID) e complementados pela Secretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro mostraram-se insuficientes para um conhecimento mais aprofundado sobre a realidade vivenciada pelos afetados por desastres em Campos dos Goytacazes, uma vez que não dispõem de informações mínimas sobre o perfil da população afetada. Contudo, contribuiu para a identificação de bairros e localidades nas quais os impactos dos desastres são mais frequentes. A escolha do distrito de Santo Eduardo se deu a partir da sua identificação como um dos locais de maior incidência de impactos de desastres na região. A partir das entrevistas com moradores de Santo Eduardo, observou-se que a localidade sofre não somente como a incidência dos impactos, mas com o descaso do poder público, o que se evidencia inclusive no número de ocorrências que são superiores aos que constam nos registros dos órgãos públicos. Tal descaso, fica visível também ao se analisar as formas de organização e mobilização dos atingidos para o enfrentamento dos desastres, que se efetivam por meio de uma rede de apoio comunitária e não pelo acesso às políticas públicas.

CONCLUSÕES:

De acordo com alguns entrevistados representantes do poder público comparecem, eventualmente, após a ocorrência do impacto. Observa-se, assim, que as ações de prevenção, de mitigação, de preparação, de resposta e de recuperação, presentes na gestão de desastres não são executadas conforme previstas.

O déficit na execução das ações dificulta, em grande medida, o aprendizado que pode ser gerado a partir desse processo, incluindo o melhor registro das situações de desastres. Portanto, concluímos que a aproximação com a população afetada e a compreensão sobre como o desastre impacta o meio social são fundamentais para o desenvolvimento de melhores estratégias para o seu enfrentamento.

AGRADECIMENTOS:

Ao PIBIC/PROPPI/UFF/CNPq pela bolsa PIBIC e ao CNPq pelo financiamento do Projeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS:

- MALAGODI, Marco Antonio Sampaio; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. **Enchentes, vulnerabilidade e remoção em Campos dos Goytacazes (RJ)**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) – GT 11: Mudança Climática e as Cidades, 6. Anais... Belém, UFPA, 2012.
- RODRIGUES, Hervê Salgado. **Na Taba dos Goytacazes**. Imprensa Oficial, 1988.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Panorama das provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto

Autores: Cassiane Gloria Ferreira Neves/Profa. Mariana Pereira Bonfim (Orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Contabilidade (VCO) / Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)

INTRODUÇÃO:

Periodicamente, as companhias brasileiras devem avaliar seus litígios com o objetivo de contabilizá-los corretamente, pois o ambiente de negócios atual sofre constantes ameaças de litígios (HENNES, 2014).

Os investidores comumente estudam a empresa na qual desejam investir, com isso, observam seus demonstrativos contábeis para compreender suas provisões e passivos contingentes, e saber como as mesmas são compostas (NEVES et al., 2012). Com base nesta afirmação, se torna importante entender como esses elementos são formados e quais são suas características.

Com base no contexto de internacionalização da contabilidade, o objetivo do estudo foi analisar a composição das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto, através da análise dos demonstrativos das empresas listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), no ano de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Foram analisadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas de 391 empresas da B3, referente ao exercício de 2019. Das 391 empresas analisadas, 97 não divulgaram

nenhum tipo de provisão e 160 não divulgaram nenhum passivo contingente.

Com relação às provisões, 260 empresas da amostra contabilizaram algum tipo de provisão trabalhista, 233 provisões cíveis, 207 provisões tributárias e apenas 20 informaram sobre provisões ambientais.

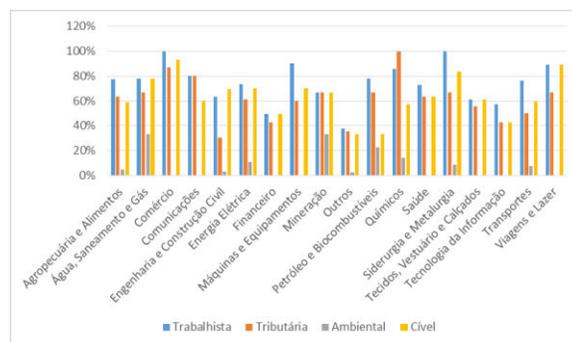


Gráfico 1: Distribuição das provisões por setor

Em termos monetários, o montante registrado de provisão pelas empresas atuantes na B3 em 2019 foi de R\$102.215.012, o que corresponde a uma significância financeira de 3,8%, demonstrando o quanto as provisões representam financeiramente para as empresas da amostra.

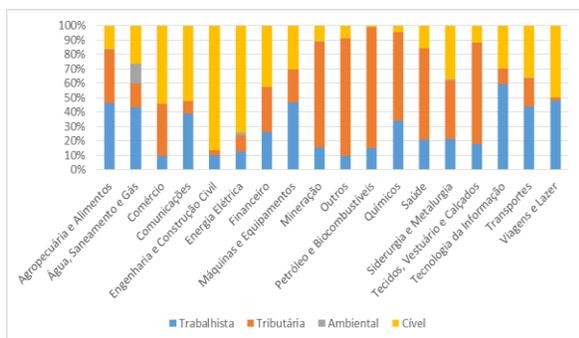


Gráfico 2: Distribuição dos tipos de provisões por setor

Com relação as provisões por setor, é possível perceber altos valores de provisões tributárias nos setores de petróleo e biocombustíveis e mineração.

Com relação às provisões ambientais, 93% dos valores apresentados se referem aos setores de energia elétrica e água, gás e saneamento, consideradas como companhias com médio nível poluidor, de acordo com a Lei nº 10.165/2000.

Para identificar a significância financeira das provisões em cada setor pesquisado, foi realizada a divisão das provisões pelo patrimônio líquido das empresas do setor.

Os setores que apresentaram a maior significância financeira são químicos e energia elétrica.

Após a análise do teste de Kruskal-Wallis, as significâncias entre os setores não foram consideradas estatisticamente diferentes, ou seja, o setor onde uma empresa atua não é um fator que influencia no reconhecimento e mensuração das contingências.

Com relação aos passivos contingentes, o setor de energia elétrica se sobressai dos demais apresentando um alto número de empresas com passivos contingentes, em todas as categorias.

No que concerne a montantes monetários, foi divulgado um valor de R\$705.103.455, valor bem acima do registrado nos demonstrativos contábeis das empresas como provisões. Destaca-se o setor financeiro, responsável por mais de 55% dos passivos contingentes evidenciados pelas empresas da B3, concentrados predominantemente em contingências trabalhistas e tributárias.

Diferente das provisões, o maior montante divulgados dos passivos contingentes são predominantemente oriundos de processos tributários (63%). Destaca-se, portanto, o setor de mineração onde 99% dos valores divulgados como passivos contingentes são provenientes de litígios tributários.

Assim como nas provisões, 84% dos valores de passivos contingentes ambientais foram publicados por empresas do setor de água, saneamento e gás, já evidenciado como um importante poluidor do meio ambiente. Destaca-se também o setor financeiro com relação aos passivos contingentes trabalhistas, representando 89% dos montantes divulgados nessa rubrica.

CONCLUSÕES:

Foi possível constatar que a maior parte das empresas brasileiras divulgam algum tipo de provisão ou passivo contingente em seus relatórios. Com relação as provisões, a maior quantidade divulgada se refere a provisões trabalhistas, seguida de cíveis, tributárias e ambientais. Como identificado em pesquisas anteriores (BALDOINO; BORBA, 2015), as contingências ambientais não são significativas nos países da América Latina. Já em termos

monetários, destacam-se as provisões cíveis com os maiores montantes, seguidas das tributárias, trabalhistas e ambientais.

Analisando pela significância financeira, percebeu-se que os setores com maiores montantes de provisões são os químicos e energia elétrica, contudo, através da não significância do teste estatístico de Kruskal-Wallis, o setor onde a empresa atua não é um fator determinante para o reconhecimento das provisões.

Já com relação aos passivos contingentes, os valores divulgados nessa rubrica são substancialmente maiores do que os registrados nos Balanços Patrimoniais como provisões, destacando-se o setor financeiro, responsável por mais da metade dos montantes de passivos contingentes de todas as empresas da B3. Diferente das provisões, os passivos contingentes tributários foram predominantes nas companhias pesquisadas, fato também corroborado pela pesquisa de Balduino e Borba (2015).

REFERÊNCIAS:

BALDUINO, E.; BORBA, J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 23, p. 58-81, 2015.

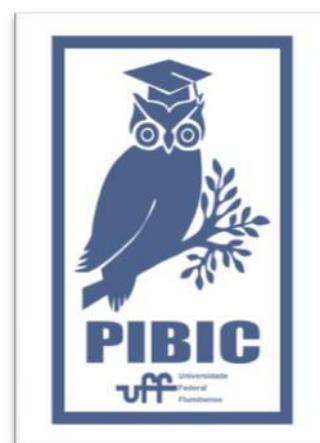
HENNES, K. M. Disclosure of contingent legal liabilities. **Journal Accounting Public Policy**, v. 33, p. 32-50, 2014.

NEVES, T. J. G.; LAGIOIA, U. C. T.; LIBONATI, J. J.; NASCIMENTO, S. G. O. A. S. Utilidade

dos Relatórios Contábeis após a Implantação das Normas Internacionais de Contabilidade: Um Estudo Sobre a Visão dos Investidores. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 3, n. 1, 2012.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao CNPq pelo financiamento para a realização da pesquisa e a PROPPi UFF pelo apoio e concessão da bolsa de iniciação científica.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: SERVIÇOS E FUNCIONALIDADES DOS REPOSITÓRIOS DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS SOB A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA

Autores: Mirian Picinini Méxas e Orlando Vieira Lopes Filho

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências

Atuariais e Finanças/Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

INTRODUÇÃO:

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e Cultura (2012), os recursos educacionais abertos (REA), são materiais de ensino, aprendizagem educação e investigação que estão em domínio público ou possuem poucas restrições de uso. Estes podem ser utilizados de forma original, adaptados ou revisados, e combinados visando criar um novo material.

Tais materiais de ensino podem ser gestados pelos repositórios digitais que atuam para: organizar a produção acadêmica e científica de uma instituição; disseminação, acesso e uso de REA ou objetos de aprendizagem.

A pesquisa tem como meta a busca por contribuir para a construção de um modelo de repositório que se encontre pautado na importância e uso dos REA para a pesquisa, ensino e aprendizagem.

Objetivos da pesquisa são: Investigar sobre repositórios de recursos educacionais abertos, aplicados no ensino superior, na literatura nacional e internacional, buscando compreender as funcionalidades e serviços desses

repositórios; e também de verificar a percepção dos profissionais de ensino superior de instituições públicas quanto à importância e utilização dos serviços e funcionalidades dos repositórios de recursos educacionais abertos no ensino superior.

METODOLOGIA:

A pesquisa foi dividida em 4 etapas. A primeira engloba a análise de conteúdo da literatura que foi levantada por meio de estudo bibliométrico; na segunda etapa foi elaborada o questionário que está fundamentado na análise da literatura; na terceira foi realizada o pré-teste com profissionais com conhecimento e experiência no campo deste estudo; na quarta foi feita a aplicação do questionário no público alvo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O questionário foi respondido por 130 pessoas em um total de 9 questões, sendo:

Seis questões relacionadas a caracterização dos respondentes (faixa etária, formação

acadêmica, vínculo institucional, área de conhecimento de atuação, tipo de instituição de ensino (municipal, estadual e federal) e estado; As questões 7 e 8 foram montadas com base em 13 assertivas que se referiam a: mecanismos de busca, licenças de uso, garantia de qualidade dos recursos educacionais depositados no repositório, políticas do repositório, criação de perfil de usuário, sistema de recomendação, ferramentas sociais e colaborativas e integração entre repositórios e ambientes virtuais de aprendizagem; O método de coleta das respostas das assertivas foi o método likert, implementado como se vê a seguir:

Quadro 1: Escalas do tipo Likert (cinco pontos) – Grau de Importância e Grau de Utilização

Grau de Importância	Grau de Utilização
Muito baixa	Muito pouca
Baixa	Pouca
Média	Média
Alta	Alta
Muito Alta	Muito alta

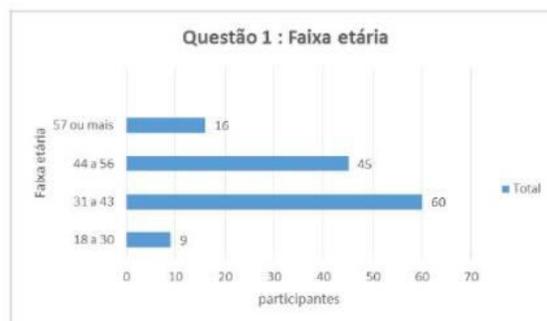
Fonte: Elaborado própria.

Fonte: Elaboração Própria (2020)

E a Nona questão foi feita uma questão aberta para que o respondente apresentasse o seu ponto de vista sobre a contribuição dos repositórios de REA para o ensino e aprendizagem, complementado o que foi investigado nas questões anteriores.

Os resultados das respostas feitas aos 130 respondentes foram condensados em gráficos como podem ser vistos a seguir:

Gráfico 1 – Faixa Etária

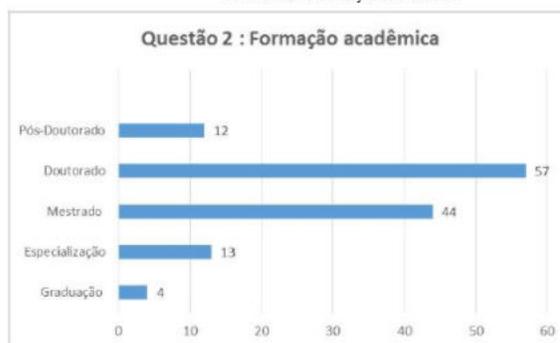


Fonte: Elaboração própria (2020).

Fonte: Elaboração Própria (2020)

Este gráfico de início demonstra o maior número de respondentes na faixa etária de 31_43 anos.

Gráfico 2 – Formação acadêmica



Fonte: Elaboração Própria (2020).

Fonte: Elaboração Própria (2020)

No gráfico 2, referente a questão 2, vê-se a formação acadêmica dos entrevistados, sendo a maioria deles detentores de doutorado.

Gráfico 3 – Tipo de vínculo institucional

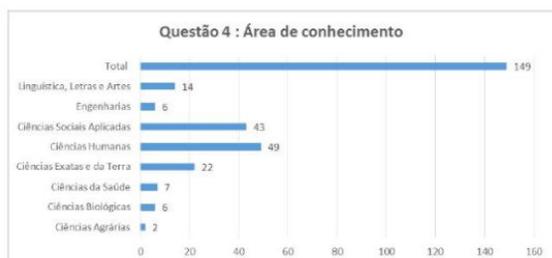


Fonte: Elaboração Própria (2020).

Fonte: Elaboração Própria (2020)

No gráfico 3 buscou-se destacar o tipo de vínculo institucional do entrevistado, e a maioria deles era de professores.

Gráfico 4 – Área de conhecimento

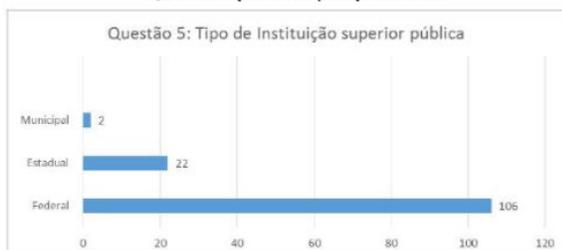


Fonte: Elaboração Própria (2020)

Fonte: Elaboração Própria (2020)

Na gráfico 4 observa-se um fator que é relacionado aos respondentes que possuem mais de uma área de conhecimento, por isso o número total neste gráfico ultrapassa o número de participantes.

Questão 5 – Tipo de Instituição Superior Pública

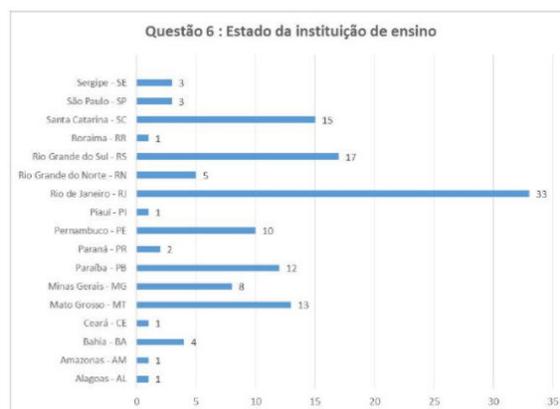


Fonte: Elaboração Própria (2020).

Fonte: Elaboração Própria (2020)

No gráfico 5 foi mostrado que a maioria dos entrevistados pertenciam a instituições federais de ensino superior.

Gráfico 6 – Estado da instituição de ensino



Fonte: Elaboração Própria (2020).

Fonte: Elaboração Própria (2020)

O gráfico 6 buscou trazer o estado dos respondentes, sendo que a maioria se encontra no Rio de Janeiro.

As questões 7 e 8 foram embasadas no modelo likert apresentado anteriormente e geraram as seguintes tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Grau de importância

Tabela 1 – Grau de importância

Assertivas	Grau de importância					Total
	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Políticas de funcionamento desses repatórios	5	13	44	37	31	130
Licenças abertas para criação, adaptação, distribuição e crítica	2	16	32	41	39	130
Berçário portais de depósito dos recursos educacionais	6	18	43	37	26	130
Mecanismos de busca	2	14	28	44	42	130
Fóruns de assunto	2	20	40	36	32	130
Crítica de perfil de usuários	5	23	47	39	16	130
Marcação e inclusão dos recursos educacionais em listas pessoais/diversos	5	18	49	37	21	130
Classificação e comentários dos usuários sobre os recursos educacionais	4	27	45	35	19	130
Sinalizações de alerta sobre novos recursos incorporados ao repatório	9	22	42	29	28	130
Recomendação automática com base nas ações de pesquisa de usuários e nos recursos educacionais recuperados	7	19	50	31	23	130
Aplicativos que forneçam a recuperação de recursos educacionais de outros repatórios	10	20	36	31	33	130
Incorporação de ferramentas de mídia social	9	17	42	32	30	130
Integração entre sistemas	10	10	27	34	49	130
Total Geral	76	237	525	463	389	1690

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Fonte: Elaboração Própria (2020)

Esta tabela demonstra que a maioria das funcionalidades/serviços quanto ao grau de importância se concentrou entre média, alta e muito alta importância, destacando-se a média importância, com maior número de assertivas.

Tabela 2 – Grau de utilização

Assertivas	Grau de utilização					Total
	Muito pouca	Pouca	Média	Alta	Muito Alta	
Políticas de funcionamento desses repositórios	13	23	50	28	16	130
Licenças abertas para cópia, adaptação, distribuição e criação	12	22	44	31	21	130
Revisão por pares do depósito dos recursos educacionais	16	30	37	34	13	130
Mecanismos de busca	9	15	44	34	28	130
Filtros de assunto	15	15	49	32	19	130
Criação de perfil de usuários	17	22	48	35	8	130
Marcação e inclusão dos recursos educacionais em listas pessoais/favoritos	15	22	49	33	11	130
Classificações e comentários dos usuários sobre os recursos educacionais	18	23	50	30	9	130
Serviços de alerta sobre novos recursos incorporados ao repositório	19	29	38	35	9	130
Recomendação automática com base nas ações de pesquisa de usuários e nos recursos educaci	20	23	46	30	11	130
Aplicativos que facilitem a recuperação de recursos educacionais de outros repositórios	21	23	42	34	10	130
Incorporação de ferramentas de mídia social	24	17	48	26	15	130
Integração entre sistemas	20	20	35	28	17	130
Total Geral	219	284	500	410	197	1690

Fonte: Elaboração Própria (2020).

Fonte: Elaboração Própria (2020)

Na Tabela 2, observa-se que a maioria das funcionalidades/serviços quanto ao grau de utilização se concentrou entre média e alta, sendo que o destaque maior é para a média utilização, com maior número de assertivas.

Quanto as respostas abertas, verificou-se que os respondentes percebem que os repositórios de REA trazem contribuições para o ensino e a aprendizagem no ensino superior, no entanto, é preciso: investimento na qualidade e atualização dos recursos disponibilizados nos repositórios; estímulo a produção de REA para comunidade acadêmica; estabelecimento de políticas claras de licenças de uso e propriedade intelectual em relação aos recursos educacionais disponibilizados, entre outros pontos.

CONCLUSÕES:

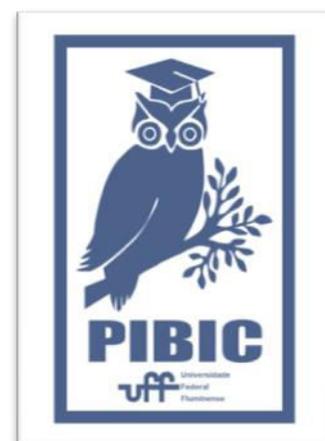
Conclui-se que os repositórios estão além do armazenamento do Recurso educacional aberto, pelo fato dos mesmos realizarem a gestão desses recursos, em termos de seleção,

classificação e divulgação para compartilhamento e reuso.

Os resultados deste estudo indicaram os aspectos que precisam ser explorados e desenvolvidos para promover o funcionamento e sustentabilidade dos repositórios de REA ao longo do tempo, contribuindo, desse modo, para a proposição de um modelo de repositório que atenda as demandas de educação e conhecimento da comunidade acadêmica e demais interessados nos recursos que ele oferece.

AGRADECIMENTOS:

Registra-se aqui o agradecimento a concessão de bolsa de Iniciação científica dentro do Programa Institucional do CNPq (PIBIC), destinadas ao aluno de graduação, de acordo com os termos do edital e da Resolução Normativa 017/2006 do CNPq, através do EDITAL PIBIC/CNPq/UFF2020/2021 da PROPPI.





Ciências Sociais Aplicadas

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA PERIFERIA URBANA: um olhar sobre a cidade de Campos dos Goytacazes

Franciele da Silva Pessoa e Érica Terezinha Vieira de Almeida

Departamento do Serviço Social/Universidade Federal Fluminense/NETRAD

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns resultados do Projeto de Iniciação Científica, que explicitam o processo de modernização atual da Região Norte Fluminense (RNE), ligada à atuação dos Grandes Investimentos, com o foco nos conflitos e resistências dos sujeitos periféricos na cidade de Campos dos Goytacazes.

A abordagem parte dos conflitos experimentados pelos catadores de recicláveis do lixão da Codin após o fechamento do mesmo e da luta, protagonizada por eles, pela criação das cooperativas de catadores de recicláveis, entre 2015 e 2017, e sua inclusão na coleta seletiva local. Atualmente são quatro cooperativas que, no período anterior à pandemia, itegravam 80 catadores, sendo 64% deles de mulheres e um número significativo de jovens. Percebemos nas visitas às cooperativas, que muitos dos cooperados não eram catadores originalmente, mas desempregados que

buscam essa atividade como estratégia de sobrevivência. A isso se soma o processo de precarização vivenciado pelas Cooperativas com a saída dos catadores originais e o aumento da rotatividade entre os cooperados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Devido à pandemia da COVID-19, a pesquisa se restringiu à primeira etapa do projeto, que consistiu na pesquisa bibliográfica e discussão dos autores nas supervisões remotas. Com o avanço da vacinação no município, realizamos uma reunião presencial com as lideranças das cooperativas para apresentar a proposta de pesquisa com os cooperados (aplicação de um questionário) e entrevistas. Aprovada a nossa visita nas cooperativas, demos início à aplicação do formulário em duas cooperativas, mantendo o distanciamento e os procedimentos de segurança. Além de compreender as particularidades da atual configuração das cooperativas e os conflitos relativos ao trabalho e à autogestão do trabalho, esta pesquisa pretende realizar uma análise do mercado de

trabalho para o jovem pobre e negro das periferias urbanas, destacando a sua escolaridade e os desafios apresentados pelos jovens que têm buscado a atividades de catação de reciclável como alternativa ao desemprego.

Segundo o PNAD (2020), a taxa de desemprego dos jovens-adultos subiu de 16,4% no primeiro semestre de 2013 para 27,3% no primeiro semestre de 2019. A pesquisa afirma que a elevação de desemprego subiu de forma generalizada, entre todos os recortes socioeconômicos. Em dados absolutos o número de desempregados jovens passou de 905 mil, no quarto trimestre de 2014, para 2 milhões, no quarto trimestre de 2019 (PNAD, 2020).

A partir dessa configuração do mercado e a expansão capitalista, que excluem os jovens de trabalhos formais, o trabalho informal vem sobressaindo, trabalho a qual, não contam com os direitos trabalhistas e um salário fixo, vivendo à margem das nuances do capital, e em meio à crise, tem salários reduzidos, por conta da pouca demanda e a mão-de-obra barata

Ao analisar e focalizar na população jovem, pobre e periférica de Campos dos Goytacazes, os dados da Relatório de Pesquisa da Bolsa Família (2011), remetem que 53% jovens entrevistados, de idade entre 18 a 24 anos não trabalham e ao dinamizar, os jovens entre 15 a 24, são 69, 5% que não trabalham, reafirmando o índice da precariedade de trabalho desse perfil. Parte desses indivíduos buscam alternativas para compor a sua renda, onde parte deles

encontraram alternativas nas cooperativas de materiais recicláveis.

O trabalho da catação dos materiais recicláveis é um trabalho precarizado, insalubre e risco social, a qual esses indivíduos recebem menos que um salário mínimo e para ter seu sustento, tem que trabalhar em tempo integral e até mesmo em finais de semana, para atingir uma meta melhor. Outro fator importante, é que a coleta seletiva feita pelas cooperativas, não é apoiada pela prefeitura municipal, mas sim uma participação coletiva dos catadores com outras redes por meio de uma ação coletiva, através de uma ampliação consciência política com demais grupos de catadores do nosso país, apoiados pela sua filiação ao MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis). (ALMEIDA, 2021).

CONCLUSÕES:

A busca pela cidadania, no país, mesmo depois da sua constitucionalidade em 1988, tem se mostrado difícil e desafiadora ao longo da história, sobretudo com o aprofundamento do atual regime de acumulação e sua política ultraneoliberal. Assim, a pressão popular, as resistências e as lutas sociais aparecem como indispensáveis à efetivação dos direitos, principalmente, os direitos sociais, aqueles que atendem às necessidades das classes subalternas. Daí o contexto de ativismo dos movimentos sociais e a persistência da mobilização e organização dos sujeitos subalternos, como os catadores de materiais recicláveis. É necessário entender o percurso

histórico desses sujeitos, e ter como objetivo a busca pelos direitos e a ampliação das conquistas sociais e políticas.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao PIBIC/CNPq; à UFF e a minha orientadora pela oportunidade de participar de uma pesquisa e à organização deste Seminário pela oportunidade do diálogo.

Imagem 1: Imagem
PIBIC



Campos

Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: O mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina

Autores: Carlos Antonio de Souza Moraes (orientador); Laísa Cunha da Silva.

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de

INTRODUÇÃO:

Esta pesquisa se desenvolve a partir de cooperação internacional entre pesquisadores da Universidad Nacional de Mar del Plata – Facultad de Ciencias de la Salud y Trabajo Social – Grupo de Investigación “Fundamentos, Formación y Trabajo” e da Universidade Federal Fluminense/ Departamento de Serviço Social de Campos, Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social e Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (Gripes). Tem por objetivo geral mapear, analisar e comparar as produções acadêmico-científicas brasileiras e argentinas a respeito do mercado de trabalho dos/as assistentes sociais.

Para tanto, recorre ao método dialético, como perspectiva teórico-metodológica e a procedimentos cujos tratamentos privilegiam aporte quali-quantitativo, a partir de pesquisa de tipo exploratória, pautada em estudo de caráter bibliográfico, através da modalidade “estado da arte” e da técnica de “análise de conteúdo temática ou categorial” com auxílio do *software* de pesquisa IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

O estudo bibliográfico possui como marco temporal os anos 2000 a 2018, sendo realizado em revistas científicas referenciadas em cada País, teses de doutorado e dissertações de mestrado. No caso brasileiro, optou-se pelo trabalho com 14 periódicos na área de Serviço Social e disponíveis online. Como critério de escolha dos periódicos, optou-se por aqueles com qualis Capes (2013-2016), avaliados entre a1 e b3. Para o trabalho com as teses e dissertações optamos pelo mesmo critério temporal, além dos seguintes filtros: ano, *dissertações ou teses*, grande área do conhecimento – ciências sociais aplicadas e área do conhecimento – serviço social.

Nestas bases de dados, utilizou-se as seguintes chaves de busca: “Serviço Social e mercado de trabalho profissional”; “mercado de trabalho do assistente social”; “Serviço Social e trabalho profissional”; “trabalho profissional do assistente social”; “exercício profissional do assistente social”. Logo, a etapa de pré-análise possibilitou a organização do material compõe o *corpus* da pesquisa.

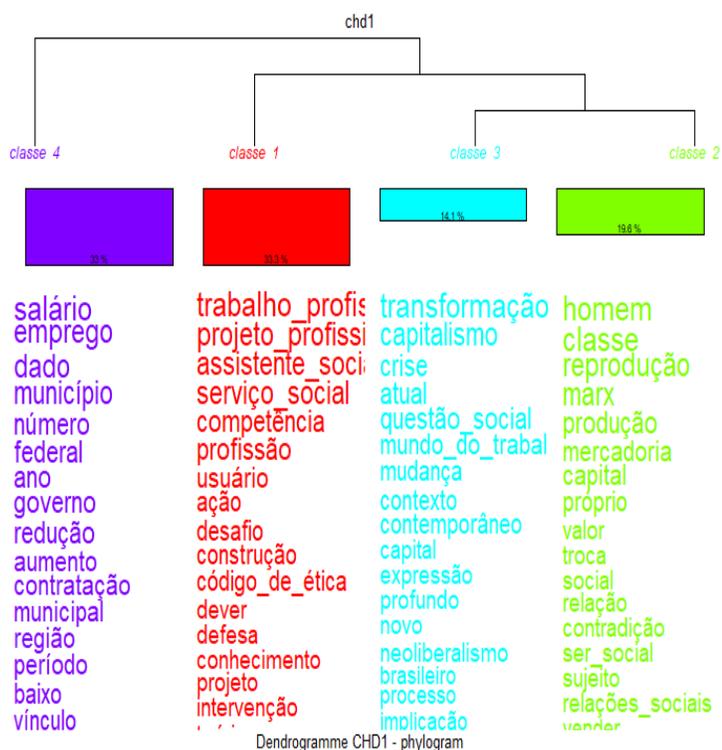
Os resultados apontaram para 43 artigos científicos, 61 dissertações de mestrado e 20 teses de doutorado no contexto brasileiro. Diante destas informações preliminares, para este resumo, optamos por apresentar os resultados e análises relativas aos artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após a seleção do *corpus* da pesquisa, os integrantes do projeto participaram de um curso introdutório ao *software* de pesquisa IRAMUTEQ, organizado pelo Gripes. Posteriormente a participação no curso, à equipe iniciou o trabalho de organização do *corpus* da pesquisa.

Para o seu processamento no IRAMUTEQ, optou-se pela análise estatística denominada Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados apontaram para os seguintes índices: 6.207 segmentos de texto; 219.101 ocorrências; 11.370 palavras distintas; 619 formas suplementares. Além disso, houve aproveitamento de 86,82% do *corpus*. A CHD criou o dendograma das classes, que apresenta as classes e suas ligações, a partir de cores diferenciadas, conforme a figura 1:

Figura 1: Dendograma das classes fornecidas pelo software IRAMUTEQ. Artigos científicos.



Fonte: Gripes, 2021.

De forma geral, verifica-se a centralidade da classe 04 que se subdivide nas classes 1, 2 e 3, sendo a classe 1 a mais representativa no conjunto do *corpus*. A classe 1 promove uma análise da profissão, considerando o/a profissional de Serviço Social e o trabalho profissional fundamentado pelo projeto ético político do Serviço Social brasileiro. A classe 2 trata da dimensão da classe trabalhadora e da venda de sua força de trabalho na sociedade do capital, a partir de uma análise pautada na teoria marxiana. Na classe 3 verifica-se os principais eixos de análise tratados pelo conjunto do *corpus*,

sejam eles: crise estrutural do capital a partir dos anos 1970 e as estratégias de enfrentamento pautadas na tríade neoliberalismo, reestruturação produtiva e globalização econômica. Por fim, a classe 4 apresenta as expressões do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil: salário, contratação, vínculo, emprego, governo e outros.

CONCLUSÕES:

a. O mercado de trabalho do Serviço Social brasileiro tem sido analisado a partir de elementos estruturais, conjunturais e de suas expressões concretas. Os elementos estruturais estão vinculados à sociedade do capital, em uma era de crise estrutural, reestruturação produtiva, neoliberalismo, globalização/mundialização do capital e financeirização da economia. Suas expressões estão relacionadas às áreas de atuação, condição salarial, carga horária de trabalho, condições éticas e técnicas para o desenvolvimento do trabalho, dentre outros.

b. Desde os anos 1990 e, sobretudo ao longo dos anos 2000, o mercado de trabalho de assistentes sociais, no Brasil, tem sido configurado pelo paradoxo: expansão das áreas de atuação x precarização das condições de inserção e realização do trabalho;

c. No Brasil, a Política de Saúde e a Política de Assistência Social são as áreas com maior absorção profissional das assistentes sociais, revezando em algumas regiões do País em relação ao quantitativo de contratação profissional;

d. O setor público é o maior empregador das assistentes sociais no Brasil e a faixa salarial varia de acordo com cada região do país e com tipo de esfera de governo: Federal, estadual e municipal;

e. Apesar de a esfera municipal absorver o maior número de profissionais, é a que oferta o menor salário e condições mais precárias de trabalho;

f. Baixos salários e instabilidade no mercado de trabalho têm contribuído para o duplo ou pluriemprego na área de Serviço Social;

g. A precariedade do trabalho e o agravamento das expressões da questão social tem sido variáveis indicadas como determinantes do processo de adoecimento de assistentes sociais.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 229.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, p.64, 2011.



Ciências Sociais e Aplicadas

**Representação da Forma e suas Relações com a Criação
Projetual**

Luciana Nemer e Philipe Cantreva

**TAR / TCA / Grupo de Pesquisa Análise e Representação da
Forma**

INTRODUÇÃO:

Buscando desenvolver um pensamento crítico e uma base comparativa dentro do processo de criação projetual no ensino de arquitetura e urbanismo nas universidades, a pesquisa teve como objetivo levantar material para entender o real impacto da tecnologia nesse momento inicial do projeto e assim compreender seus prós e contras. Além disso, tendo amplo material teórico e prático, foi possível conseguir ressaltar a importância do primeiro contato criacionista e a relevância existente em seu aproveitamento ao longo de todo o período de graduação, assim como na vida profissional. Não obstante, analisar tais aspectos dentro do contexto de pandemia se mostrou desafiador, sendo necessário um processo de adaptação para que não se perdesse a qualidade do que inicialmente foi proposto. Deste modo, a validação técnico-científica foi feita através da submissão / publicação de artigos em congressos altamente reconhecidos no meio acadêmico-científico e artigos em revistas científicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A discussão inicial para a pesquisa foi fundamentada na tipologia de estudo dos alunos ingressantes no curso, ou seja, o modo de representação gráfica com métodos que tendem a se perder ao longo dos anos: desenho a mão livre e sua primeira produção física de um projeto que almeja desenvolver – maquete volumétrica. Diante das complicações enfrentadas pela pandemia do COVID-19 foi necessário repensar o modo como tais informações e práticas chegariam aos estudantes sem que houvesse perda na sua qualidade de execução remota. Tal problemática foi contida por sucessivas aulas, materiais

didáticos e disponibilidade da equipe do GARF para com os discentes de primeiro período do curso de graduação da EAU-UFF.

Visando a continuidade do novo fomento idealizado pela equipe, já tendo publicações acerca dos resultados parciais obtidos até o momento, a catalogação dos arquivos da Câmara Municipal de Vitória aproximasse de sua conclusão. O levantamento de tal acervo histórico permitiu a análise mais aprofundada do desenvolvimento urbano do local que, ao ter o cruzamento de informações com mapas de mais diversas décadas, evidencia ferramentas e políticas urbanas que definiram a cidade e resultaram na morfologia do que se conhece Vitória atualmente. Com isso, se destaca também os impactos da crise sanitária mundial nos edifícios de uso público e consequentemente a mudança de significado, simbologia e fluxo acarretada as arquiteturas históricas da cidade.

No percorrer do último ano de pesquisa foi possível realizar a participação nos mais diversos espaços – virtuais – a fim de expor todo o conteúdo levantado pelo grupo até o presente momento. A presença em congressos de grande reconhecimento no que se refere a Arquitetura e Urbanismo foi um dos grandes feitos que valem ser ressaltados; UIA2020, ENANPARQ e SHCU são alguns dos nomes que figuram os locais em que o GARF se fez presente e onde foi possível abordar questões que vão desde arquitetura habitacional até o considerável acervo arquitetônico deixado pelo legado do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Além disso, a possibilidade oferecida pela própria instituição ao qual o grupo se vincula, EAU-UFF, foi de suma importância. Seminários, Mesa Redonda, Reunião de Docente assim como as próprias aulas supracitadas fecharam o ciclo de atividades do ano vigente da bolsa de iniciação científica.



Figura 1 – Sobreposição Planta – Projeto Fonte: NEMER e CANTREVA, 2020.

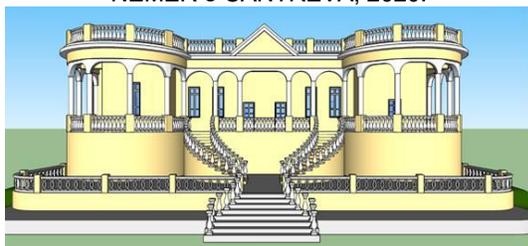


Figura 2 – Maquete digital a partir do SketchUp – Palácio das Águas – fachada frontal. Fonte: CANTREVA, 2021.

CONCLUSÕES:

Mostrou-se evidente a abrangência e o potencial que os temas trabalhados e discutidos possuem; o que permitiu o planejamento de novos projetos a serem abordados, além de oferecer a continuação dos que já estão em andamento. Como consequência, houve, também, o enriquecimento do conteúdo já desenvolvido anteriormente pelo grupo de pesquisa no que se refere a compreensão e entendimento maquinários modernos de produção e também de softwares amplamente usados dentro do cenário arquitetônico, permitindo uma atualização e entendimento tanto por parte do bolsista quanto da orientadora. No encerramento desta pesquisa, o repasse de todas os dados levantados e desenvolvidos pelo grupo de pesquisa para estudantes recém ingressados no curso de arquitetura evidenciou a relevância do primeiro contato com tais informações e o impacto capaz de gerar no processo de graduação dos mesmos. Com isso, após esta observação, novos horizontes incitaram mais e mais inquietações capazes de gerar novos projetos a serem estudados. A exemplo, busca-se compreender o novo local – não físico – explorado neste período pandêmico; o virtual,

ou seja, estudos sobre Realidade Virtual (VR) e Realidade Aumentada (AR); a fim de fechar um ciclo de estudos acerca das tecnologias que permeiam o âmbito da Arquitetura, seja academicamente ou mercadologicamente.

A relevância da pesquisa e do laboratório para a UFF é significativa, visto que possibilita a atualização dos modos de ensino, possibilidades de produção e inserção dos alunos e professores em um setor em ascensão no mercado. Entretanto, acaba por não se limitar a questão local, uma vez que ao compartilhar seus resultados em comitês científicos oferece a chance de outros lugares terem o uso desta análise para suas próprias inquietações e assim gerando uma colaboração dentro do âmbito acadêmico em território nacional.

AGRADECIMENTOS:

Os agradecimentos são principalmente direcionados a professora fundadora e orientadora do laboratório, Luciana Nemer Diniz, uma vez que sem sua vasta experiência e sua determinação não seria possível o pleno funcionamento e desenvolvimento no Grupo de Pesquisa Análise e Representação da Forma, principalmente no cenário em que vivemos hodiernamente. Em seguida, porém não menos importante, a participação da Escola de Arquitetura e Urbanismo UFF assim como o Grupo de Pesquisa Transdisciplinar em Artes e Arquitetura (GPTA) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foram imprescindíveis para a construção da proposta de modernização das análises trabalhada, mostrando disponibilidade a ajudar nos mais diversos assuntos a fim de enriquecer debates e discussões mesmo que de maneira remota. Além disso, ao PIBIC por possibilitar a permanência do bolsista na construção de todo o processo de estudo aqui citado.



Grande área do conhecimento: CSA / Direito

Título do Projeto: As barreiras comunicacionais no Processo Civil Brasileiro

Bolsista: Tiago Rodrigues de Castro

Departamento/Unidade/Laboratório: DCJ/Faculdade de Direito

INTRODUÇÃO:

O objetivo do projeto, além da socialização do bolsista com a pesquisa acadêmica, foi o de construir um olhar crítico, reflexivo e interdisciplinar sobre as audiências de instrução e julgamento, presididas por um magistrado, em contraste com as sessões de mediação, realizadas no Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Especificamente, o projeto pretendia pesquisar: 1) como se dá a comunicação entre os envolvidos nas audiências judiciais; 2) em que aspectos a troca de informações entre os atores desses rituais é, ou não, afetada pelos inúmeros fatores presentes no ambiente jurídico, 3) o que é feito para minimizar as barreiras comunicacionais nesses espaços do sistema de justiça e, 4) qual o nível de consciência dos participantes em relação à complexidade de se realizar uma comunicação efetiva. O recorte estava centrado em compreender se, na prática, a dinâmica das sessões de mediação em contraste com as audiências de instrução e julgamento do processo litigioso, favorecem, ou não, uma comunicação eficiente entre os envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O projeto teve de ser redirecionado, em função da pandemia de Covid-19, que inviabilizou a presença do pesquisador nas audiências. A solução encontrada foi utilizar o portal da internet Audiências Online, coordenado pelo Juiz de Direito, Dr. José de Andrade Neto, que disponibiliza gravações de vídeo de audiências de casos reais, em varas cíveis do Poder Judiciário do Mato Grosso. Os desafios quanto à observação das sessões de mediação, após distintas estratégias inviabilizadas, foram contornados através da leitura de etnografias realizadas por outros pesquisadores que observaram sessões de mediação, a fim que pudessem trazer descrições e relatos sobre as interações ocorridas. A pesquisa foi dividida em cinco eixos: (1) Eixo da Comunicação Social - Revisão bibliográfica de Teorias da Comunicação e participação no grupo de pesquisa ICI/UFRJ; (2) Eixo Processo Judicial (Perspectiva Teórica) - Revisão bibliográfica de doutrina e legislação; (3) Eixo Processo Judicial (Perspectiva Prática) - Observação das audiências filmadas; (4) Eixo Mediação (Perspectiva Teórica) - Revisão Bibliográfica e participação no Curso de extensão em Mediação do Numec/Cejusc/TJERJ; (5) Eixo Mediação (Prática) - Leitura de estudos etnográficos. As leituras teóricas sobre comunicação acionaram percepções e

sensibilidades úteis para a observação das audiências e para a leitura das etnografias sobre mediação. A experiência de observar as audiências foi muito produtiva, não apenas para este projeto, mas para compreender a pedagogia das audiências e para socializar o aluno com rituais rotineiros do sistema de justiça, essenciais ao exercício profissional. As formas diversas como as audiências são realizadas permitiu pensar sobre o quanto o perfil do magistrado interfere na dinâmica das audiências e também na forma como as provas orais são colhidas e, por conseguinte, como interferem na construção da verdade. A leitura dos discursos teóricos sobre a mediação foi uma boa lupa para contraste. Afinal, o acesso às etnografias permitiu realizar uma comparação entre o ideal da mediação e as práticas efetivamente realizadas. Por fim, o contraste entre as práticas observadas das audiências presididas por magistrados e aquelas, realizadas com mais informalidade, no ambiente da mediação, também ajudou a entender como a comunicação e o perfil do comunicador é fundamental para a interação entre os envolvidos nesses rituais.

CONCLUSÕES:

Sobre a contribuição dos estudos comunicacionais para o direito, não se pretendeu aqui chegar a um modelo comunicacional universal que pudesse servir de dogma para prática forense. O que nos chamou a atenção foi a importância de se sensibilizar os agentes do direito para a complexidade que envolve o ato de se comunicar. Ao entrar em contato com os estudos comunicacionais, com

os principais elementos que as escolas conseguiram categorizar até agora, com os dilemas enfrentados, enfim, com a dialética construída, temos a clara noção de que não basta somente colocar frente a frente duas pessoas que falem a mesma língua gramatical para se estabelecer uma relação de comunicação substancial. Perceber que o ato comunicacional depende tanto do emissor, quanto do código, dos meios, das qualidades do receptor, da intenção do discurso, da ambiência da interação, da psicologia e do emocional dos agentes nos provoca uma sensibilidade de olhar mais criticamente para os rituais do Judiciário. Uma maior aproximação do Direito aos estudos comunicacionais, e especificamente a esse ramo, apresenta muito potencial para o enriquecimento de suas reflexões e a descoberta de novos paradigmas. Sobre as observações das audiências de instrução e julgamento, a pesquisa despertou perguntas, em vez de respostas, e reflexões ainda em aberto: (1) existe acesso à justiça efetivo sem uma comunicação inclusiva?; (2) como o perfil do juiz interfere na dinâmica das audiências?; (3) o quanto a sua forma de interrogar compromete a busca da verdade processual, em função dos constrangimentos eventuais dos interrogados?; (4) a linguagem do direito permite a socialização dos cidadãos com o Judiciário ou compromete uma certa pedagogia da Justiça? E sobre as sessões de mediação foi interesse perceber que existe um abismo entre o discurso e as práticas. Teoricamente, a mediação se revela com um grande ímpeto progressista de renovação de dogmas e transposição de fronteiras que até então limitavam o horizonte

de entendimento sobre os conflitos e suas possíveis resoluções. Colocando a comunicação num papel central como ferramenta de trabalho, a mediação acertadamente pretende avançar no sentido de proporcionar um entendimento mais profundo ao usuário sobre a sua experiência vivida no processo. No entanto, os desafios de sua efetiva concretização, especialmente no âmbito judicial, ainda são evidentes, tendo em vista que existe certa mimetização das práticas judiciais nesses espaços.

AGRADECIMENTOS:

À UFF e ao Programa Institucional de Iniciação Científica do CNPq, pela concessão da bolsa, e à orientadora do projeto, pelo incentivo e disponibilidade.

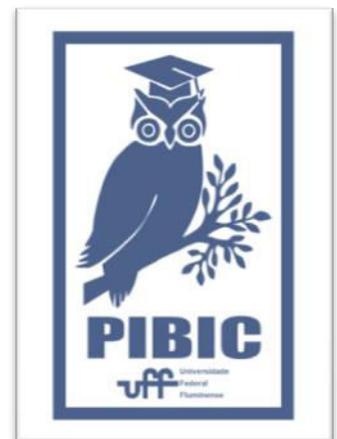


Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas.

Título do Projeto: Mapeamento de aspectos gerenciais de negócios imigrantes brasileiros na Espanha e Itália e habilidades de seus gestores.

Autores: Georgia Mariano de Araujo (Bolsista do Pibic CNPq) e Eduardo Picanço Cruz (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Empreendedorismo e Gestão / Faculdade de Matemática, Prédio 1 / Grupo de Estudos em Empreendedorismo Imigrante.

INTRODUÇÃO:

O debate referente à imigração tem se mostrado cada vez mais relevante e presente nas mídias de informação e comunicação. Porém, o que mais tem-se visto são casos com uma ênfase negativa do fenômeno migratório, no sentido em que mostram preocupação no acolhimento de um grande número de pessoas que abandonaram sua história em seu país de origem. Por outro lado, o empreendedorismo étnico de imigrantes, há algum tempo, vem sendo identificado como fator de mobilidade econômica e diminuição da pobreza entre as comunidades estrangeiras. O pressuposto básico do projeto de pesquisa em cooperação internacional é o de levar aos diversos interessados da sociedade as discussões sobre o fenômeno do empreendedorismo imigrante brasileiro em que buscamos identificar diferentes trajetórias de empreendedores imigrantes que são ilustradas através de comportamentos, e inspiradas tanto em evidências empíricas quanto nas teorias existentes a respeito do tema. Assim sendo,

uma lacuna teórica apontada por autores e que essa pesquisa visa tratar é a elaboração de um modelo teórico que explique possíveis perfis dos empresários imigrantes através das mídias sociais, em especial o *Facebook*, destacando as relações entre suas redes, conformadas em comunidades étnicas e transnacionais. Tal modelo poderá ser adotado por agentes governamentais, da sociedade civil organizada, empresariais e acadêmicos no campo de estudos de gestão e empreendedorismo, tanto no Brasil como nos territórios a serem objetos de estudo de caso, possibilitando, também, a sua difusão para outros países a partir das publicações decorrentes dessa pesquisa. E para isso, os pesquisadores valeram-se da inspiração da literatura acadêmica no tema combinada com dados que emergiram do campo através de técnicas de coleta como análise documental e *surveys*. Dentro desta perspectiva analítica como etapa de pesquisa, o presente estudo com fins exploratórios contou com o apoio da bolsista Pibic CNPq 2020/2021 contemplada com auxílio-pesquisa concedido pelo Edital Pibic

2020/2021 no período de ago./2020 a jul./2021 com o propósito de (i) identificar o perfil sócio econômico desses imigrantes e (ii) identificar fatores motivacionais e as principais questões e necessidades dessas comunidades locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As atividades realizadas pela bolsista Pibic 2020/2021 seguiram métodos de pesquisa documental e pesquisa exploratória visando um primeiro levantamento de dados. Dessa forma, para o cálculo amostral arbitrou-se um nível de confiança de 95% e margem de erro de 4%, chegando-se a um tamanho de amostra mínimo de 599. Com a amostra estipulada, a aluna bolsista tratou de identificar e selecionar os participantes que estivessem dentro do perfil da pesquisa para responderem o formulário desenvolvido pelo coordenador da pesquisa, o Prof. Dr. Eduardo Picanço Cruz, a fim de melhor entender a história e o perfil dos imigrantes brasileiros que estão na Espanha e Itália. As *surveys* foram divulgadas em seus grupos respectivos no *Facebook* onde contou com 33 grupos de *Facebook* na Espanha e 23 grupos de *Facebook* na Itália, os quais totalizam mais de 450 mil membros na Espanha e mais de 377 mil membros na Itália.

Assim, os resultados das *surveys* contaram com uma amostra válida de 254 respondentes para a Espanha e, 240 respondentes para a Itália. Neste primeiro momento, algumas ponderações puderam ser feitas acerca do perfil dos brasileiros nesses dois países. Em ambos os casos, a maior parte é do sexo feminino e jovem na faixa de 31 a 40 anos, denotando uma faixa economicamente ativa. Muitos vão à busca de

oportunidades melhores, segurança e qualidade de vida, fato que pode estar associado ao alto grau de escolaridade dos entrevistados. A grande maioria dos respondentes declarou estar há menos de cinco anos nesses países.

Os principais motivos que os fizeram deixar o Brasil foram devido às razões de cunho familiar e oportunidade de trabalho. Em seguida, motivações ligadas à qualidade de vida e menor violência complementaram.

O presente levantamento não deu conta de abordar traços do comportamento empreendedor dos brasileiros nesses países, além de aspectos relativos aos negócios em si devido ao cenário pandêmico do COVID-19 que instalou-se. Contudo, nada impede preencher essa lacuna de conhecimento sobre empreendedorismo imigrante e étnico de brasileiros no exterior em um momento em que o cenário mundial já esteja melhor assegurado e sem colocar em risco a saúde dos envolvidos.

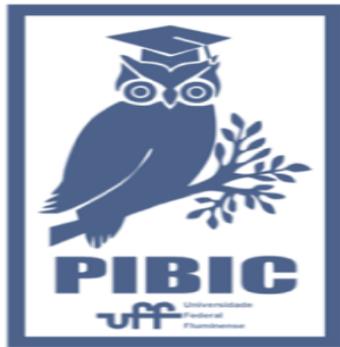
CONCLUSÕES:

Os dados mostram uma migração do tipo seletiva em que uma parte da população, jovem e capacitada, vê a possibilidade de ter uma vida ainda melhor em outro lugar. Ademais, a discussão de modelos teóricos que mapeiem os possíveis perfis dos diversos tipos de empreendedores imigrantes apresenta-se como uma lacuna teórica. Por isso, os dados obtidos abrem caminho para um melhor entendimento do perfil do brasileiro imigrante na Espanha e na Itália e serve de base para a continuação da pesquisa com enfoque nas intenções empreendedoras de brasileiros nesses dois países. Nesse primeiro trabalho, optou-se por

uma abordagem mais descritiva. Futuramente, serão publicados artigos com formatos mais analíticos e, conseqüentemente, mais aprofundados.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos aos membros do Grupos Facebook que dedicaram uma parte do seu tempo para contribuir respondendo as surveys fomentando, assim, uma rede colaborativa e informativa. Gratidão à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, ao CNPq pelo auxílio-pesquisa no Edital 2020/2021, assim bem como à equipe de pesquisadores e estudantes do Grupo de Pesquisa Empreendedorismo de Imigrantes.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: Comunicação olfativa e multissensorial no ponto de venda: indicações etnográficas e reflexões éticas
Autores: Carlos Henrique Trancoso (aluno bolsista) e Fernanda Ferreira de Abreu (orientadora)
Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Comunicação Social (GCO) / Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

A crescente adesão às compras em lojas virtuais através do *e-commerce* reduziu as visitas de consumidores em pontos de venda físicos, fazendo com que as marcas buscassem mais formas de atrair seu público. A comunicação multissensorial ganha força neste cenário.

Para além do uso da díade visão-audição, a comunicação multissensorial busca se apropriar de todos os cinco sentidos humanos. Dessa forma, o tato, o paladar e o olfato também passam a ser utilizados de forma estratégica, como ferramentas mercadológicas. O último, particularmente, se destaca neste processo por ser o sentido mais forte para estabelecer vínculos emocionais, evocar memórias, já que é diretamente conectado ao sistema límbico.

Através de um levantamento de livros e artigos acadêmicos, além de casos de comunicação multissensorial, esta pesquisa buscou analisar e compreender a comunicação multissensorial e, mais especificamente, a comunicação olfativa, considerando tanto suas definições teóricas, quanto suas aplicações práticas pelo mercado. Ademais, também tecemos reflexões éticas e

críticas sobre as características da comunicação olfativa e seus riscos ao consumidor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Ao longo do levantamento bibliográfico, atestamos que o termo “comunicação multissensorial” não foi utilizado para se referir à estratégia aqui discorrida. Em seu lugar, eram colocados termos como “marketing sensorial” ou “*branding* sensorial”. Não encontramos diferenças significativas entre o emprego dos dois termos pelos autores, nos permitindo considerar que ambos são utilizados de forma intercambiável para se referir à mesma prática: o emprego de experiências sensoriais em qualquer ação com objetivo mercadológico, de modo a intensificar uma experiência de compra, garantindo à marca um diferencial em relação a suas concorrentes, e um atrativo para seu público.

Em um ponto de venda, cada sentido pode ser explorado e apropriado de forma única para compor uma ambientação sinérgica e memorável. A visão, pode ser trabalhada em toda a identidade visual de uma marca; a audição, explorada através da musicalidade,

pode ditar o tempo que os consumidores permanecem em uma loja; o tato é trabalhado através da textura, elasticidade e temperatura além das possibilidades da tecnologia *touch screen*; o paladar, estimulado através da degustação, pode ser aproveitado por restaurantes, bares ou cafés para a composição do ambiente. Por fim, o olfato é explorado pelas estratégias de marketing olfativo, atraindo os consumidores, estimulando boas memórias e sensações e os convidando, de forma sutil, a permanecer mais tempo naquele espaço.

Destaca-se, à primeira vista, a imprevisibilidade dessa estratégia em relação a outros formatos de comunicação mercadológica. Estamos suscetíveis a cheiros a todo momento, já que é componente natural do ar que respiramos, e não podemos evitá-los. Com isso, são limitados os recursos que permitem com que nos defendamos desta estratégia antes de sermos atingidos por ela. Assim, o marketing olfativo se torna, por vezes, indefensável, impositivo, restringindo a liberdade de escolha do consumidor quanto a seu contato com a ação.

Além disso, buscamos inferir alguns possíveis estereótipos imputados pelo uso do olfato. A princípio, nos pautamos em como estereótipos de gênero poderiam ser endossados nesse processo, como o uso de fragrâncias mais doces para o público feminino e mais amadeiradas para o público masculino. Entretanto, conforme investigávamos, nos deparamos com certo padrão no uso do marketing olfativo: as marcas que adotavam essa estratégia eram comumente associadas a termos como luxuosas ou sofisticadas, remetendo a produtos mais caros, destinados às

classes sociais mais altas. Junto a isso, algumas das marcas que já conhecíamos por utilizarem o marketing olfativo em seus pontos de venda, como a Farm ou a Bacio di Latte, também são direcionadas para este mesmo público.

Em uma análise histórica é possível perceber que, há séculos o cheiro é utilizado como um marcador social, impregnando a elite e os proletariados com aromas próprios: os ricos exalavam o cheiro de perfume; os pobres, o pútrido cheiro do suor do trabalho. Essa lógica reverbera até os dias de hoje, em que não somente os odores são rejeitados, mas também os perfumes “de pobre”, ou aqueles mais baratos, mais acessíveis. O uso do marketing olfativo em pontos de venda de marcas “de luxo”, de certa forma, acompanha e mantém essa lógica, separando os públicos.

CONCLUSÕES:

A partir desta pesquisa, tornou-se clara a necessidade de uma atualização dos códigos de defesa do consumidor e de autorregulamentação publicitária, que ainda não dispõem de normas específicas sobre o uso do marketing olfativo, o que favorece que as marcas infrinjam a liberdade de escolha de um indivíduo de ser ou não atingido por esta modalidade de comunicação mercadológica. Além disso, também devem ser pensados os possíveis impactos ambientais provocados pela aspersão de produtos químicos na atmosfera que este tipo de ação propõe.



Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas.

Título do Projeto: O Benefício de Prestação Continuada no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social de Niterói.

Autores: Ester Benevides Dias Lima (bolsista PIBIC); Mônica de Castro Maia Senna (coordenadora/ orientadora); Alessandra Bessimo (residente Serviço Social HUAP/UFF); Brenda Luanda

Costa (mestranda em Política Social UFF).

Departamento/Unidade/Laboratório: Serviço Social Niterói/ Escola de Serviço Social/ Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa, cujo objetivo geral foi analisar o processo de incorporação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela gestão municipal da política de Assistência Social em Niterói. No recorte adotado nesse trabalho, privilegiou-se a discussão em torno das mudanças desde a implantação do BPC, com destaque para os últimos cinco anos, de modo a examinar principais avanços e retrocessos.

O estudo teve como procedimentos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica sobre o tema, com consulta ao catálogo de teses e dissertações e ao portal de periódicos da CAPES e ao *Scielo*, com o descritor BPC e recorte temporal de 1996, quando o benefício é instituído, até o ano de 2020; b) levantamento documental de legislação e normativas disponíveis nos sites do governo federal; c) consulta ao *Google Alerts* com notificações semanais e a publicações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre o tema; e d) busca de dados secundários sobre o benefício

na página virtual do Ministério da Cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Instituído na Constituição Federal de 1988 como um dos objetivos da política de Assistência Social, o BPC visa a garantir um salário mínimo mensal ao idoso e à pessoa com deficiência *“que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”* (BRASIL, 1988). Representa importante inflexão nas políticas sociais brasileiras, uma vez que inaugura a modalidade não contributiva da proteção social até então operada sob a lógica do seguro social, sendo o único benefício constitucional da assistência social e relevante marco no campo dos direitos sociais do país (LOBATO; SENNA, 2020; STOPA, 2017).

Apesar de sua previsão constitucional, o BPC só foi implementado em 1996, em contexto de avanço do neoliberalismo no Brasil que deu origem a uma série de retrações das conquistas sociais alcançadas na década anterior. Já na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, são instituídos os critérios de elegibilidade ao BPC: renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo; idade igual

ou superior a 67 anos para idosos; e comprovação da incapacidade para a vida independente para as pessoas com deficiência. Para BARBOSA e SILVA (2003), a “abrangência limitada” é marca intrínseca do benefício, expressa no caráter focalizado e seletivo de seus critérios de concessão.

Ao longo dos anos 2000, há uma tendência de ampliação do escopo do BPC, apesar de mantidos os critérios focalizados. Merecem destaque a redução da idade dos idosos para 65 anos, prevista no Estatuto do Idoso; a introdução da avaliação social para deficientes, realizada por assistentes sociais; e a adoção de um conceito ampliado de deficiência defendido pelos movimentos sociais. Além disso, a judicialização do BPC permitiu afrouxar o critério de renda quando comprovadas outras necessidades. Desse modo, o BPC possibilitou a incorporação de segmentos sociais antes não alcançados pela proteção social, assegurando a sobrevivência daqueles que, muitas vezes, o têm como única fonte de renda familiar.

Nos últimos anos, contudo, avançam tentativas de reversão do potencial protetivo do benefício e de seu reconhecimento como direito de cidadania. Estratégias de descaracterização do BPC se associam a medidas de desmonte do sistema de proteção social brasileiro. Essas estratégias têm se dado de forma sub-reptícia, com cortes no financiamento, supervalorização do critério renda para concessão do benefício, instituição de novos fluxos para acesso e maior controle na averiguação de possíveis fraudes, com tendência de queda no número de beneficiários desde 2019.

CONCLUSÕES:

O BPC é uma inflexão histórica na proteção social brasileira, dirigida a idosos e deficientes extremamente pobres, reconhecendo seus direitos e garantindo uma relativa segurança de renda. No entanto, desde sua instituição, ele enfrenta uma série de ameaças de retrocessos, fortalecidas no contexto atual de desmonte do padrão constitucional de políticas sociais no Brasil. As alterações de cunho restritivo e seletivo trazem impactos negativos a esse segmento e a toda classe trabalhadora. Esse cenário de desmantelamento tem sido agravado pela pandemia de Covid-19, a qual, muitas vezes, é usada como justificativa para cortes nas políticas públicas, o que só acirra as já imensas desigualdades sociais, sendo imprescindível acompanhar as mudanças em curso.

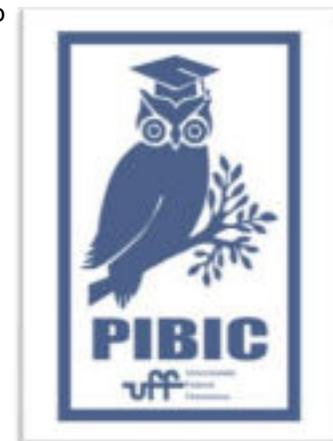
REFERÊNCIAS:

BARBOSA, MMM; SILVA, MOS. **O Benefício de Prestação Continuada (BPC)**: desvendando suas contradições e significados. GAEPP, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**, 1988.

LOBATO, L; SENNA, MCM. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**: os pobres na mira das políticas de austeridade. Blog do CEE-Fiocruz, 2020.

STOPA, R. **O Direito Constitucional ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)**: o penoso caminho para o acesso. Tese Doutorado em Serviço Social. São Paulo: PUC, 2017.





Ciências Sociais Aplicadas
Os museus etnográficos no Brasil: mapeando as coleções indígenas das regiões Sul e Centro-Oeste
Bolsista: Kauê Augusto Rodrigues de Almeida
Orientadora: Profa. Adriana Russi T. de Melo
Departamento de Artes e Estudos Culturais
Instituto de Humanidade e Saúde

INTRODUÇÃO:

Esta iniciação científica integra a iniciativa do comitê de Patrimônio e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de mapear as coleções etnográficas no Brasil. Iniciada em 2019 teve como objetivo mapear e sistematizar dados gerais sobre as coleções indígenas nas regiões Centro-Oeste e Sul. Embora o foco centrasse atenção em coleções indígenas, ao longo do percurso do projeto foram acrescentadas coleções referentes a outros grupos sociais como povos de terreiros, coleções afro-brasileiras, de cultura e arte popular ou de imigrantes. O propósito final da iniciativa da ABA é dar visibilidade a estas coleções, tornando seus resultados organizados e disponíveis em uma plataforma online de fácil acesso para todos aqueles que se interessam pela temática. Uma das reflexões conceituais centrais para esta pesquisa gira em torno dos princípios éticos e da prática decolonial no universo dos museus. Uma literatura sobre Museologia social e compartilhada, por exemplo, foi estudada para contribuir nesse sentido. Assim, inspiram o trabalho as discussões e práticas em torno da decolonialidade e das possibilidades de encontros entre diferentes tipos de saberes no ambiente dos museus. Considerando que

muitos desses grupos sociais também reivindicam seus direitos, saber onde estão preservados artefatos de musealizados e produzidos por seus “ancestrais” pode contribuir com suas lutas. Amparados nisso, este resumo evidencia alguns aspectos da pesquisa e destaca alguns de seus resultados alcançados no período entre 2020 e 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A fim de coletar de forma sistematizada os dados foi idealizada uma ficha usada já em 2019 e cujos campos foram revisados em 2020. Para facilitar a compilação dos dados usamos uma planilha contendo os mesmos campos da ficha. Entre estes campos haviam itens como tipo de acervo etnográfico, grupos sociais a ele associados e outros.

Em termos práticos a coleta de dados se deu a partir de uma lista nominal com contatos de instituições que poderiam preservar acervos etnográficos. A partir daí fizemos uma comunicação direta com o museu (email, telefonema, redes sociais etc), apresentando a iniciativa e questionando o interesse na participação do mapeamento. A seguir enviávamos a ficha à instituição que em poucos casos voltava completamente preenchida.

Observação importante diz respeito às listas nominais de instituições por estado, cujas informações inicialmente estavam desatualizadas e/ou incompletas. Houve então a atualização dessas listas, especialmente coadunando com listas oriundas de sistemas estaduais de museus bom como com dados disponíveis na plataforma *museusbr*¹ e sites de turismo. De um universo inicial de análise geral das regiões Centro-Oeste e Sul havia um total de 1341 museus, sendo que destes foram analisadas 427 instituições, descartadas 232 instituições por não possuírem acervo etnográfico e 203 instituições com contatos inválidos (que não conseguimos atualizar). Das 427 um total 102 instituições já haviam sido mapeadas em 2019. Ao longo do ano desta IC foram mais de 70 telefonemas e 85 e-mails para contatar as instituições. Ao final conseguimos mapear e qualificar através da ficha respondida 22 instituições o que representou um crescimento de 22% em relação ao mapeamento da IC anterior. Desse total, 17 foram mapeadas na região Sul e 5 na região Centro-Oeste. Um ponto importante para elucidar estes resultados foram as dificuldades impostas nesse período pela pandemia da Covid-19, que afetou diretamente as instituições museológicas que permaneceram praticamente o tempo todo fechadas. Nesse período muitas

¹ Plataforma colaborativa concebida através do Cadastro Nacional de Museus e atualizada pelas próprias instituições, caracterizando-se, assim, como uma plataforma horizontal de informações acerca das instituições museológicas brasileiras. Contudo, essa horizontalidade também traz dificuldades de padronização para localizar e identificar instituições, sejam elas com acervos de tipologias diferentes ou não. Disponível em: <http://museus.cultura.gov.br/>

vezes não conseguimos contactar um responsável que tivesse condições para responder sobre os acervos. Em muitos casos a comunicação não progredia. Também cabe comentar a quase total ausência de informações acerca destes acervos no ciberespaço, evidenciando que os museus no Brasil ainda têm muito a fazer acerca da documentação e a disponibilização de seus acervos online.

CONCLUSÕES:

Ao longo desta pesquisa é possível afirmar que os dados evidenciaram outros aspectos importantes sobre a realidade museal brasileira, além dos resultados específicos alcançados. A pesquisa revelou outras problemáticas, como a dificuldade na difusão de informações e armazenamento de dados que os museus brasileiros enfrentam, o que dificulta não apenas o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, como também das próprias comunidades ou grupos sociais que por diferentes motivos desejam conhecer artefatos que foram musealizados e um dia produzidos por seus “ancestrais”. Há ainda que se evidenciar a potência do uso da internet para diferentes propósitos e que merece mais estudos e investimentos para o universo dos museus, seus profissionais e pesquisadores. Atualmente, no mundo muitos repositórios estão online. Por que os acervos dos museus brasileiros ainda não? Bem, esta é uma de muitas questões que ficaram em aberto e merecem novas pesquisas. Por fim, ações como essas são necessárias, sobretudo na contemporaneidade, quando há uma acelerada mudança nas formas de difusão

de informações científicas, especialmente nas ciências humanas. As contribuições não se restringem ao micro acadêmico, mas são relevantes para a cooperação de difusão numa perspectiva macro-social.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq e ao PIBIC-UFF, por tornar possível o projeto e a minha orientadora Profa. Adriana Russi.

REFERÊNCIAS:

ATHIAS, Renato. De acervos coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção museal. Introdução. João Pessoa.ed.UFPB.2019. p-10-25.

PACHECO, João; SANTOS, Rita. Introdução. De acervos Coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção museal. João Pessoa Ed.UFPB.2019 p-7-16

RUSSI, Adriana; SANTOS, Andressa. Os museus etnográficos no Brasil: mapeando as coleções indígenas das Regiões Sul e Centro-Oeste. Relatório Final submetido ao CNPq, 2020.





Grande área do conhecimento: Ciências Da Saúde

Título do Projeto: Judicialização da saúde.

Autores: Ana T. M. Pastor, Fernanda C. Dantas e Claudia C. Dantas.

Departamento/Unidade/Laboratório: REN/IHS/GEPEGENF-UFF

INTRODUÇÃO:

Trata-se de uma pesquisa inserida no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gerência e Ética em Enfermagem da Universidade Federal Fluminense (GEPEGENF/UFF), desenvolvida no Campus de Rio das Ostras. Teve por objeto de investigação: Judicialização da Saúde em processos judiciais nos sites dos Tribunais de Justiça (TJ) dos estados brasileiros.

Justifica-se a presente pesquisa tendo em vista a pertinência temática, bem como a escassez de estudos que abordem o tema. No transcorrer do período de 2020 até 2021, foi iniciado o presente projeto, o qual tem como objetivo analisar processos judiciais relacionados a saúde coletados dos sites dos TJ.

A pesquisa visa contribuir para uma melhor assistência profissional de enfermagem, ensino e pesquisa, uma vez que a mesma diz respeito às demandas judiciais na saúde, na quais o profissional tende a perpassar durante sua trajetória laboral.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados serão apresentados a partir dos dados coletados nos sites dos TJRJ e TJSP. Foram levantados 2.670 processos, onde 60 referem-se ao TJRJ e 2.610 ao TJSP. No TJRJ foram analisados 40 processos referentes a judicialização da saúde e no TJSP 1.342

processos. Destaca-se que segundo o Supremo Tribunal Federal a mera possibilidade de levar conflitos à apreciação do Judiciário é considerada judicialização¹.

Aos principais temas abordados, destacaram-se requerimento para o fornecimento de: insumos, medicamentos, internação compulsória e tratamentos cirúrgicos.

Considerando que a maioria das demandas judiciais de saúde no SUS visa o acesso a insumos e medicamentos, pode-se observar a deficiência de acesso, além de falhas de informação na assistência farmacêutica do SUS. Sendo assim, mostra-se necessário fortalecer as instituições do SUS visto que muitas das demandas são oferecidas gratuitamente e por algum motivo, houve a descontinuidade na entrega de produto/serviço ofertado pelo poder público, motivando a busca pela via judicial².

No que tange os “Desfechos” em sua grande maioria, os requerimentos foram aceitos e concedidos legalmente. Já os requerimentos, não aceitos encontravam-se em desconformidade com a lei.

CONCLUSÕES:

O estudo evidenciou a relevância do debate sobre a temática uma vez que possibilitou o levantamento de processos judiciais na saúde de estados brasileiros, sendo assim, pode-se

realizar o levantamento das principais demandas judiciais e os seus respectivos desfechos.

Considerando que a boa parte dos processos judiciais visa acesso a medicamentos, é importante destacar que a maioria dos medicamentos solicitados estavam presentes na lista de disponibilizados gratuitamente pelo SUS.

Diante desse cenário, ficou claro que o conhecimento referente as legislações relacionadas aos Direitos do usuário, é de suma importância para os profissionais e estudantes de saúde, onde os mesmos dispõem da capacidade de reduzir os números de processos judiciais, uma vez que dominar tais conhecimentos e aplica-los no seu cotidiano.

Por fim, sugere-se mais investimentos e realizações de pesquisas no âmbito judicialização da saúde como forma estratégica afim de sinalizar as principais situações e certamente, possíveis estratégias que possam ser utilizadas com a finalidade de reduzir os elevados números de processos nesta área.

AGRADECIMENTOS:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Universidade Federal Fluminense por apoiar e incentivar os trabalhos desenvolvidos no âmbito da pesquisa. Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gerência e Ética em Enfermagem pelo incentivo, apoio e investimento constante no corpo discente, especialmente, aproximando o acadêmico com o cenário da pesquisa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- 1- Barroso LR. A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Fórum; 2018.
- 2- Vasconcelos FJL, et al. Judicialização Da saúde: análise de ações judiciais demandadas na comarca de sobral, Ceará. Sanare. 2017 [cited 2021 Aug 11];16(02):06-13. Available from: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1172>

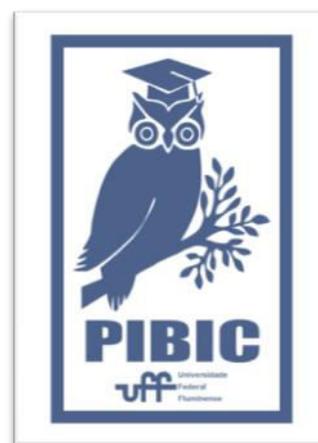


Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)

Título do Projeto

A forma arquitetônica como estratégia de Sombreamento para edifícios em clima quente e úmido

Autores

Marília Ramalho Fontenelle (Orientadora)

Ana Beatriz Pinheiro Mendes (bolsista de iniciação científica)

Aléssia Guimarães de Oliveira (iniciação científica voluntária)

Luiza Rodrigues Vieira (iniciação científica voluntária)

Maurício da Silva Gomes (iniciação científica voluntária)

Departamento/Unidade/Laboratório

Escola de Arquitetura e Urbanismo / Grupo de Pesquisa em Arquitetura Bioclimática - GABi

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva avaliar o potencial de auto sombreamento da forma arquitetônica e comparar o desempenho do auto sombreamento e brises-soleils considerando o clima quente e úmido. Na etapa qualitativa, foram selecionadas do catálogo de Di Mari e Yoo (2012) 20 formas arquitetônicas com potencial de auto sombreamento, identificando as tipologias de proteção solar (horizontal, vertical ou mista) a elas equivalentes. Esta etapa resultou na elaboração de um protótipo de catálogo para auxílio a aplicação da estratégia de auto sombreamento no projeto de arquitetura. Na etapa quantitativa, foram realizadas simulações computacionais de radiação solar e iluminação natural através da suíte de aplicativos Rhinoceros, Grasshopper, Ladybug e Honeybee, comparando o desempenho de 4 cenários para um edifício de escritórios padrão de 2 pavimentos: envoltória

sem sombreamento; envoltória com sombreamento gerado por brises; envoltória auto-sombreada por meio do deslocamento dos volumes do térreo e pavimento superior e envoltória auto-sombreada por meio da inclinação das fachadas. Dois contextos climáticos foram considerados: Rio de Janeiro e Fortaleza.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

. Os resultados indicaram que, apesar de a máscara de sombra ser a mesma nos cenários 2-4, os cenários com auto sombreamento apresentaram melhor desempenho lumínico, notadamente o cenário 4. Isto porque, embora bloqueiem os raios solares de forma semelhante, as superfícies inclinadas amenizam a radiação quando esta incide diretamente na fachada. Entretanto, seja com auto sombreamento ou brises-soleil, o

desempenho lumínico não é excepcional. Ainda observamos o ofuscamento recorrente gerado por iluminâncias acima de 2000 lux, principalmente próximo a janela. E isso já era esperado, pois a intenção não era criar uma solução ideal, mas de avaliar cenários com ângulos padronizados que permitissem uma comparação do desempenho entre brises e auto sombreamento.

CONCLUSÕES

A pesquisa conclui que novos estudos devem ser realizados para evidenciar o potencial ainda pouco explorado da forma arquitetônica como estratégia de sombreamento. Acredita-se que os resultados e produtos possam instigar outras pesquisas a respeito da temática e alcançar um número maior de profissionais, da mesma forma que o catálogo em desenvolvimento deve funcionar como uma ferramenta ilustrativa que servirá como um reforço da necessidade de se pensar a forma adequando-a ao seu contexto climático.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao PIBIC/CNPq pelo financiamento desta pesquisa.

1. TÍTULO DO TRABALHO

Formas de crescimento e sustentabilidade da urbanização latino-americana: Estudo comparativo periferias Bogotá - Buenos Aires - Rio de Janeiro

2. INTRODUÇÃO

O crescimento da pegada urbana da América Latina vem acontecendo de forma insustentável nos últimos 20 anos. Há um crescimento considerável nas cidades emergentes, tendo sua ascensão no final do século XX (TERRAZA, 2016).

Esta pesquisa, que faz parte de uma pesquisa colaborativa internacional em conjunto com a Universidad Antonio Nariño e a Universidad de Buenos Aires, propõe a investigação desses processos, de forma que se possam comparar os dados obtidos no Brasil, na Argentina e na Colômbia, e divulgar os resultados para que estratégias de planejamento possam ser estudadas para alcançar os objetivos desejáveis, tendo como meta os objetivos da Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Para isso, propõe-se a aplicação dos indicadores de sustentabilidade propostos pela Agência de Ecologia Urbana de Barcelona, avaliando, assim, de forma comparativa como o crescimento urbano se desenvolve na América Latina.

No Brasil a área selecionada para pesquisa encontra-se na área central de Maricá. Partindo da proposta de Salvador Rueda para análise de indicadores de sustentabilidade, subdivide-se o perímetro selecionado através dos setores censitários do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, a fim de facilitar a obtenção de dados e o estudo da área selecionada. A coleta de dados foi realizada de forma totalmente online, em virtude dos riscos da realização de visitas a campo por decorrência da pandemia de Covid-19. Os dados coletados são mapeados utilizando o Google Earth, organizados na forma dos indicadores de sustentabilidade e avalia-se a necessidade ajustes para a realidade regional latino-americana.



Figura 1 - Área de estudo e setores censitários equivalentes numerados. Fonte: Elaboração autoral.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da utilização dos setores censitários foi possível obter os dados iniciais para a aplicação dos indicadores de sustentabilidade definidos por Rueda, como quantidade de habitantes e residências no polígono de estudo. Os indicadores propostos por Rueda se dividem em eixos, que se subdividem em âmbitos. Os eixos abordados por Rueda são: Compactação e Funcionalidade, Complexidade, Eficiência, Coesão Social, Habitabilidade e Função Guia de Sustentabilidade, sendo o Compactação e Funcionalidade o estudo no momento.

O Âmbito A1, **Ocupação do Solo**, busca compreender o modelo de ocupação do território e sua densidade, tendo como objetivo reunir em um mesmo espaço um número suficiente de pessoas, a fim de incitar intercâmbios e novas relações comunicativas entre pessoas, entidades e atividades, e entender a intensidade que a edificação exerce sobre determinado tecido urbano. Os resultados encontram-se abaixo do objetivo mínimo desejável, mostrando a baixíssima densidade da área.

Indicador	Fase			Objetivo mínimo	Objetivo desejável	Resultados
Eixo E1. Compactação e funcionalidade						
Âmbito A1. Ocupação do Solo						
1 Densidade de habitações	P	C	U	>80 residências/ha	>100 residências/ha	9,92 residências/ha
2 Compacidade absoluta	P	C	U	5 metros; >50% superfície	5 metros; >80% superfície	2 metros; >80% superfície

Tabela 1- Objetivos e resultados do âmbito de Ocupação do Solo e seus indicadores. Fonte: Elaboração autoral.

O Âmbito A2, **Espaço Público e Habitabilidade**, busca compreender como fatores físicos influenciam na qualidade do espaço público. Tem como objetivo, através de sus indicadores, de buscar um espaço público acessível, ergonômico e confortável. Os resultados obtidos são abaixo do objetivo mínimo desejável, com exceção do indicador de Proporção da rua.

Indicador	Fase			Objetivo mínimo	Objetivo desejável	Resultados
Âmbito A2. Espaço público e habitabilidade						
3 Compacidade corrigida	P	C	U	10-50 metros; >50% superfície	10-50 metros; >80% superfície	
4 Espaço de permanência por habitante	P	C	U	>10m ² /habitante	>15m ² /habitante	1,55m ² /habitante
5 Qualidade do ar	P	C	U	<40µg/m ³ ; 100% população		
6 Conforto acústico	P	C	U	<65dB(A); > 60% população	<65dB(A); > 75% população	
7 Conforto térmico	P	C	U	>50% horas de conforto; >50%superfície da rua	>80% horas de conforto; >50%superfície da rua	
8 Influência mecânico do vento	P	C	U	F(velocidade do vento>3,6) <5% > 75% espaço de convivência	F(velocidade do vento>3,6) <5% > 90% espaço de convivência	
9 Acessibilidade viária	P	C	U	acessibilidade suficiente; > 90% (viário total)	acessibilidade excelente; > 90% (viário total)	acessibilidade suficiente; > 41% (viário total)
10 Proporção da rua	P	C	U	h/d < 2; >50% superfície da rua	h/d < 1; >50% superfície da rua	h/d < 1; >50% superfície da rua
11 Distribuição da via pública	P	C	U	via pública para pedestres; >60% (viário total)	via pública para pedestres; >75% (viário total)	via pública para pedestres; <60% (viário total)
12 Percepção visual do volume de verde	P	C	U	>10% volume verde; >50% superfície de calçadas	>10% volume verde; >75% superfície de calçadas	<10% volume verde; >50% superfície de calçadas
13 Proximidade da população a serviços básicos			U	75% população; ≥ 13 serviços	100% população; 17 serviços	47,8% população; ≥ 13 serviços

■ Indicadores com resultados obtidos
■ Indicadores com necessidade de ajuste
■ Indicadores com impossibilidade de análise

Tabela 2 - Objetivos e resultados do âmbito de Espaço Público e Habitabilidade e seus indicadores. Fonte: Elaboração autoral.

O Âmbito A3, Mobilidade e serviços, busca compreender as formas de deslocamento da população e suas influências, com objetivos de reduzir a dependência do transporte particular e garantir o acesso à rede de

transporte público a partir de modais ativos. Esse âmbito concentra os indicadores com maior dificuldade de aplicação, seja por falta de dados ou pelo impedimento do estudo em campo.

Indicador	Fase			Objetivo mínimo	Objetivo desejável	Resultados
Âmbito A3. Mobilidade e serviços						
14 Modo de deslocamento da população			U	<25% viagens por habitante e dia em veículo privado	<15% viagens por habitante e dia em veículo privado	
15 Proximidade a redes de transporte alternativo	P	C	U	<300 metros a paradas de transporte público e rede cicloviária; >80% população	<300 metros a paradas de transporte público e rede cicloviária; 100% população	< 300 metros; 71% ônibus e 22% bicicleta
16 Estacionamento de bicicletas	P	C	U	<100 metros; >80% da população. Parâmetros: 2 espaços de convivência + disposição de equipamentos + uso terciário (na própria edificação)		
17 Estacionamento de veículos fora de vias	P	C	U	> 50% locais fora de vias	> 90% locais fora de vias	
18 Cobertura da demanda de estacionamento de veículos			U	<25% do déficit de infraestrutura de quadras (fora da calçada)	<10% do déficit de infraestrutura de locais (fora da	
19 Reserva de espaço para distribuição de bens (carga e descarga)	P	C		Reserva de espaço (fora da calçada) para plataforma logística (dimensão variável)		
	Indicadores com resultados obtidos			Indicadores com necessidade de ajuste		
				Indicadores com impossibilidade de análise		

Tabela 3 - Objetivos e resultados do âmbito de Mobilidade e Serviços e seus indicadores. Fonte: Elaboração autoral.

Alguns indicadores não puderam ser aplicados pela impossibilidade de ida a campo e outros encontram-se em ajuste para a realidade do local. A área central de maricá, apesar da concentração de transportes e serviços, com baixa densidade ainda enfrente dificuldades para atender a sua população.

4. CONCLUSÕES

Os indicadores quantitativos se mostraram ferramenta interessante e importante para a análise dos espaços urbanos. A partir deles, é possível analisar áreas de forma menos empírica, obtendo resultados reais que poderão justificar estudos e investimentos nas áreas. Esse método de estudo pode ser utilizado por gestores ou utilizado para cobranças aos mesmos de forma mais assertiva.

A utilização dos indicadores, pode, por exemplo, ajudar Maricá a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que têm o propósito de “acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”. Dentro dos ODS, os indicadores de sustentabilidade urbana podem ser ferramenta para ajudar a tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o ODS. Assim como os indicadores de Salvador Rueda utilizados em Barcelona podem ser adaptados para a realidade de periferias latino-americanas, podem ser adaptados para outras realidades e, assim, ajudar diversas cidades no mundo inteiro a serem mais sustentáveis, inclusas e resilientes.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas

Título do Projeto: O mercado de crédito bancário brasileiro no período recente: 2011-2020

Autores: Gabriel Araujo Ramos (bolsista)

Departamento/Unidade/Laboratório: Faculdade de Economia

INTRODUÇÃO:

O texto deste relato apresenta um recorte do projeto de iniciação científica que aborda o mercado de crédito brasileiro entre 2011 e 2020. Assim, exibindo um breve panorama do mercado de crédito brasileiro no período em questão e colocando as bases teóricas utilizadas para a elaboração do projeto

Em relação às bases teóricas, é basililar mencionar que o projeto foi desenvolvido alinhado à vertente pós-keynesiana de economia e aos conceitos pertencentes a ela. Sendo assim, o conceitode preferência pela liquidez é vital para a compreensão de que os agentes da economia aumentam o grau de liquidez de suas carteiras em situação de incerteza, com o intuito de se reposicionarem quando confrontados com imprevistos e minimizar os prejuízos. Quando em cenários de otimismo, no entanto, os agentes econômicos tendem a se alavancar e a diminuir a proporção dos ativos líquidos em suas carteiras. Dessa maneira, fica estabelecido o *trade-off* entre rentabilidade e liquidez.

Por isso,através da análise das alocações dos atores da economia, é possível perceber o quão conservadorou o quãoarrojado é o comportamento de cada agente. Essa metodologia de análise foi aplicada ao mercado de crédito e os atores analisados pelo projeto foram as firmas bancárias, dessa maneira, investigando as alterações no comportamento das carteiras de bancos privados e bancos públicos e observando também a evolução dos indicadores de crédito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O ativo total do setor bancário brasileiro cresceu 259% entre dezembro de 2000 e dezembro de 2020, tendo passado deR\$ 3,1 trilhões para R\$ 11,4 trilhões a preços de dezembro de 2020. O estoque do ativo total das instituições

financeiras mais que dobrou durante a primeira década, de dezembro de 2000 até dezembro de 2010, e foi multiplicado por 1,5 na segunda década, de dezembro de 2010 até dezembro de 2020. É perceptível que o crescimento do ativo total durante o período 2011-2020 ocorreu em menor escala que o da década anterior refletindo o menor dinamismo econômico, a desaceleração econômica e a crise.

Além disso, a composição do ativo total também se modificou bastante durante o período em questão, principalmente em relação ao cenário da década anterior. Em dezembro de 2000, a participação dos bancos públicos era de 43,42% e caiu até 36,60% em 2008. A partir de 2008, após a crise financeira internacional, a participação dos bancos públicos rapidamente se elevou até 41%, como efeito direto da política anticíclica executada para atenuar os efeitos da crise; após isso, chegou até o máximo de 45,76% em dezembro de 2014, mas finalizou a série com 37,13% em 2020, como resultado da nova orientação dos governos Temer e Bolsonaro para os bancos estatais federais. A participação do segmento dos bancos privados nacionais, por sua vez, em 2000-2010 foi de 32,72% até 41,12%, e em 2010-2020 foi de 41,12% até 45,75%. E, por último, a participação dos bancos privados com controle estrangeiro no ativo total foi de 23,86% até 18,40% durante o período de 2000 até 2010, e, ao fim, em 2020, alcançou 17,12%

Entre os indicadores que utilizamos para medir a preferência pela liquidez dos bancos, está a participação do estoque das operações de crédito e de títulos e valores mobiliários (TVM) nos ativos totais. Neste caso, utilizamos apenas os bancos comerciais, já que bancos de desenvolvimento têm outra lógica de atuação (são instrumentos de políticas públicas). Em dezembro de 2000, os bancos destinavam 35,35% de seus ativos totais para operações de crédito e 28,19% para as operações de TVM;

os bancos públicos destinavam 35,44% para crédito e 27,15% para TVM, enquanto os privados nacionais destinavam 39,18% e 25,80%, respectivamente. Em dezembro de 2010, ambos os segmentos destinavam em torno de 45% para as operações de crédito e em torno de 20% para as de TVM, já em dezembro de 2015, os bancos públicos destinavam 50,51% do ativo para crédito e reduziu grandemente as operações de TVM, para 12,39%, enquanto os privados nacionais destinavam 35,36% para crédito e 21,88% para TVM. Em dezembro de 2020, por sua vez, os bancos destinavam 35,17% para crédito e 24,27% para TVM, apresentando níveis bem próximos aos de 2000; o segmento dos públicos direcionava 43,52% para crédito e 18,73% para TVM, enquanto os privados nacionais destinavam 32,10% para crédito e 27,86% para TVM. Os bancos privados com controle estrangeiro, de 2000 até 2010, foram de 29,83% para 36,88% em operações de crédito e foram de 33,12% para 19,54% em TVM. Por fim, em dezembro de 2020, os bancos privados com controle estrangeiro destinavam 26,66% para crédito e 25,95% para TVM.

CONCLUSÕES:

O mercado de crédito brasileiro passou por importantes mudanças estruturais durante o período de 2011 a 2020. Claramente o crescimento do ativo total exibido durante a década anterior supera bastante o crescimento do período abordado.

A composição dos segmentos se modificou de maneira relevante no ativo total: no início de 2000, o segmento representado pelos bancos públicos detinha o maior percentual do ativo total e, em 2020, o segmento que passou a deter maior percentual do ativo total foi o dos bancos privados nacionais. Sendo assim, o segmento dos privados nacionais assumiu a dianteira na composição do ativo total

Por último, é possível concluir também que os bancos públicos possuem a capacidade de serem utilizados para compensar as lacunas deixadas pelos bancos privados em momentos de crise, executando políticas anticíclicas, ou em situações em que o investimento é necessário para o bem comum, mas não interessa aos bancos comerciais pelos elevados riscos envolvidos, por exemplo, para o desenvolvimento de infraestrutura ou novas tecnologias. O tema que finaliza essa conclusão, portanto, se refere à importância dos

bancos públicos para a estabilidade da economia e das variadas possibilidades de atuação, quando atua junto ao planejamento estatal rumo ao desenvolvimento econômico e à manutenção e ao reforço de políticas públicas.

Agradecimentos:

Agradeço a Deus pela ordem transcorrida dos fenômenos que me trouxeram até aqui e me tornaram satisfeito em fazer parte desse projeto e orgulhoso de minha performance e dos resultados atingidos.

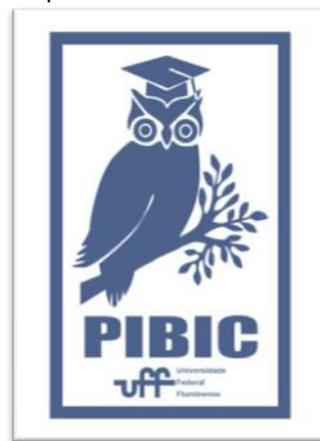
Chamo atenção também ao meu caro amigo e colega de curso João Gabriel, que mostrou a mim a vaga para esse projeto de iniciação científica e, por reconhecer compatibilidade com minhas aptidões, incentivou a minha participação. Sem essa atitude dele, eu não teria participado dessa grande oportunidade. Por isso, meus agradecimentos a ele.

Destaco o papel de minha mãe e meu pai pelos constantes apoio e incentivo e pela prontidão em me ajudar a resolver imprevistos que prejudicaram o prosseguimento de algumas atividades do projeto.

Agradeço à minha namorada Daiane pela motivação e pela disponibilidade em me dar preciosas dicas acerca de projetos de iniciação científica, uma vez que ela já possui mais experiência que eu.

Agradeço muitíssimo ao meu professor Victor Leonardo pela paciência ao lidar com minha inexperiência, pela gentileza presente em todas as correções e advertências a mim direcionadas e pela solicitude em me auxiliar diante dos desafios do projeto.

Agradeço ao PIBIC por tornar viável esse projeto que me desenvolveu enquanto



estudante participante do ambiente acadêmico.

Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do projeto: A sustentabilidade na ótica dos meios de hospedagem do centro histórico de Angra dos Reis - RJ

Autores: Marcelo Barros Curvelo; Wilson Martins Lopes Júnior.

E-mail: curvelomarclo@id.uff.br

Departamento de Geografia e Políticas Públicas - DGP, Instituto de Educação de Angra dos Reis- IEAR, Universidade Federal Fluminense - UFF

INTRODUÇÃO:

Angra dos Reis é um município localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, conhecido pelos seus atrativos turísticos naturais. Em Angra dos Reis, como em outros municípios turísticos, há a instalação de equipamentos que sustentam a atividade turística, como os de hospedagem que colaboram na acomodação dos turistas. Apesar da relevância dos equipamentos de hospedagem, estes provocam impactos socioambientais negativos. Neste contexto, a presente pesquisa teve o objetivo de analisar os posicionamentos ambientais e práticas sustentáveis das pousadas na área central do município turístico de Angra dos Reis. A pesquisa foi realizada em quatro pousadas visitadas e que aceitaram participar do estudo. Para preservação de identidade, os nomes das pousadas e dos entrevistados foram omitidos e representados sob forma dos números, sendo elas: 1, 2, 3 e 4. Optou-se pelo método qualitativo, empregando-se a pesquisa bibliográfica e aplicação de entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Questionados sobre o conhecimento e a prática de turismo sustentável, os entrevistados

reagiram de maneira distinta. No caso da pousada 1, a gerente do estabelecimento afirmou que não possui conhecimento sobre turismo sustentável, além de afirmar que a pousada não possui certificação ambiental. Entretanto, nesta pousada há prática de separação de lixo para reciclagem, utilizam-se lâmpadas de LED, cujo custo de energia é reduzido, também os hóspedes são instruídos em economizar energia. Na pousada 2, o entrevistado afirmou ter um pouco de conhecimento práticas sustentáveis e destacou a importância para a preservação, especialmente pelos seus principais pontos turísticos estarem localizados no litoral. Nesta pousada (2) não há práticas sustentáveis, dessa maneira não há também certificação ambiental, no entanto, há um regulamento para hóspedes recomendando a economia de energia com o desligamento de todos os eletrodomésticos ao saírem do quarto. Na pousada 3, a entrevistada afirmou não ter conhecimento sobre turismo sustentável. Neste empreendimento, não há práticas efetivamente sustentáveis, porém, é presente um regulamento com instruções para que hóspedes colaborem a economizar energia. Na pousada 4, também não foi encontrada ações de ordem ambiental ou prática

sustentável, conforme o entrevistado e, portanto, não possui certificação ambiental.

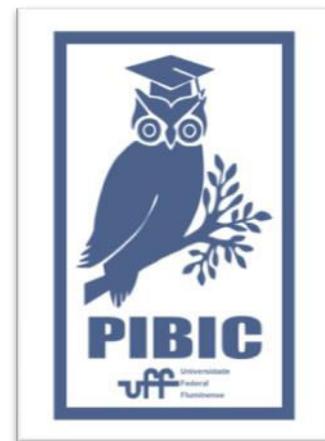
Ao que se refere às questões associadas aos impactos ambientais ocasionados pelos equipamentos de hospedagens, todos os entrevistados destacaram que os empreendimentos causam impactos negativos ao meio ambiente.

CONCLUSÕES:

Nas entrevistas notou-se falta de conhecimento sobre o turismo sustentável e a não ocorrência de certificação ambiental nas pousadas pesquisadas. Os equipamentos de hospedagem pesquisados, não possuem plano de funcionamento sustentável, menos ainda certificação ambiental, apesar dos entrevistados assumirem que os seus empreendimentos causam algum tipo de impacto ambiental negativo. Os entrevistados desconhecem ações ambientais que colaborem em mitigar os impactos decorrentes dos equipamentos de hospedagem. Todavia, observou-se em algumas pousadas, ações que colaboram na redução de impactos socioambientais. Concluiu-se que os gestores das pousadas carecem de conhecimento sobre turismo sustentável, assim como seus estabelecimentos, de práticas ambientais que colaborem com a questão ambiental. O porte dos empreendimentos, assim como a falta de recursos econômicos podem estar associados a ausência de conhecimento e projetos sustentáveis.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à Universidade Federal Fluminense – UFF, assim como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pelo financiamento dessa pesquisa com a Bolsa de Iniciação Científica. Também, agradeço ao orientador Dr. Wilson Martins Lopes Júnior pela orientação acadêmica.





Grande área do conhecimento: Cinema e Audiovisual

Título do Projeto: Mulheres atrás das câmeras: quem são as diretoras de fotografia do cinema brasileiro?

Autores: Beatriz Soares do Nascimento

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Cinema e Vídeo/Universidade Federal Fluminense/Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO

A princípio, cabe destacar que o gênero sempre marcou a fotografia cinematográfica de forma profunda. Isso pode ser constatado tendo em vista os manuais que ensinam a enquadrar e iluminar, os quais apresentam diferentes visualidades para homens e mulheres, definidos por seus papéis sociais. Tal conformação da técnica pode ser também atribuída ao fato desta área ter sido durante muitas décadas um território predominantemente masculino e bastante hostil às poucas mulheres que tentavam adentrá-lo. No que tange ao território nacional, Luelane Corrêa foi a primeira mulher a fazer assistência de câmera em um longa-metragem de ficção, *Amor e Traição* (Pedro Camargo, 1981). Já Kátia Coelho foi a primeira mulher do país a assinar sozinha a direção de fotografia de um longa ficcional, *Tônica Dominante* (Lina Chamie, 2000). Ambas abriram caminho para as tantas outras mulheres nas equipes de fotografia que surgiram nos anos posteriores - embora ainda em um percentual irrisório quando comparado ao contingente de homens exercendo as mesmas funções.

Além disso, deve-se sinalizar a atribuição histórica - e equivocada - da direção fotográfica a uma área puramente técnica e o desdobramento desse pensamento no cenário

desigual vigente. Esse mito da técnica como neutra fez com que, salvo algumas exceções, os atravessamentos de gênero nas prescrições e práticas dos fotógrafos de cinema não fossem objeto de análise crítica durante muito tempo. Assim, não obstante a falta de representatividade feminina alarmante nessa área, são recentes e quase inexistentes os estudos a respeito desse tópico, sendo o que vem sendo desenvolvido na Universidade Federal Fluminense (UFF) o primeiro do Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A priori, faz-se importante salientar que um dos focos principais da presente pesquisa foi a atualização do banco de dados das *loggers*, *video assists*, assistentes de câmera, operadoras de câmera e diretoras de fotografia brasileiras (ou radicadas no país) que atuam em longas-metragens. Isso se deu através da coleta de dados numéricos entre os lançamentos de 2019, a partir de listagem oficial do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual - ANCINE¹. Recorremos, ainda, aos portais da Cinemateca Brasileira² e do Internet Movie

¹ <https://oca.ancine.gov.br/>

² <http://cinemateca.org.br/filmografia-brasileira/>

Database (IMDb)³ para prosseguir o mapeamento. Tais dados foram adicionados ao nosso banco e, posteriormente, convertidos em gráficos para análises mais profundas. A título de exemplificação, cabe mostrar o seguinte gráfico:

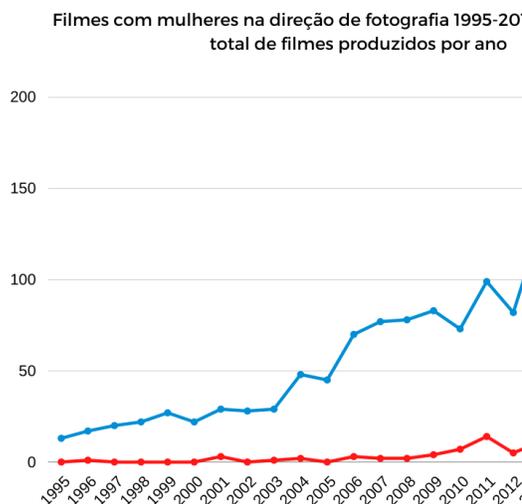


Gráfico 1: em azul, o total de longas-metragens brasileiros (ficção e documentário) lançados em salas de cinema de 1995 a 2019; em vermelho, o total de longas-metragens brasileiros (ficção e documentário) lançados em salas de cinema de 1995 a 2019 com mulheres na direção de fotografia.

A partir do gráfico acima, é perceptível a alarmante discrepância entre a quantidade homens e de mulheres assinando a direção de fotografia de longas-metragens lançados comercialmente. Ademais, com o nosso levantamento foi possível verificar que as pouquíssimas mulheres que conseguem espaço em sua maioria são em cargos hierarquicamente inferiores na equipe, e de não liderança, ou ficam segmentadas a filmes documentários, mais marginalizados e muitas

vezes de produção independente com baixíssimos orçamentos e pouca bilheteria.

Outrossim, é imprescindível sinalizar que não há apenas uma discrepância em atravessamentos de gênero, mas também há uma enorme desigualdade entre as próprias mulheres. Outro grande foco da nossa pesquisa é justamente mapear os perfis das diretoras de fotografia brasileiras para que se possa traçar as discrepâncias entre elas e pensar em possibilidades de reverter esse cenário. Estamos fazendo isso através do contato direto com as fotógrafas por formulários e analisamos dentre outras questões: maternidade, naturalidade, formação técnica, etnia e orientação sexual. Até agora, com as respostas das fotógrafas que já contribuíram conosco, confirmamos o esperado: são quase todas brancas, no mínimo de classe média e de origem do sudeste.

CONCLUSÕES

Em síntese, é enorme a brutalidade desses dados, e as consequências que vão desde a falta de respeito e a falta de credibilidade em casos de assédio e machismo nos sets de filmagem até a perpetuação de imagens distorcidas da figura feminina no audiovisual, já que são quase que unicamente fotografadas pelos olhos de homens. Ademais, é imprescindível que haja uma diversidade entre mulheres que conseguem adentrar esses espaços. Assim como ter um olhar feminino sob a direção da fotografia dos filmes brasileiros corroborará com um aumento da diversidade desse “olhar”, é necessário que haja também

³ <https://www.imdb.com/>

uma diversidade dessas mulheres, cada uma com suas sensibilidades individuais únicas para contribuir com vários “olhares” diferentes e garantir, de fato, um cinema nacional mais diverso e multifacetado.

AGRADECIMENTOS:

Ao Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) por reconhecer a relevância do nosso projeto e possibilitar a execução deste.





Ciências Sociais Aplicadas

Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro

Autores: Maria Eduarda Monsores Facre Canêdo (bolsista PIBIC), Renato Rampini Lopes (bolsista PIBINOVA),

Andréa da Rosa Sampaio (orientadora) e Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos (Pós-Doutorando colaborador)

Departamento de Arquitetura/ PPGAU/ Escola de Arquitetura e Urbanismo. Grupo de Pesquisa CiDHUrb – Cidade como Documento da História Urbana

INTRODUÇÃO:

Partindo do objetivo de compreender a área urbana central do Rio de Janeiro, em suas transformações urbanísticas, este projeto busca ressaltar a relação crítica entre o desenvolvimento urbano e a conservação do patrimônio urbano, documentando de maneira ilustrativa, interativa e cronológica o processo histórico desde o século XX.

Adota-se o formato de Atlas por sua eficiência na articulação, em meio digital, das diversas fontes iconográficas, cartográficas e dados quantitativos levantados, com um resultado visual dinâmico e objetivo do processo urbano da área. Adota-se um método analítico com amplo poder de síntese e organização, propondo elucidar de maneira didática as interfaces do ordenamento urbanístico e do patrimônio cultural.

Apresenta-se o processo de compatibilização de dados coletados anteriormente pela pesquisa, com os novos levantamentos, na plataforma GIS (ou SIG, Sistema de Informação Geográfica), dando origem a um aplicativo web como contribuição para o estudo da história urbana e do patrimônio cultural articulado à cartografia digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O recorte espacial adotado enfoca a área do núcleo urbano original da cidade do Rio de Janeiro (a Cidade Velha), e sua área de expansão imediata (a Cidade Nova e São Cristovão), agregando o atual centro financeiro da cidade e sua região portuária. Nela sobrepõem-se à legislação urbanística local, projetos urbanísticos, e normas de proteção ao patrimônio, que definem diversas áreas de preservação urbana.

Partiu-se dos levantamentos de bens tombados, bases cadastrais e projetos urbanísticos realizados anteriormente, disponibilizados no Atlas digital em plataforma GIS, no software ArcGIS. O aplicativo AtlasRio - Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro, associa dados sobre os bens tombados na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, ao seu histórico processo de transformação urbana, em mapa interativo digital que articula dados previamente limitados a planilhas, às efetivas localizações de cada bem tombado, com suas coordenadas geográficas.

Dando continuidade ao trabalho de pesquisa para acrescentar recursos na plataforma

interativa do aplicativo web, na etapa atual, deu-se prosseguimento à coleta de notícias sobre os objetos de estudo, em jornais diários pela plataforma on-line da Hemeroteca da BN Digital como, o Correio da Manhã, Jornal do Brasil, A Noite, Diário de Notícias e revistas especializadas como a Revista da ADEMI e Revista Municipal de Engenharia. Esse material alimentou uma planilha para catalogar os recortes coletados, de forma compatível com os procedimentos para a sua geolocalização na cartografia digital.

Os achados foram sistematizados, selecionados e geolocalizados no aplicativo web na plataforma do ArcGIS, afim de cruzar e complementar os dados já existentes no protótipo que já está disponível on-line.

As reportagens coletadas foram categorizadas de acordo com os projetos pesquisados. Algumas reportagens que foram encontradas nesse processo de consulta, e que embora não sejam diretamente relacionadas aos projetos específicos que foram seu ponto de partida, foram consideradas como relevantes para a pesquisa, e deram origem à outras categorias.

O material coletado foi processado a partir da transferência das informações da planilha para a Plataforma GIS, criando uma nova categoria de pesquisa, que permite ao usuário clicar em um ponto no mapa digital, abrindo uma guia que possui algumas informações básicas sobre o recorte, como o jornal de publicação, a data de sua publicação, uma breve sinopse do tema e suas palavras-chave. Para ler a reportagem, a aba de cada recorte possui um link que redireciona o usuário para o respectivo acervo online da reportagem.

Além disso, em paralelo ao levantamento dos recortes, outros integrantes da pesquisa foram fazendo consultas à bases de dados iconográficos da Brasileira Fotográfica, buscando fotografias sobre os bens tombados na área de estudo, assim como dos aspectos urbanísticos da cidade em geral., dessa forma foi criada também uma categoria para as imagens, de acervo digital, de cada bem geolocalizado na área de estudo

CONCLUSÕES:

A pesquisa do Atlas tem como intenção mostrar que a cidade é um conjunto de marcas e acontecimentos históricos que tomam forma a partir das transformações sociais e urbanas. Para a constituição de um conhecimento amplo, crítico e reflexivo nós, como pesquisadores, estamos sempre em busca de fontes, registros e documentos para dar valia a nossa produção de conhecimento.

Dessa forma, nossa busca em torno das de sobreposições de informações e registros em relação à área de estudo da pesquisa com foco na salvaguarda do patrimônio cultural edificado da cidade, vem se entrelaçando aos registros de jornal impresso. Os recortes de periódicos buscam evidenciar e dar visibilidade a importância histórica e social dos bens na medida em que promovem, em conjunto com os dados já evidentes no aplicativo web, um amplo entendimento crítico sobre as transformações do ambiente urbano, reiterando as relações entre o patrimônio edificado e cidade e sua resistência.

Através dessa plataforma digital disponível ao público, o aplicativo web AtlasRio busca oferecer uma perspectiva ampliada e dinâmica sobre as informações do processo urbano e suas interfaces sobre a salvaguarda do patrimônio, podendo subsidiar a gestão pública, corpo docente, pesquisadores, bem como membros da sociedade que tenham interesse sobre a temática urbana carioca e seu patrimônio cultural edificado.

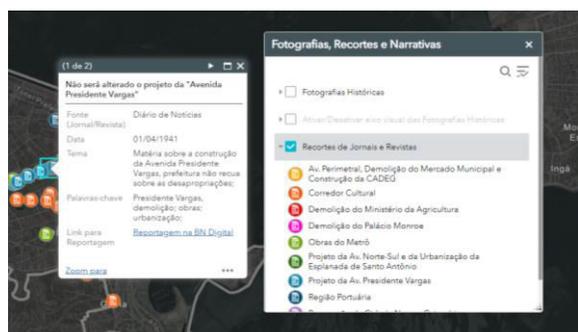


Imagem 01 e 02 - Página do aplicativo “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro” na versão pesquisa com a categoria de Recorte de Jornais e Revistas ativa dentro da plataforma ArcGIS.

Fonte:

<https://atlasrio.maps.arcgis.com/home/index.html> a partir de Base Esri, [ArcGIS](https://www.esri.com/)

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq pela concessão da bolsa, à professora orientadora Andréa Sampaio e também ao pós-Doutorando PNPd CAPES Guilherme Meirelles.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: Espaços para o teatro e o teatro no espaço da cidade: estudo do caso de Niterói
Autores: Bernardo Rocha de Miranda e Silva (Bolsista), Leonardo Marques de Mesentier (Orientador)
Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Urbanismo - TUR-EAU

Introdução

No Brasil, os grupos de teatro estão presentes em 39,9% dos municípios, mas apenas 21,2% dos municípios dispõem de espaços teatrais, marcando uma disparidade. O carnaval, manifestação cultural associada à identidade brasileira. Há blocos de carnaval em 24,2% dos municípios, o que sugere que existe uma identidade com o teatro a ser explorada.

Há uma dificuldade de acesso do público em relação aos espaços para teatro, não apenas por uma questão de incentivo, mas por uma falta de condição financeira, como é observado na tabela da figura 1. A necessidade de sobrevivência se manifesta com mais força quando a renda é mais baixa, portanto é de se entender os gastos serem menor com cultural e lazer, também é de se entender que dispor de uma renda maior permite consumir cultura com maior liberdade como apresentado na tabela.

Figura 1 - Tabela IBGE

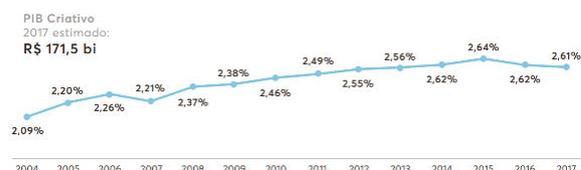
Tabela 6970 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar - valor e distribuição - por situação do domicílio e classes de rendimento total e Variável - Distribuição da despesa monetária e não monetária média mensal familiar (%)								
Tipos de despesa	Ano x Situação do domicílio x Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar							
	2018							
	Total	Até 1.908 Reais	Mais de 1.908 a 2.862 Reais	Mais de 2.862 a 5.724 Reais	Mais de 5.724 a 9.540 Reais	Mais de 9.540 a 14.310 Reais	Mais de 14.310 a 23.850 Reais	Mais de 23.850 Reais
Despesa total	100	100	100	100	100	100	100	100
Alimentação	14,2	22	19,1	17,1	13,8	12,2	9,9	7,6
Habituação	29,6	39	36,6	32,5	28,3	27,3	25,3	22,7
Vestuário	3,4	4,2	3,9	4,1	3,7	3,2	2,6	2,4
Transporte	14,6	9,5	11,3	14,2	1,7	15,9	16,1	14,8
Higiene e cuidados pessoais	2,9	5	4,3	3,8	3	2,3	1,6	1
Assistência à saúde	6,5	5,9	7	6,5	6,7	7,1	6,5	5,6
Educação	3,8	1,9	2,4	3,1	4,1	4,4	4,6	5,1
Recreação e cultura	2,1	1,7	1,7	1,9	2,2	2,2	2,2	2,3
Fumo	0,4	0,7	0,6	0,5	0,4	0,2	0,2	0,1
Serviços pessoais	1	1	1	1,1	1,1	1,1	1	0,8
Despesas diversas	2,4	1,5	1,8	2	2,5	2,4	2,8	3,5

Fonte: IBGE (2018)

Considerando gastos dos grupos sociais, observa-se a importância de investimento público, para permitir a manutenção da atividade teatral, ao longo do seu processo de produção. A falta desse investimento permite entender a flexibilização na forma de apresentação do teatro em espaços alternativos e espaços públicos, não só como fruto de uma modernização, mas também como recurso para viabilizar a existência dos grupos e a formação de plateia para eventos baseados em bilheteria.

Segundo um levantamento da FIRJAN, a economia criativa teve um impacto no Produto Interno Bruto (PIB) nacional de 2,09%, em 2004; esta participação cresceu para 2,61% em 2017. Em 2012 foi constatada uma influência de 18% no PIB e sozinha a economia criativa teve um impacto de 2,55%. Entendendo que a economia criativa influencia outros setores econômicos do país.

Figura 2- Gráfico FIRJAN



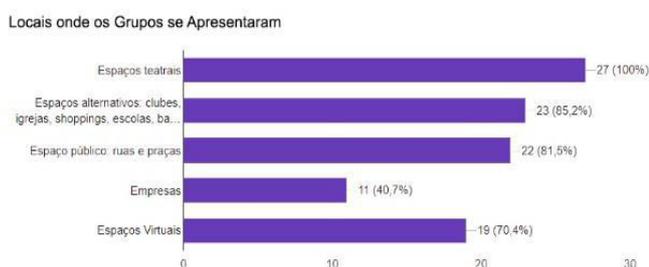
Fonte: FIRJAN (2017)

Resultados

A figura 3 reforça a presença de apresentações em espaços teatrais como

principal local de apresentação. Mesmo os espaços alternativos sendo uma possibilidade para as apresentações, um espaço destinado para o teatro se mostra mais importante principalmente pela disposição de equipamentos próprios para os grupos. Quando abordada essa questão em entrevistas, ficou claro que os demais espaços foram usados principalmente para formação de plateia, visto que ainda há uma divulgação fraca em especial para grupos menores.

Figura 3 - Levantamento dos locais de apresentação

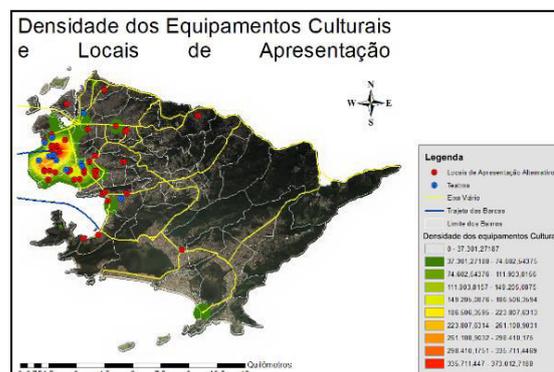


Fonte: Dados levantados pelo autor

Baseado em dados fornecidos pelos grupos de teatro na cidade de Niterói, é possível fazer uma relação do teatro com os demais equipamentos culturais em Niterói (mapa da figura 4). Observa-se que há uma concentração dos teatros próximos a um “Bairro Cultural”. Essa concentração dos equipamentos culturais em um centro implica em deslocamentos do público.

Analisando os locais de apresentação alternativos, se observa um espalhamento pela cidade, tendo as vias principais como referência. Conclui-se então que os próprios grupos se espalham para fora desse “Bairro Cultural” para captação do público.

Figura 4 - Comparação dos locais de apresentação e densidade dos equipamentos culturais



Fonte: Dados adaptados pelo autor disponibilizados pela prefeitura de Niterói e levantados em questionário da pesquisa

Discussão/ Conclusões

A cidade de Niterói dispõe de um público não alcançado pelo teatro devido a distância entre residência e local de apresentação, especialmente o público mais carente e o mais afastado do Centro. Captar esse público para as apresentações estimularia a democratização da cultura e movimentaria um PIB local importante para a economia da cidade. Atender as necessidades desse público vai ao encontro com o que se estabelece no plano diretor de Niterói. É preciso promover a descentralização dos equipamentos da cidade, como previsto no projeto de centro cultural para o bairro do Fonseca. Mas essa descentralização precisa ser praticada atingindo bairros mais distantes como os da Região Oceânica e Pendotiba, pensando esses equipamentos como forma de democratizar a cultura, incentivando a economia criativa e formando profissionais. Explorando tanto a presença da população que tenha uma renda disponível para consumo, quanto a inclusão da população carente na economia criativa e economia da cidade.

Agradecimentos

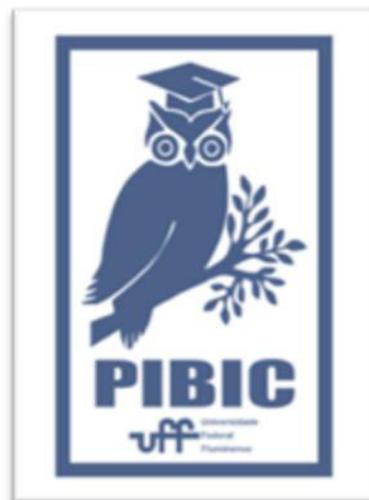
Gostaria de agradecer ao CNPQ pelo incentivo e ao professor orientador Leonardo Mesentier por acreditar no meu trabalho, pelas orientações e amizade que tornou essa pesquisa um verdadeiro prazer.

Referências Bibliográficas

BOLAÑO, César; GOLIN, Cida; BRITTOS, Valério. Economia da Arte e da Cultura. São Paulo, 2010.

CRUZ, Fernando Manuel Rocha. Políticas Públicas e Economia Criativa: Subsídios da Música, Teatro e Museus na cidade de Natal/RN. In: LINHARES, B. F. (Orgs). [Anais do] IV Encontro Internacional de Ciências Sociais espaços públicos, identidades e diferenças, de 18 a 21 de novembro de 2014. Pelotas, RS: UFPel. 2014

REIS, Janaína Martins dos; ZILLE, Luciano Pereira. Empreendedorismo Cultural e Economia Criativa: A companhia de Teatro “Grupo Galpão”. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, São Paulo, v.9, n.2. p. 97-122, Janeiro/Abril, 2020.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: ANÁLISE DE CASOS DE INOVAÇÃO SOCIAL

Autores: Liliane Iten Chaves & Rodrigo Bretas

Departamento/Unidade/Laboratório: TDT/Escola de Engenharias

INTRODUÇÃO:

O termo Inovação Social é entendido como novas formas de relações sociais ou como práticas que levem a novos resultados sociais.

Juliani, D. et al., (2014) conceituam o termo como uma nova ideia, ou adaptação, que atende as necessidades sociais ao mesmo tempo que cria novas relações com o poder de elevar a capacidade de agir da sociedade muitas vezes negligenciados por governos locais.

O designer pode contribuir com a inovação social, com o olhar treinado para interpretar problemas e pelo conhecimento de métodos projetuais.

Chaves (2015) aborda o design para a inovação social como uma área recente do design para a sustentabilidade, frente à necessidade de uma abordagem mais radical para mudança dos padrões atuais de consumo e produção.

A pesquisa tem o objetivo analisar vinte sete casos de inovação social (comunidades criativas) através de aspectos de um framework elaborado por Camila Krassuski (2018) em sua pesquisa de mestrado no PPGDesign da UFPR, utilizando sete aspectos: condições de surgimento, natureza, campos e atuadores, recursos e dinâmicas, evolução, resultados e abordagens do design.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nesta IC foi feita a aplicação do framework no caso Omunga Grife Social, uma instituição privada localizada na cidade de Joinville/SC.

A Grife Social Omunga é uma extensão da empresa com o objetivo de pesquisar, idealizar, projetar e executar a construção de bibliotecas em comunidades de alta vulnerabilidade.

1) Condições de surgimento. Contexto Macro: surgiu após uma estadia do fundador na África observando a vulnerabilidade social. Teve início com o projeto Escolas do Sertão com o objetivo de ouvir as necessidades das crianças, professores e famílias locais para a construção de bibliotecas.

Motivação: estimular a solidariedade e a vida em sociedade, através de mecanismos que aproximem os colaboradores a causa. A Omunga, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, cria condições para que empresas realizem investimento em projetos.

Meio Favorável: para a realização do trabalho é necessário a colaboração de apoiadores, instituições locais, órgãos públicos, organizações sociais e a própria comunidade.

2) **Natureza.** Objeto: a instituição tem como valores a autonomia individual, a liberdade e poder de escolha pela educação, o respeito ao ser humano e a sua história, o engajamento da sociedade para fins de sustentabilidade, espírito de desbravamento, amor pela causa e a vontade de mudança. Objetivo: auxiliar a

capacidade das crianças a construírem seus próprios caminhos com liberdade, autonomia e poder de escolha através da educação. Tangibilidade: ser reconhecida como um agente de mudança social que beneficia crianças e professores de regiões de extrema vulnerabilidade social, por meio da educação.

3) **Campos e Atores.** atua internacionalmente envolvendo cultura, educação, conhecimento e lazer a crianças que residem em locais em vulnerabilidade social. Atores: é formada por um time técnico: fundador e presidente Roberto Pascoal, a vice-presidente, a gestora de projetos e de governança, um coordenador de projetos, uma diretora administrativa-financeira, uma coordenadora de marketing e recorrência, uma assistente administrativa, quatro conselheiros fiscais e quatro conselheiros consultivos, o que totaliza ao todo quinze pessoas. Nível de Atuação: é uma inovação ativa que se mantém com o auxílio financeiro de pessoas externas (membros do OMUNGA Club).

4) **Recursos e Dinâmicas.** acredita na diversificação das fontes de recursos para a segurança nas operações. Inicialmente o caso buscou recursos financeiros com a venda de produtos (camisetas). Há um mecanismo de monetização que aproxima as pessoas da causa criando o OMUNGA Club, um clube de assinaturas de doações e com projetos de financiamento da Lei de Incentivo à Cultura (antiga Lei Rouanet) para o projeto “OMUNGA na Amazonia”. Dinâmicas Internas: atualmente existem 3 projetos: Projeto “Escolas do Sertão”, Projeto “Livros na África” e Projeto “OMUNGA na Amazônia” na qual todo dinheiro e tempo

arrecadado é usado para manutenção e continuação das iniciativas, na construção de novas bibliotecas e na formação contínua de professores. Dinâmicas Externas: O OMUNGA Club faz a interação externa com pessoas que colaboram com a instituição.

5) **Evolução:** A OMUNGA Grife Social nasceu como uma iniciativa independente e permanece ativa e atingindo novos objetivos. Iniciou com o projeto “Escolas do Sertão” a partir das necessidades de crianças, professores e famílias do Estado do Piauí. Com a venda de camisetas, produtos promocionais, doações de livros, materiais pedagógicos e computadores, foi possível dar vida a esse primeiro projeto nas cidades de Betânia e Curral Novo do Piauí. Outros dois projetos são: o “Livros na África”, ação conjunta com a Congregação das Irmãs Franciscanas de Ingolstadt em Luanda, capital de Angola e o “OMUNGA na Amazônia”.

6) **Resultados.** Gerais: melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes em locais de vulnerabilidade social através da educação. Resultados Específicos: o foco social visa levar conhecimento através da leitura a crianças que não tem nenhum incentivo para obtê-la, proporcionando a oportunidade de seguirem seus sonhos e mudarem as suas realidades. OMUNGA capacita moradores locais a levar conhecimento a nova geração de crianças.

7) **Abordagens do Design.** a OMUNGA tem colaboração de Giu Vicente que é designer de produto e atua no conselho consultivo. Design Difuso: não foi possível observar.

CONCLUSÕES:

Com a análise conclui-se que o caso tem o objetivo principal de levar conhecimento a crianças que vivem em comunidades carentes de forma a iniciar uma mudança de realidade do local, seja a curto prazo, capacitando pessoas locais para trabalharem nas iniciativas, ou a longo prazo, potencializando a capacidade dessas crianças em construir seus futuros com autonomia e poder de escolha por meio da educação, sendo viável pela contribuição mensal de colaboradores e a venda de peças veiculadas a grife social da iniciativa.

Com a aplicação do framework percebeu-se como é o funcionamento de uma inovação social, a necessidade de surgimento, o problema social na qual a iniciativa se propõe a resolver, sua missão, seu objetivo e qual a visão para o futuro que a iniciativa pretende alcançar.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPQ pela bolsa de IC concedida.

À PROPPi UFF, em especial ao PIBIC UFF

Aos alunos do PPGDesign da UFPR

À Camila Krassuski.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Desenhando a Vila Real da Praia Grande na Cidade de Niterói: a história urbana na cartografia de 1858 a 1892.

Autores: Arthur Carneiro Ferreira Freitas (Mat.: 218026083) e José Simões de Belmont Pessôa, orientador (Mat.: 7223108).

Departamento/Unidade/Laboratório: Dep. de Arquitetura, TAR

INTRODUÇÃO:

A pesquisa em desenvolvimento trata da continuidade de projeto iniciado em 2017. A partir da análise cartográfica e bibliográfica tem sido compreendido o desenvolvimento urbano da cidade de Niterói (RJ) no século XIX, a partir do seu primeiro plano de urbanização, em 1819. A pesquisa pretende caracterizar os processos de transformação urbana da cidade de Niterói, a partir do projeto desta Vila Real da Praia Grande, contextualizando-os dentro das invariantes que caracterizam o urbanismo praticado no Brasil no século XIX.

A cidade de Niterói, origina-se da ocupação das terras na baía de Guanabara que ficavam defronte do Rio de Janeiro, denominadas pelos portugueses como Bandas d'Além. Parte dessas terras foram dadas em sesmaria ao chefe indígena temiminó Araribóia, em 1573. Além da aldeia, o território era ocupado por engenhos e povoações de pescadores. No século XIX a presença de Dom João VI, leva a criação da Vila Real da Praia Grande. O desenho da nova vila, é um registro único da lógica do urbanismo português no Brasil, pois apresenta o projeto sobreposto ao registro da ocupação espontânea existente,

permitindo-nos entender o que o projeto incorpora da estrutura antrópica precedente.

O presente estudo, pretende contribuir para o conhecimento das invariantes urbanísticas da tradição portuguesa do século XVIII, na fundação e expansão das cidades brasileiras do século XIX. Pretende-se também ser instrumentos de identificação de valor patrimonial de áreas urbanas, lidas como documentos dos processos de ocupação do território brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Por meio da utilização de sobreposições dos mapas de 1833, 1839, 1844, 1858 e 1892, assim como dois mapas catalogados como 18-- e 1890+, foi possível aferir que o desenvolvimento urbano de Niterói, desde 1819 até a atualidade, preservou o traçado urbano proposto inicialmente, sendo destaque pontos de interesse que foram preservados em suas localidades originais, como a Igreja de São João Baptista, e o Largo da Memória, atual Praça Gomes Carneiro, também conhecida como Praça do Rink.

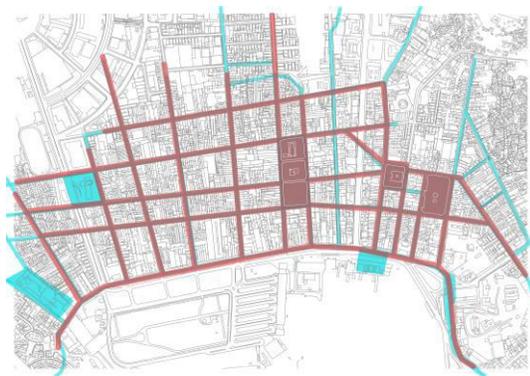


Fig. 1 - Sobreposição das ruas do mapa de 1833 (vermelho) e do mapa de 1892 (ciano) na cadastral

Em 1840, foi elaborado pelo engenheiro Pedro Taulois, a pedido da Câmara de Niterói e da Presidência da Província, o Plano de arruamento da Cidade Nova, compreendendo os bairros de Icaraí, Ingá, São Domingos, Ponta da Areia e o Morro da Armação. Esse plano se traduz no mapa de 1844, que apresenta previsões das ruas, concretizadas até o final do século XIX, apresentadas como completas no mapa de 1892.

Tendo em vista o exposto, foi necessário retroceder as análises ao mapa de 1819 com o seguinte questionamento: Como foi o desenvolvimento das ruas para sua configuração final? Pode-se verificar que o plano da Cidade Nova, de modo semelhante ao do atual centro da cidade, incorpora alguns caminhos pré-existentes e alguns usos.

Nessa etapa fez-se um levantamento e uma análise comparativa dos mapas dispostos, tendo como momento inicial o referido de 1819. Percebe-se desse modo uma linha do tempo, com casos curiosos e esclarecedores, como a origem da atual Travessa Manoel Continentino, sustentando a hipótese de o uso ter originado a partir dela a conexão da rua de São Luiz, atual

rua Visconde de Moraes, com a orla, gerando um novo trecho de rua, a atual rua Prof. Hernani Pires de Mello. Como pode-se ver nas imagens abaixo:



Fig. 2 - Mapa de 1833 com as ruas realçadas



Fig. 3 - Mapa de 1858 com as ruas realçadas



Fig. 4 - Mapa de 1892 com as ruas realçadas

Ademais, foi de suma importância, para a compreensão dessa evolução, a pesquisa das localidades na Hemeroteca Digital Brasileira. Em buscas pelas alterações dos nomes das ruas, encontrou-se uma publicação compilando todas. Pode-se perceber intenções culturais, como apagar o passado Real e exaltar

autoridades da época, em especial homenageando as vitórias e os ícones da Guerra do Paraguai, que nesse momento estava em seu fim.

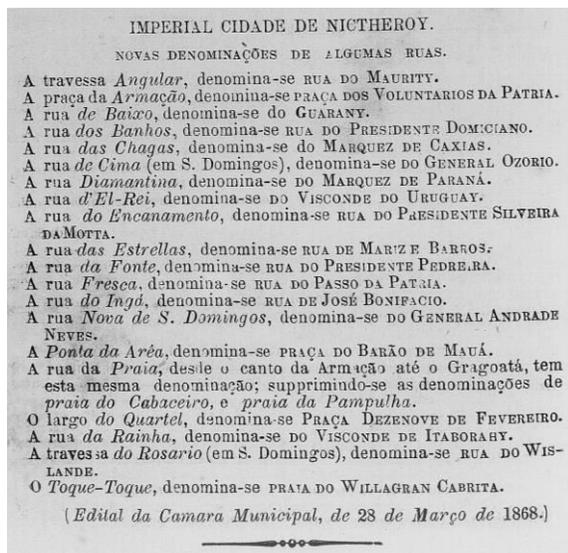


Fig. 5 - 1869 Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro - Ed.26 - Pág.807

Compilados os dados, realizou-se uma análise mais aprofundada dos mapas, para registrar informações que em um primeiro momento passaram despercebidas. Realizou-se, portanto, a verificação das simbologias, carimbos e demais representações, como notações indicativas e outros nomes. No decorrer dessa etapa, realizaram-se descobertas relevantes.

Como exemplo disso, pode-se ressaltar a conclusão de que o mapa de "18--" se tratava de um projeto de abastecimento, uma vez que, após realizadas pesquisas, encontrou-se um trecho de comunicação destinada ao engenheiro Victor Francisco Braga Mello, mostrando que, em 1887, estava encarregado das obras de abastecimento de Niterói (FONSECA, 2004).

Acredita-se, portanto, que esse mapa possa datar dessa época.

Pelos trabalhos e análises desenvolvidos, pôde-se perceber que mesmo com as alterações nas áreas mais antigas e nas áreas mais novas da cidade, os traçados idealizados nos planos de arruamento estudados se mantiveram, por quase duzentos anos, praticamente inalterados. Esse fato mostra que o uso da forma xadrez na elaboração dos planejamentos urbanos por parte dos arruadores e engenheiros militares luso-brasileiros se mostrou algo marcante para a população local e eficaz dentro das lógicas de uso da sociedade nas mais diversas épocas.

CONCLUSÕES:

Acreditamos ter alcançado os objetivos propostos, para a pesquisa, com um resultado satisfatório, mesmo com as limitações impostas pela pandemia.

Concluimos o trabalho em oportuno momento, durante o período em que a cidade do Rio de Janeiro é Capital Mundial da Arquitetura e da realização do Congresso Mundial de Arquitetos, que permitiu troca de conhecimentos proveitosos para os trabalhos. Assim, em meio a tanto descrédito e descrença que se vê no fazer científico e acadêmico brasileiro hoje, temos uma fagulha de esperança de que nosso trabalho ainda é possível e importante.

AGRADECIMENTOS:

A Deus, minha família, meu orientador, meus amigos e todos que me apoiaram até aqui, meus agradecimentos.



Ciências Sociais Aplicadas

“Construções narrativas e produção de sentidos nos audiovisuais contemporâneos sobre juventude-suicídio (1999-2019)”

Autores: Júlia Cruz (bolsista) / Denise Tavares (Orientadora)

Depto de Comunicação Social / Curso de Jornalismo

MULTIS - Núcleo de Estudos e Experimentações do Audiovisual e Multimídia

INTRODUÇÃO:

A Organização das Nações Unidas (ONU) classifica como jovens pessoas entre a faixa etária de 15 a 24 anos (SOUZA, 2016). Esse grupo compõe a atual geração Z, indivíduos que nasceram na era da internet e só conhecem a vida com a superexposição de imagens e informações. Para essa faixa etária, o suicídio é a segunda maior causa de mortes, atrás apenas dos acidentes de carro. O suicídio é uma ação complexa que envolve fatores biológicos, psicológicos, culturais, socioambientais, econômicos e políticos e, sendo assim, não pode ser considerado um evento único e causado por situações específicas que ocorreram na vida de uma pessoa. “É a consequência final de um processo” (CFM, 2014, p.10). Diante do cenário, o Ministério da Saúde e Conselho Federal de Medicina alegam ser obrigação social da mídia abordar o suicídio de forma responsável e adequada. Portanto, foi considerando esse contexto que essa pesquisa se construiu, reconhecendo, primeiro, que há hoje maior facilidade em acessar séries e filmes e, segundo, que dentre a diversidade de narrativas audiovisuais de variados gêneros que são consumidos, existem obras que elegeram o suicídio de jovens como foco de suas tramas. Assim, pensando na crescente exposição de jovens a imagens e considerando o papel da

mídia como produtora de sentidos e elaboradora de representações temáticas, foram levantados no recorte temporal da pesquisa, que cobre um período de 20 anos (1999 a 2019), 19 filmes e 4 séries que contam a história de jovens afetados pelo suicídio, que nesse texto serão chamados de personagens suicidas. A seleção dos títulos definidos foi feita em duas etapas. Primeiro, com uma pesquisa exploratória, buscamos as obras a partir de palavras-chaves relacionadas à temática, já considerando a data de produção. Em seguida, em função da amplitude do escopo, foi delimitado o corte etário do personagem (15 e 24 anos), o período indicado (1999 a 2020) e foram excluídas da lista obras de horror.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir da coleta e tabulação dos dados, é possível elencar alguns indicadores importantes, considerando que essas obras configuram um conjunto relevante em termos de narrativas que podem ser enquadradas como aquelas que envolvem o dístico juventude-suicídio. Assim, das 23 obras analisadas, 13 são produções ou coproduções estadunidenses e 20 têm o personagem suicida com cor/raça branca. Como exceção, temos *Necktie Youth* (2017) e *Euphoria* (2019) com cor/raça preta e *Kimi no na wa* (ou *Your Name*, 2016) com cor/raça

amarela, denominação do IBGE para descendentes de japoneses, conforme Petruccelli e Saboia (2013, p.24). Em todas as obras os personagens suicidas integravam famílias de classe média e não tiveram questões econômicas como um dos fatores que os levaram a cometer o ato. Resumindo, a maior parte destas obras que indicamos configuram um imaginário de jovens suicidas que são brancos e, no mínimo, pertencem à classe média. Ora, esse perfil, em cotejo ao boletim epidemiológico publicado em 2017 do Ministério da Saúde que agrega dados coletados no mundo, apresenta um contraste importante pois, neste documento há a indicação que a maior ocorrência de suicídios de jovens ocorre nas comunidades indígenas, tendo destaque jovens indígenas em regiões ou nações como o Alaska, o Canadá, a Groenlândia, os países nórdicos e a Rússia. Também no Brasil, o número de suicídio cometidos por indígenas de 10 a 19 anos é 8 vezes maior que o registrado entre brancos e negros da mesma faixa etária. Considerando qualquer faixa etária, o risco de óbito por suicídio de indígenas é 2 vezes maior que o da população branca (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017, p.8). Dessa maneira, é possível assegurar que a cor/raça indígena não tem a representação devida quanto ao problema do suicídio na juventude. Já para a cor/raça negra, a representação está defasada. A cada 100 mil brasileiros, em média, 15,2 morrem por suicídio. Desse total, 5,9 são brancos e 4,7 são negros. Assim, o número registrado de mortalidade de pessoas brancas é muito próximo ao de pessoas negras. No entanto, em termos das representações nas obras audiovisuais que

destacamos, o total de narrativas sobre morte por suicídio de personagens brancos é 12 vezes maior em comparação com personagens negros.

CONCLUSÕES:

O objetivo da pesquisa foi identificar os principais argumentos e dramas que envolvem a morte voluntária em obras audiovisuais cujos protagonistas eram jovens entre 15 e 24 anos. A proposta teve como base considerar que tais obras impactam a formação do imaginário popular quanto à imagem e valores do suicida jovem que integram a trama destes filmes e séries. Como já colocado, a seleção indicou a centralidade do personagem branco e de classe média, originado principalmente dos Estados Unidos, como protagonista dessas narrativas, independente do gênero ser ficcional ou documental. Assim, há a exclusão de representação das juventudes negra e indígena na imagem audiovisual sobre juventude-suicídio. Ou seja, há uma invisibilidade muito acentuada dessas populações, o que confronta a convocação dos órgãos públicos quanto a importância da participação da mídia nas lutas pela prevenção do suicídio. Esses recortes são importantes porque concordamos com Foracchi (2018) quando este diz que há “juventudes”, isto é, que fatores econômicos, culturais e a multiplicidade de diferenças sociais produzem juventudes distintas, não havendo, portanto, uma única juventude. Um cenário que evidencia o quanto, talvez, ainda estejamos distantes do envolvimento cidadão na construção de políticas públicas que, de fato, possam contribuir para reverter o quadro brasileiro que já é apontado

como epidêmico, já que o suicídio juvenil no país cresceu 1900% nos últimos 20 anos. (NAGAFUCHI, 2018, p. 150).

AGRADECIMENTOS:

À minha professora-orientadora Denise Tavares por ter me escolhido para esta pesquisa tão bonita e pelas palavras sempre gentis. À UFF por contribuir a cada dia para meu crescimento pessoal e profissional. Ao CNPq pela bolsa e o financiamento de um projeto com capacidade de judar muitos jovens. Aos meus pais por nunca me negarem amor, oportunidades e sempre fazerem tudo o que for possível para me ver feliz. Às minhas irmãs pelo apoio incondicional em todos os momentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CFM. **Suicídio: informando para prevenir.** 2014. Disponível em <http://www.flip3d.com.br/web/pub/cfm/index9/?numero=14#page/1>. Acessado em: 20 fev. 2021.

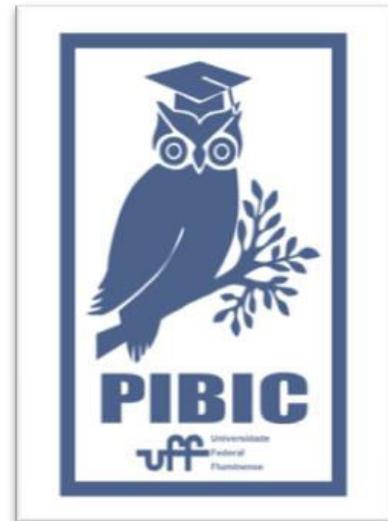
FORACCHI, Marialice Mencarini. **A Juventude na Sociedade Moderna.** São Paulo: EdUSP, 2018.

NAGAFUCHI, Thiago. Em busca de vozes no silêncio: suicídio, gênero e sexualidade na era digital. In **Suicídio – Escutas do Silêncio**, organizada por Fernanda Marquetti. São Paulo: Editora da Unifesp, 2018, pp147-176.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Suicídio. Saber, agir e prevenir.** 2017. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil_epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. **Características étnico-raciais da população: Classificações e Identidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

SOUZA, Thais Godoi de. **O jovem no Brasil: Orientações da UNESCO sobre as políticas de juventude no Brasil.** In: Reunião Científica da XI Anped Sul, 2016, Curitiba. Reunião Científica da XI Anped Sul. Curitiba, 2016. p. 1-14.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS DE 1980 NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: ENFOQUE NO ARTIGO 13 "B"

Discente: JOANA CAROLINA WESTRUP DE ANDRADE

Orientadora: Prof.^a Dra LETÍCIA VIRGINIA LEIDENS

DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ / ICM

INTRODUÇÃO

As relações interpessoais compostas por diferentes nacionalidades e culturas se normalizam, enquanto as distâncias e obstáculos físicos são rompidos pela extraterritorialidade. Dentre as uniões é comum a constituição de famílias transnacionais, relações afetivas entre indivíduos de diferentes nacionalidades, muitas vezes com filhos. Porém, na mesma rapidez que se constroem, estão sujeitas a rompimentos, acarretando consequências que deverão ser reguladas juridicamente. Quando isso não ocorre e há o movimento de retorno de um genitor ao país de origem junto com a criança sem o consentimento do genitor(a) que permanece no país de residência habitual, inserere-se um contexto de subtração internacional de crianças. O instrumento internacional utilizável é a Convenção sobre os aspectos civis de sequestro internacional de crianças de 1980, o qual protege o direito de guarda e visitação da criança. Os movimentos processuais de decisão caminham para duas perspectivas: o retorno da criança ao Estado de residência habitual ou a permanência da criança no Estado abductor, quando uma das exceções são comprovadas e justificadas a partir do melhor interesse para a

criança. Neste contexto, o projeto buscou verificar a resposta do Brasil quando julga casos de subtração internacional de crianças e aplica a exceção prevista no artigo 13, b, que dispõe sobre a violência direta e indiretamente sofrida ou que a criança venha sofrer com o retorno ao Estado de residência habitual. Buscou-se com a pesquisa jurisprudencial verificar a aplicabilidade deste artigo já que envolve na maioria dos casos de violência doméstica e concomitante duas vulnerabilidades, da criança e da mulher. Logo, objetivamos, além de realizar esse estudo abrangente, observar casos em que a subtração é realizada pela genitora, em que alega ter sofrido violência doméstica no país em que morava com o genitor e buscar verificar como se deu a tutela das vulnerabilidades sobrepostas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa jurisprudencial se restringiu aos Tribunais Regionais do Brasil (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Região), a qual teve por delimitação temporal casos de 2014 a 2020. Verificou-se 45 casos em que o Juízo utilizou os artigos exceções como fundamentação nas decisões. A maior parte dos casos analisados, dentre as regras de exceção, aplicaram o art. 13, b, em

conjunto com o art. 12 (adaptação da criança ao novo meio). O Relatório Explicativo da Convenção instrumento de análise para interpretação e aplicação convencional aponta para devida atenção ao art. 13, b, pois, geralmente, vem associado com a prática de violência diretamente em face da genitora e indiretamente em face da criança, o que revela também uma questão de gênero do ponto de vista factual nos casos analisados e uma dupla vulnerabilidade em questão.

A fundamentação do TRF1, TRF3, TRF4 acerca dos casos em que houve aplicação do art. 12 juntamente com o art. 13, b, preponderam os critérios para aferir o perigo ao risco grave: relacionamento da criança com os genitores, a passagem por situações de violência física ou psicológica no ambiente familiar, todos vinculados à saúde física e psíquica da criança ou situação intolerável, exceção disposta no artigo 13 b,. Também restou analisado o impacto aplicativo no cenário pandêmico da COVID-19. Para uma compreensão inicial, segundo a Autoridade Central, registrou-se, no ano de 2020, 90 casos. Nesse sentido, o número alavancou 150% nos últimos sete anos, em sua grande quantidade envolvendo mães brasileiras. É necessário deixar claro a demanda urgente por uma tutela sobreposta, que aparece na interface transnacional e se questiona a preparação do documento convencional para tanto. São diversos os desafios enfrentados desde o início da pandemia COVID-19 e que impactam diretamente as relações afetivas transnacionais. A Conferência da Haia aconselhou aos Estados Contratantes a promover medidas para viabilizar a mediação

online e remota, providenciar tecnologias de informação, eletrônica e comunicação. Na pesquisa jurisprudencial foram catalogados os processos que tramitaram nos TRF'S, de maneira individual e, posteriormente, conjunta. Destes, no TRF da 1ª Região 11 casos aplicaram os artigos exceções e sem fundamentação baseada na violência doméstica praticada contra a subtratora. No TRF da 2ª região, por sua vez somente quatro casos, definem o retorno da criança, não informando o critério de decisão. Mesmo aplicados artigos exceções, não são identificados fundamentos baseados na situação pandêmica e nem em violência contra a mãe. Percebe-se que é recorrente a aplicação do artigo 13 "b", mas sem evidenciar as relações de gênero existentes entre as partes do processo, principalmente a subtratora. Diferentemente de todas as análises anteriores e posteriores (TRF5), seis casos fora relatado no julgamento do processo agressão contínua com a genitora quando residia no mesmo ambiente que pai. Portanto, pouco se evoluiu no quesito jurisprudencial acerca das vulnerabilidades analisadas.

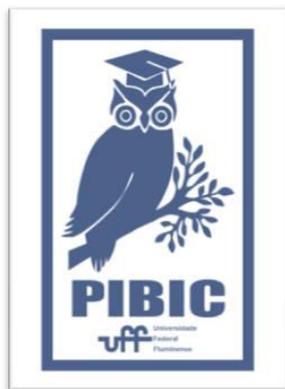
CONCLUSÕES:

Diante da análise sociojurídica é indiscutível os reflexos que um ambiente em que se perpetua a violência contra a mulher podem trazer à(s) criança(s), que nesse espaço residem, sujeitos à possíveis riscos de danos físicos e psicológicos, mesmo que estas sejam circunstâncias de difícil comprovação. É clara, nesse sentido, a situação de vulnerabilidade da criança em face ao meio e o que se desperta é a segunda vulnerabilidade a violência contra a

mulher em situações transnacionais. Caso, nessa conjuntura, a criança seja removida do local de habitual residência, por parte da mãe, é indiscutível a aplicação do artigo 13 (b) à regra geral, mas a preocupação que se evidencia gira em torno da proteção da criança e os caminhos para que esta mãe também venha ser tutelada. Dessa forma, verifica-se que a Convenção pouco esclarece sobre tais questões. No contexto aplicativo jurisprudencial do Brasil analisado, evidencia-se a necessidade do aperfeiçoamento quanto ao cuidado quando a subtratora é mulher, pois a partir do documento convencional, é notável sua fragilidade para dar conta da relação familiar transnacional com a presença de crianças e abductoras.

AGRADECIMENTOS

Ao PIBIC/CNPq pela bolsa de Iniciação Científica 2020/2021 e um agradecimento especial à Orientadora, que me apresentou o caminho da iniciação científica e me orientou de forma majestosa durante o caminho percorrido.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Sindicatos e a Reforma Trabalhista: análise dos desdobramentos no Rio de Janeiro

Autores: Prof. Maria Cristina Rodrigues, Emanoella Moreira, Ana Clara Souza, João Marcoyves Carvalho da Silva

Departamento/Unidade/Laboratório: Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF)

INTRODUÇÃO:

A pesquisa em pauta se propôs analisar criticamente os desdobramentos da Reforma Trabalhista implementada em 2017. Depois de pouco mais de três anos de sua implementação, que impactos podem ser verificados no que diz respeito ao emprego, à remuneração, às formas de contratação, à jornada de trabalho; à ação sindical e acesso à Justiça do Trabalho? É o que procuramos responder, considerando a experiência de seis sindicatos de trabalhadores no Rio de Janeiro: Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí; Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense; Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro; Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro; Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

A profunda crise sanitária-social-econômica e política na qual o mundo mergulhou a partir de fevereiro de 2020 com a pandemia do coronavírus, teve (e está tendo) consequências sobre o trabalho, intensificando ainda mais a precarização que a Reforma Trabalhista já havia tingido de cores bem fortes.

Daí, a sua incorporação como novo elemento a ser analisado na pesquisa..

Para a escolha dos sindicatos, partimos de dados levantados em um Seminário sobre a Reforma Trabalhista, acontecido na UFRJ em 2018, no qual estiveram presentes dirigentes das referidas entidades apresentando um balanço crítico das medidas da Reforma que, naquele momento, afetavam de forma diferenciada as várias categorias - de acordo com o grau de organização e a estrutura sindical, mas também dependendo do setor a que pertencem (público ou privado; indústria, comércio, serviços). Passados três anos, aquelas tendências se confirmaram? Que tipo de respostas os sindicatos foram capazes de colocar em prática?

Para o levantamento de dados foi elaborado um questionário com 60 perguntas, com os eixos: Identificação da entidade; Reforma Trabalhista; Trabalho e Pandemia; Outras Observações, dentre os quais, o que reuniu maior número foi o eixo sobre a Reforma Trabalhista, com 33 questões. Além disso, também foram analisados Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, e os sites

dos sindicatos para verificação do tratamento à temática da Reforma.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A realização da pesquisa em um cenário de isolamento/distanciamento provocado pela pandemia, cujas consequências objetivas e subjetivas ainda pesam sobre o país (especialmente sobre a classe trabalhadora), cobrou da equipe um esforço extra e capacidade de adaptação do planejamento inicial. Não foi possível realizar entrevistas presenciais com os dirigentes, mas o **questionário** nos permitiu traçar um perfil das entidades, com destaque para as estratégias adotadas no enfrentamento aos ataques que trabalhadores/as vêm sofrendo, mesmo antes da “reforma”, dentre as quais citamos a privatização das telecomunicações, em 1998, e o processo de desindustrialização no caso dos metalúrgicos, o que acentua a precarização e impõe desafios para a ação sindical.

Sobre a **Negociação Coletiva**, a Reforma Trabalhista procura destruir estes espaços, atingindo também as instituições protetivas do Trabalho. No entanto, pelos dados da pesquisa, podemos dizer que esse tem se mantido como um espaço importante de resistência, apesar de perdas importantes: dentre os seis sindicatos, três deles (Bancários, Petroleiros e Telecom) tiveram pouca mudança nas cláusulas sociais/benefícios dos Acordos/Convenções, embora no que se refere ao reajuste salarial, especialmente no ano de 2020, algumas categoriais ficaram sem receber. E tanto os professores da rede privada quanto os comerciários destacam o aumento do

desemprego e também mudanças nos contratos (PJ, MEI, por tempo determinado) e no nível salarial, que reduziu muito. No caso dos metalúrgicos, há três anos o Sindicato não consegue renovar a Convenção Coletiva com o sindicato patronal que representa os estaleiros maiores. E quanto à pandemia, todos os sindicatos entraram com ações judiciais para cumprimento das medidas de saúde e vêm lutando por aditivos que tratem do home office.

Se a negociação coletiva tornou-se mais difícil, a maioria dos sindicatos utilizou bem os seus **meios de comunicação** para informar e mobilizar os trabalhadores sobre as consequências da “reforma”. Além disso, com a pandemia, também intensificaram o uso das redes sociais (facebook, instagram, twitter, WhatsApp) para denúncia, informação e solidariedade.

CONCLUSÕES:

Frente a esse cenário dramático, o que podemos dizer com a pesquisa realizada, é que os sindicatos foram capazes de dar respostas. Não são respostas homogêneas e nem com efeitos e resultados iguais para as diversas categorias. Mas incorporaram aspectos novos, no que se refere à comunicação com os/as trabalhadores/as e à renovação dos dirigentes e representantes de base, ao mesmo tempo que procuram preservar a estrutura construída e também as conquistas alcançadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPOS, Anderson; GALVÃO, Andréia; LEMOS, Patrícia; TRÓPIA, Patrícia. O impacto da Reforma Trabalhista no sindicalismo

brasileiro: reações e resistências in: KREIN, J.D
et al (orgs). O Trabalho Pós Reforma
Trabalhista (2017) Vol.1. São Paulo: CESIT,
2021. Pdf





Ciências sociais aplicadas

Aplicação da pesquisa *survey* para de mensuração de conceitos sociais abstratos: opinião política e as tendências de pensamento político da população de Campos dos Goytacazes

Lucas Alves Guedes e Gustavo Henrique Naves Givisiez.

Departamento de geografia/Instituto de ciências da

sociedade e desenvolvimento regional/Núcleo de Estudos em Espaço e Demografia.

INTRODUÇÃO:

Uma pesquisa realizada em 2017 pelo Datafolha, levando em consideração questões comportamentais e econômicas, constatou que a população brasileira se divide praticamente simetricamente entre esquerda (41%) e direita (40%), quando o assunto é ideologia política (DATAFOLHA, 2017). No 2º turno das eleições de 2014, Dilma Rousseff (PT) se reelegeu a presidência da república obtendo 51,64% dos votos válidos (G1, 2014), quatro anos depois, Jair Bolsonaro (PSL) venceu com 55,13% dos votos válidos, enquanto Fernando Haddad (PT) obteve 44,87% (G1, 2018). É interessante perceber a mudança de posicionamento político-ideológico do eleitorado em quatro anos. No entanto a pesquisa da Datafolha, realizada um ano antes das eleições de 2018, não conclui uma expressiva reviravolta do pensamento político brasileiro.

A realização desta pesquisa justifica-se pela importância de entender melhor como pensa a população brasileira e como essa se organiza dentro do espectro político. A pesquisa também apresenta uma nova proposta de divisão do espectro político inspirada no modelo *political compass* (PACE NEWS LTD, 2021).

Diante do problema de as pesquisas recentes sobre o posicionamento político da população parecer não se enquadrar aos resultados apresentados nas urnas, esse estudo tem o objetivo de identificar uma tendência de perfil política de parcela da população.

Para isso, foi elaborado um questionário com 20 afirmativas sobre questões políticas, sociais e econômicas, que devem ser respondidas por uma escala Likert com as seguintes opções de resposta: concordo fortemente, concordo, não sei, discordo e discordo fortemente. O questionário foi formatado no *Google Forms* e divulgado pelas redes sociais do autor e por pessoas próximas deste. A pesquisa é não probabilística e não tem a intenção de refletir como pensa toda a população do país, mas sim só parcela daqueles que responderam ao questionário. Respostas foram aceitas do dia 25/5/2021 ao dia 25/06/2021. Os resultados foram organizados no programa *RStudio* (RSTUDIO TEAM, 2020) e estratificados de acordo com as questões pessoais por meio de frequência e tabulação cruzada.

Posteriormente a média das respostas dos participantes foi lançada na bússola política bidimensional do projeto, inspirada no modelo *political compass*. A bússola leva em conta a

distinção direita-esquerda e a distinção coletivismo-individualismo. Em cada um dos quadrantes existem 3 correntes políticas distintas, uma mais próxima ao centro, uma intermediária e uma mais próxima ao extremo. Na imagem 1 pode-se ver lado a lado a bússola política do *political compass* e a bússola que será usada no projeto.

Imagem 1: *Political compass* à esquerda e bússola do projeto à direita.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O questionário recebeu 187 respostas, sendo que a maioria das pessoas são homens, brancos, com ensino superior, idade entre 21 e 40 anos e residem no estado do Rio de Janeiro. A seguir serão apresentadas as 20 afirmativas e como ficaram divididas as respostas:

A produção e o consumo de maconha devem ser legalizados: divisão quase simétrica, com uma leve tendência à aprovação.

Pena de morte deve ser uma opção em alguns casos: divisão simétrica.

Casais homossexuais devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais: 75% favoráveis.

Algumas culturas são superiores a outras: 73% contrários.

Aborto deve ser legalizado em todos os casos: 58% contrários.

O governo deve ter autonomia sobre as decisões tomadas em seu território sem sofrer influência de organizações internacionais como a ONU: divisão quase simétrica, com uma leve tendência à rejeição.

A produção e o consumo de drogas sintéticas, como LSD, devem ser legalizados: 86% contrários.

Aumentar o poder militar é uma boa maneira de proteger a minha nação: divisão simétrica.

Meu país deve manter as fronteiras abertas para todos os imigrantes: maioria contrária.

Quanto mais forte nosso líder, melhor para minha nação: maioria à favor.

O governo deve distribuir a riqueza dos ricos para os pobres: metade contrária.

O acesso ao porte de armas de fogo deve ser legalizado para civis capazes de usar uma arma: 60% contrária.

Um sindicato forte é necessário para manter os direitos dos trabalhadores assegurados: 65% favorável.

A iniciativa privada geralmente aloca melhor recursos que o poder público: maioria favorável.

Taxar produtos estrangeiros é uma boa maneira de proteger a indústria nacional: divisão simétrica; essa foi a 2ª afirmativa com o maior número de indecisos, 26%.

A principal função da educação escolar é preparar a próxima geração para o mercado de trabalho: pouco mais da metade favorável.

Impostos sobre atividades industriais devem ser altos devido aos danos que as indústrias causam ao meio ambiente: maioria favorável.

A interferência do Estado no mercado é um risco à economia: por uma leve diferença a maioria foi favorável; essa foi à afirmativa com maior número de indecisos, 31%.

A política de cotas raciais é uma boa maneira de promover a diversidade racial: pouco mais da metade favorável.

Prefiro pagar menos impostos mesmo que eu tenha que bancar meus serviços de saúde e educação: pouco mais da metade contrária.

A imagem 2 é o resultado final do projeto, a bússola política com a média de todas as respostas dos participantes.

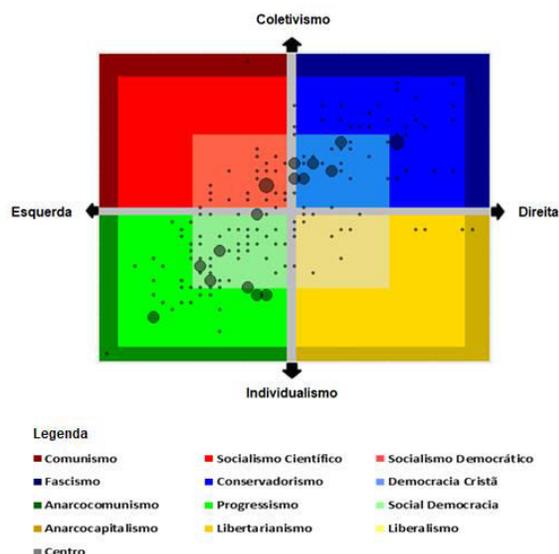


Imagem 2: Bússola política com a média das respostas de todos os participantes.

CONCLUSÕES:

De acordo com os resultados da bússola política, percebe-se um agrupamento maior em diagonal que vai do quadrante da esquerda individualista, cujo recebeu maior número de respostas, ao quadrante da direita coletivista. Sendo assim, pode-se dizer que, dentre os participantes, predominam dois grupos antagônicos. Os com tendência progressista e social democrata, tem apreço pelas pautas do

liberalismo social e acreditam em uma política econômica em que o Estado desempenhe uma função de importância; já os com tendência conservadora e democrata cristã, tem apreço ao conservadorismo social e a uma política econômica mais aberta ao mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Mapa da apuração no Brasil: veja o resultado da votação para presidente em cada uma das cidades no Brasil. **G1**, 20 out. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/mapa-da-apuracao-no-brasil-presidente/2-turno/>>. Acesso em: 26/08/2021.

OPINIÃO PÚBLICA. Ideias afinadas com esquerda voltam a empatar com pensamento de direita. **Datafolha**, São Paulo, 03 jul. 2017. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/07/1898056-ideias-afinadas-com-esquerda-voltam-a-empatar-com-pensamento-de-direita.shtml>>. Acesso em: 26/08/2021.

Resultado da apuração do 2º turno. **G1**, 27 out. 2014. Eleições 2014: central da votação e apuração. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/cobertura-votacao-apuracao.html>>. Acesso em: 26/08/2021.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao meu orientador Gustavo Henrique Naves Givisiez, aos meus familiares e a todos que responderam ao questionário.



Ciências Sociais Aplicadas

Zen/Slow Gaming: experiência estética, delicadeza e relaxamento nos videogames

Pedro Wajsfeld

GEC/IACS/mediaLudens

INTRODUÇÃO:

Em novembro de 2007, Ian Bogost, pesquisador, escritor e *game designer*, publicou em sua coluna no site Gamasutra o texto *Persuasive Games: Video Game Zen*. No artigo, Bogost discorria sobre o aspecto aparentemente intrínseco de determinadas mídias que as configuram como meios que priorizam ação ou repouso (*lean forward medium* e *lean back medium*, no original, respectivamente). Neste sentido, veículos como a televisão se diferenciariam dos videogames, já que o primeiro parecia funcionar de forma que pouco agenciamento físico (AARSETH, 1997; MURRAY, 1997) é demandado por parte do espectador, enquanto o segundo requer que ações sejam executadas durante o momento de interação com a mídia, para que esta possa ocorrer tal qual planejada. A partir daí, Bogost traça uma linha de pensamento que beira uma situação paradoxal, pois, se são os videogames *lean forward medium* por natureza, o que haveria de ser dito sobre jogos que deliberadamente se apresentavam como “experiências relaxantes” ou, como cunharia o autor, “jogos zen”?

Ao pesquisador interessava melhor compreender o lugar dos *zen games* no cânone do que significa “jogar videogames”, e em que medida esses jogos cumpriam a aparente função relaxante a que se propunham. Juntando as conceituações do autor e de alguns outros poucos pesquisadores que se debruçariam sobre o tema, entende-se que os *zen games*, então, seriam jogos eletrônicos que se afastam de aspectos gerais pelos quais os videogames ficaram conhecidos (objetivos claros, missões a serem cumpridas, punições e recompensas, por exemplo) e adotam gráficos¹ e jogabilidade que

¹ Chama-se “gráfico” o estilo imagético adotado para retratar um videogame. Enquanto algumas obras apresentam

buscam exaltação da liberdade, calma e natureza, muitas vezes com uma aparência minimalista, músicas instrumentais de fundo e poucos elementos gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados encontrados apontam para uma necessidade maior de pensamento sobre a estética, estética do lúdico e estética da comunicação que apontem para as questões pertinentes a realidade sociocultural do Brasil. Além dessas preocupações ficou evidente a falta de literatura em português sobre o tema da estética aplicada a área dos *game studies*.

Porém essa falta de literatura não deve ser encarada como um obstáculo, mas sim como uma oportunidade para desenvolver pesquisas que efetivamente pensam a realidade brasileira (e latino-americana), de forma a impulsionar não apenas a produção acadêmica sobre a área de jogos eletrônicos, mas também como um incentivo para o impulsionamento da indústria como um todo no Brasil por ser uma oportunidade ímpar para desenvolvimento de tecnologias e desenvolvimento profissional.

As pesquisas integraram ainda as atividades do projeto de extensão *GameClube*, vinculado ao curso de graduação em Estudos de Mídia, da UFF. Neste, não só o aluno responsável pela pesquisa, mas também uma variada equipe de graduandos se engajou na produção de eventos temáticos sobre videogames na Comunicação, ao passo que uma das linhas de discussão mais

gráficos “realistas”, que se esforçam ao máximo para representar as coisas como elas são na realidade, alguns jogos podem ter gráficos “cartunescos” ou ainda, de acordo com alguns jogadores, “artísticos”, como quando são desenhados à mão.

caras ao projeto é justamente os processos de interação entre jogador-jogo.

O tema deste projeto acabou tornando-se, ainda, um dos temas abordados nos encontros do grupo de pesquisa *mediaLudens* ao longo do ano de 2021. Contando com a participação ativa de alunos de graduação e pós-graduação tanto da Universidade Federal Fluminense quanto de instituições parceiras, as reuniões do grupo passaram a ser norteadas pelas leituras e debates a cerca das estéticas do lúdico. Eventualmente, os tópicos de discussão foram levados para a disciplina *Comunicação e Experiência Estética*, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF.

CONCLUSÕES:

Com a produção resultante do projeto, podemos observar que o campo ainda é fértil. Novas interpretações acerca de temas já consagrados na literatura acadêmica, além de produção de literatura local que avance as questões dos pesquisadores. O projeto percorreu um grande caminho

Infelizmente, devido à pandemia que assola o país a pesquisa não conseguiu se desenvolver plenamente. Isso deixa caminho aberto para mais expansões quando a situação permitir encontros presenciais nas quais os participantes tenham segurança total para reuniões. Esses encontros podem definir mais ainda como as pessoas se relacionam com a estética da interação e mais ainda com o *zen* e o *slow gaming*, além de revelar caminhos para as etapas seguintes da pesquisa.

REFERÊNCIAS DO RESUMO:

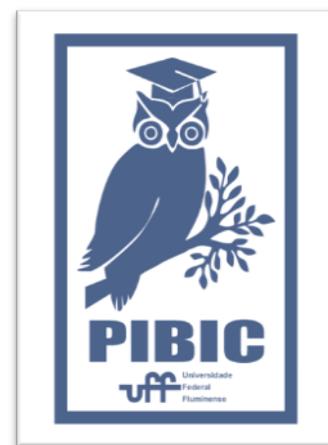
AARSETH, Espen. “O jogo da investigação: abordagens metodológicas à análise de jogos”. In: **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, n. 4, julho de 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2228>. Acesso em: 22/03/2019.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOPES, Denilson. **A delicadeza**: estética, experiência e paisagens. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

KWASTEK, Katja. **Aesthetics of Interaction in Digital Art**. Trad. Niamh Warde. Cambridge/MA: The MIT Press, 2013.

SHUSTERMAN, Richard. Beneath Interpretation: Against Hermeneutic Holism. In: **The Monist**, Vol. 73, No. 2, April 1990, pp. 181-204.





Ciências Sociais Aplicadas

Ensino jurídico e reprodução de estereótipos de gênero

Dra. Fernanda Andrade Almeida

Suzana Martinez Schumacker

Departamento de Direito de Macaé (MDI/ICM)

INTRODUÇÃO:

O presente estudo tem por escopo a análise do campo jurídico, com o propósito de compreender como estereótipos de gênero são por ele reproduzidos. Para tanto, buscou-se investigar quais aspectos priorizam determinados agentes – e seus discursos -, de modo a conservar desigualdades.

Partindo da premissa que no processo de aprendizagem há a interiorização de práticas e convicções, a pesquisa volta sua atenção para as consequências de um modelo engessado de ensinar, onde as visões multiculturais são renegadas em prol de uma educação dita universal (hooks, 2017). Mas que, na realidade, refletem, somente, a perspectiva dos que se acomodam no pináculo da hierarquia social.

Desse modo, objetiva-se identificar por quais meios o ensino jurídico contribui para a reprodução de estereótipos de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A disparidade de gênero na hierarquia jurídica perpassou toda a história das instituições de Direito e continua a ser reproduzida. Isso fica evidente quando se

observa a predominância de um perfil específico em posições de relevância nesse campo, qual seja, o do homem, branco e heterossexual.

Não por acaso, as faculdades oficiais superiores de Direito, criadas em 1827, só permitiram a entrada de mulheres em 1901, por meio do Decreto n. 3.890, em seu art. 121. Desse modo, percebe-se que foram necessárias décadas para que o direito de frequentar o ambiente acadêmico jurídico fosse conquistado pelas mulheres, ainda que, como previa o artigo supracitado, em salas de aula separadas. Ademais, é preciso salientar que o acesso ainda restringia-se a um recorte de classe e raça. Logo, é notória que essa possibilidade de ser admitida na faculdade não correspondeu à democratização desse espaço. Da mesma forma, essa abertura, não acompanhada de mudanças estruturais, fez com que as instituições continuassem a reproduzir o mesmo viés patriarcal.

Outrossim, a graduação em Direito usa o modelo conferencionista de aula, no qual os alunos são meras figuras passivas no aprendizado, e apenas o professor configura-se como o difusor do conhecimento. À vista disso, a assimetria entre mulheres e homens pode ser

perpetuada “através de uma experiência passiva na aula, e por meio de uma atitude passiva em relação ao conteúdo do sistema jurídico” (KENNEDY, 2000, p. 122). Assim, os agentes de relevância desse campo possuem legitimidade para ensinar um Direito que reflete um único ideário, fruto de experiências daquele grupo em particular, de modo a levar o discente a acreditar em uma educação dita universal e neutra.

Na contramão desse caráter conservador dos cursos jurídicos, surge a Resolução nº. 9/2004, a qual institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em direito e dá outras providências. Ela expressa a necessidade de assegurar ao estudante uma formação calcada no pensamento crítico, da mesma forma que aponta a relevância de uma postura reflexiva e atenta aos elementos humanísticos imprescindíveis à prática do Direito.

No entanto, temáticas de gênero são explicitamente mencionadas apenas na Resolução nº 5 de 2018. Essa normatização incluiu pela primeira vez, em seu artigo 2º § 4º, a temática de políticas de gênero e relações étnico-raciais no projeto pedagógico do curso. Portanto, essa previsão se mostra significativamente importante, dado que as desigualdades se disseminam tanto pelo ato ativo da fala, mas também tacitamente, quando as instituições de ensino se abstêm de abordá-las em seus quadros de aula.

CONCLUSÕES:

O curso de Direito no Brasil, desde a sua instituição, não estava voltado para as demandas das mulheres. Sendo assim, não só foram preservadas muitas das estruturas patriarcais de poder, como estas também foram reproduzidas e propagadas por meio de profissionais disciplinados conforme uma cultura jurídica tida como neutra.

Com efeito, fica evidente a fragilidade do caráter crítico no ensino, mesmo frente a normatizações como a Resolução nº. 9/2004 que, embora mencione a importância da aprendizagem comprometida com o olhar reflexivo, não elenca orientações explícitas de como isso poderia ser aplicado ao currículo do curso.

Quanto à Resolução nº 5 de 2018, é preciso, mormente, evidenciar sua recente elaboração, de modo que ainda não se podem observar os eventuais efeitos decorrentes dela. Ademais, a Resolução, inicialmente, fixava prazo de até dois anos para que a adequação fosse introduzida ao curso. Todavia, foi homologado, em agosto de 2020, o Parecer CNE/CES nº: 498, o qual adiciona 1 (um) ano ao prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901.** Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº: 498, de 06/08/2020.** Dispõe sobre prazo de implantação

das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2.ed, 2017.

KENNEDY, Duncan. La educacion legal como preparacion para la jerarquia. In: COURTIS, Christian (Comp.). **Desde outra mirada.** Buenos Aires: Eudeba, 2000.



Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Bibliometria e Cientometria brasileiras: proposta de mapa conceitual de suas metodologias e ferramentas

Michely Jabala Mamede Vogel - Orientadora

Barbara Cristina Marques dos Santos Ribeiro –

Bolsista PIBIC

Departamento de Ciência da Informação/Instituto de Arte e Comunicação Social

BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA BRASILEIRAS: PROPOSTA DE MAPA CONCEITUAL DE SUAS METODOLOGIAS E FERRAMENTAS

INTRODUÇÃO

Os estudos métricos da informação têm sido utilizados em diversas áreas do conhecimento. Atualmente, o termo bibliometria está associado à mensuração dos processos de produção, disseminação e uso da informação registrada. Através da elaboração de rankings, frequências e distribuições, as análises bibliométricas permitem alocar tempo, dinheiro, pessoas e recursos. A evolução dos estudos métricos da informação permitiu que seu escopo de atuação fosse ampliado, dando origem inclusive a novas abordagens de investigação. Neste caso, pode-se mencionar a cientometria, que possui seu surgimento associado às atividades de ciência e tecnologia. Apesar da ampla utilização, há inconsistência em relação às delimitações conceituais relativas a cada uma dessas áreas de estudo.

Os mapas conceituais são representações gráficas do conhecimento de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, em um dado domínio. Assim, sua utilização permitiria demonstrar as relações significativas entre os conceitos de bibliometria e cientometria. Tal modelo de

representação foi desenvolvido no contexto da aprendizagem significativa de David Ausubel, tendo em vista a identificação mais adequada dos conteúdos efetivamente assimilados pelas crianças, uma vez que na opinião do educador, as metodologias tradicionais como provas e questionários não seriam suficientes para validar a assimilação do conhecimento.

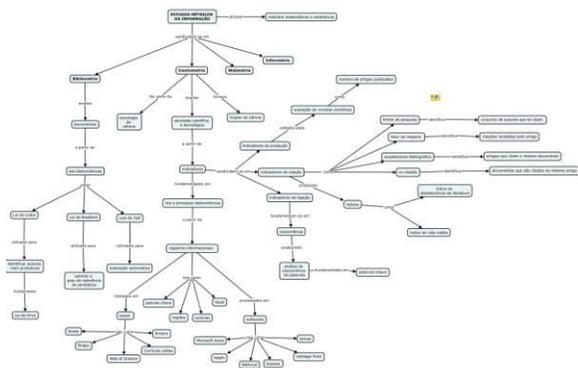
Este estudo objetivou elaborar um mapa conceitual sobre Bibliometria e Cientometria, relacionando seus conceitos, metodologias e ferramentas. Foi analisada a literatura sobre mapa conceitual, Bibliometria e Cientometria; identificou-se as definições de Biblioteconomia e Cientometria apresentadas no corpus e bem como metodologias e ferramentas relacionadas à Bibliometria e Cientometria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de construção gráfica do mapa conceitual buscou seguir as seguintes diretrizes. O primeiro passo consiste na identificação do tema ou pergunta de enfoque que se vai representar, que no caso deste estudo são os estudos métricos da informação. Em segundo

lugar, deve-se verificar os conceitos associados ao tema. Conforme relatado na seção de metodologia, esta verificação foi realizada consultando o Dicionário Enciclopédico de Bibliometria de Ernesto Spinak, o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação do IBICT e o corpus do PIBIC 2019-2020, formado por 524 artigos brasileiros sobre Bibliometria e Cientometria publicados em periódicos indexados na base de dados Web of Science, de 2010 a 2019. Estes conceitos foram ordenados em lista, configurando o terceiro passo, no qual também foram definidos e agrupados. Para tanto, a base foi a Teoria da Classificação de Ranganathan e o *Systematifier* de Dahlberg, autores clássicos da Organização da Informação e da Ciência da Informação. Em seguida, foram estabelecidos os conceitos superiores (topo da hierarquia) e subordinados. Após este procedimento foram determinadas frases de ligação. Em relação à ferramenta para elaboração do mapa, recorreu-se ao software Cmap Tools. O resultado pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 - Mapa conceitual



Fonte: a autora.

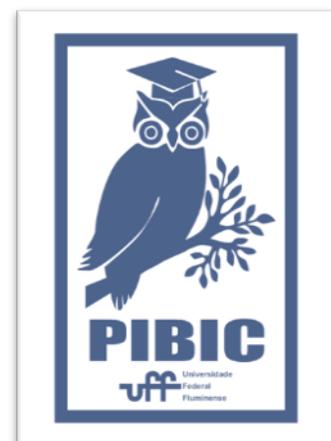
CONCLUSÕES

O desenvolvimento do estudo mostrou que o mapa conceitual representa um importante papel no apoio ao ensino e à compreensão de diversos temas, facilitando o contato com temáticas novas. Dessa forma,

acreditamos que o resultado do projeto será importante para auxiliar no entendimento do conceito de Bibliometria e Cientometria e de suas ferramentas e metodologias, tanto por estudantes como por pesquisadores. Também deve-se ressaltar que, ao buscar determinadas definições para preenchimento do quadro com termos e respectivas definições, foi possível observar ausência de certos termos nas fontes previamente estabelecidas. Tal fato reforça a necessidade de ampliação das fontes, já que novos termos foram incorporados na literatura sobre as temáticas recentemente. Além disso, uma das etapas do mapa conceitual é a revisão e neste momento novos termos podem ser incorporados à representação. Desta forma, sugere-se que o mapa passe por um teste de comunidade com os pares e que após esta avaliação novos termos sejam empregados. Quanto aos objetivos, pode-se considerar que foram alcançados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo financiamento para realização da pesquisa e à professora orientadora pela oportunidade e suporte.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: INVENTÁRIO DE VALORES URBANOS: INTERAÇÕES ENTRE O FORMAL E O INFORMAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO [vigência 2020-2021]
Autoras: Jéssica de Paula Cortes (bolsista)
Ricarda Lucilia Domingues Tavares (orientadora)
Departamento de Arquitetura – TAR/EAU

INTRODUÇÃO:

Em continuidade ao projeto originado na vigência 2019-2020, o objetivo principal desta pesquisa é aprofundar as análises e resultados da tese de doutorado desenvolvida pela proponente (TAVARES, 2016), a partir da ampliação dos estudos e levantamentos já realizados, visando ao mapeamento mais detalhado dos valores materiais oficialmente reconhecidos em diferentes escalas de inserção urbana de três favelas cariocas: Morro da Providência (Zona Central), Morro da Babilônia (Zona Sul) e Nova Holanda (Zona Norte). Na vigência atual (2020-2021), em função da pandemia da Covid-19, o foco de análise passou a ser a Área de Planejamento 1 (AP-1) da cidade do Rio de Janeiro, subdividida em Regiões Administrativas (RA) e bairros.

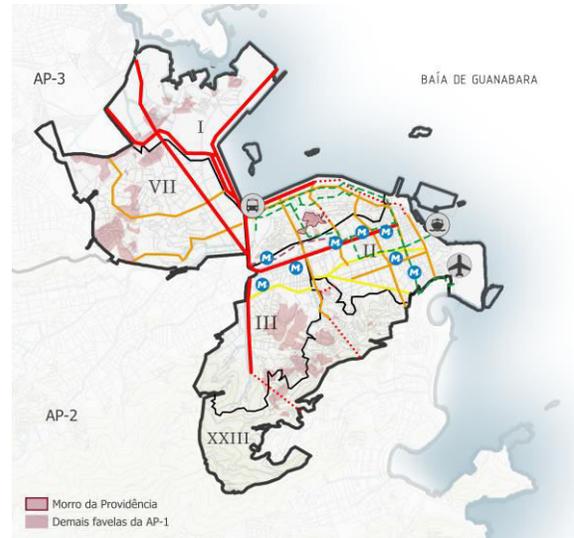
RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Além de leituras específicas visando ao entendimento das dinâmicas históricas e atuais da área objeto de análise (AP-1), a pesquisa envolveu o complemento dos dados

anteriormente levantados, além da inclusão de novos elementos considerados pertinentes à escala estudada. Inicialmente, o material já coletado — com informações de toda a cidade do Rio de Janeiro — foi revisado e atualizado. As mesmas fontes de pesquisa foram revisitadas, como as páginas oficiais dos institutos responsáveis pelos patrimônios tombados nas esferas federal (IPHAN), estadual (INEPAC) e municipal (IRPH), no que se refere à atualização de dados dos **valores culturais**.

Com essas informações revisadas e reorganizadas de acordo com o objetivo atual, partiu-se para a busca de material relativo aos **valores urbanísticos** da AP-1, ou seja, a infraestrutura e os serviços públicos nela existentes. Foram feitos levantamentos mais detalhados dos sistemas viários e equipamentos de transporte público. Além disso, foram detalhadas as informações referentes aos equipamentos urbanos que dão suporte aos serviços públicos de educação, saúde e cultura, definidos como essenciais para o mapeamento na escala da AP-1. Os sites oficiais dos governos federal, estadual e municipal foram as principais fontes de consulta.

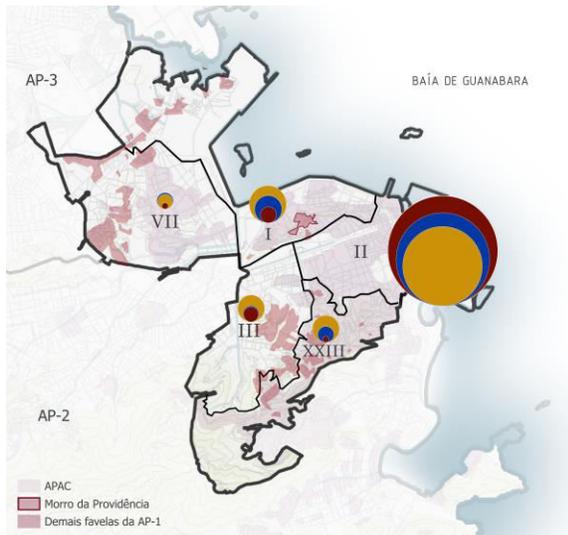
É possível afirmar que dentro dos limites da AP-1 se encontram os sítios urbanos mais significativos da cidade do Rio de Janeiro, especialmente na I RA – Portuária e na II RA – Centro, não somente do ponto de vista dos remanescentes que recontam mais de quatrocentos anos de história, mas também pela diversidade e complexidade atual. Os mapas de valores materiais existentes na AP-1 como um todo, aqui apresentados, permitem uma aproximação inicial dessas dinâmicas.



LEGENDA

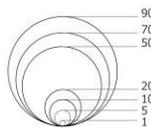
- Vias arteriais
- Vias coletoras principais
- Vias coletoras secundárias
- ⋯ Túneis
- - - - - Trajeto ferroviário
- - - - - Trajeto VLT
- Ⓜ Estações de metrô
- Ⓜ Rodoviária
- Ⓜ Terminal hidroviário da Praça XV
- ✈ Aeroporto

Mapa de valores urbanísticos (infraestrutura) na AP-1 da cidade do Rio de Janeiro.



LEGENDA

Nº DE BENS TOMBADOS

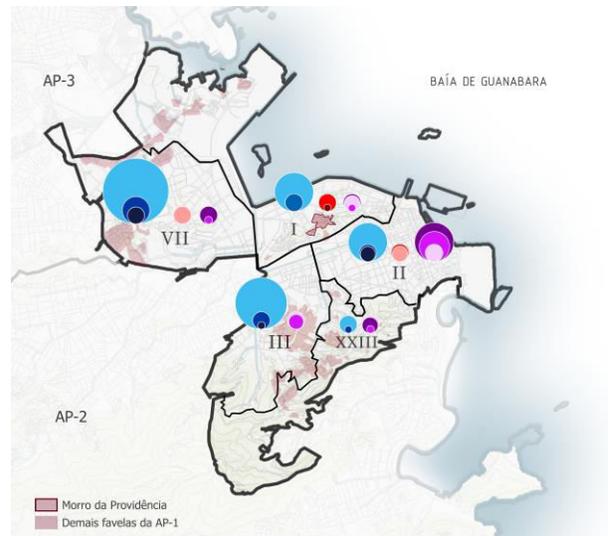


INSTÂNCIA DE TOMBAMENTO

- IPHAN
- INEPAC
- IRPH

	IPHAN	INEPAC	IRPH	
I RA	9	3	20	23
II RA	70	88	49	216
III RA	2	2	6	10
VII RA	4	1	3	8
XXIII RA	3	1	7	11
XXI RA	2	0	0	2
	90	95	85	270

Mapa de valores culturais na AP-1 da cidade do Rio de Janeiro.



LEGENDA - EQUIPAMENTOS

EDUCAÇÃO				SAÚDE				CULTURAL						
UNIDADES				UNIDADES				UNIDADES						
● MUNICIPAL	● ESTADUAL	● FEDERAL		● MUNICIPAL	● ESTADUAL	● FEDERAL		● MUNICIPAL	● ESTADUAL	● FEDERAL				
FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL		FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL				
I RA	0	2	20	22	I RA	1	2	0	3	I RA	3	1	3	7
II RA	2	3	12	17	II RA	0	4	2	6	II RA	20	11	4	35
III RA	1	3	25	29	III RA	0	0	0	0	III RA	0	2	3	5
VII RA	2	7	37	46	VII RA	0	0	3	3	VII RA	3	1	0	4
XXIII RA	0	1	8	9	XXIII RA	0	0	0	0	XXIII RA	2	1	3	6
XXI RA	0	0	2	3	XXI RA	0	0	0	0	XXI RA	0	0	0	0
	5	17	104	126		1	6	5	12		28	16	13	57

Mapa de valores urbanísticos (equipamentos) na AP-1 da cidade do Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES:

Os levantamentos, mapeamentos e análises preliminares desenvolvidos levam à constatação de que seria possível o desenvolvimento de política públicas com incentivos para que mais pessoas possam morar em bairros da área central da cidade do Rio de Janeiro, usufruindo de sua infraestrutura já consolidada, através de habitações populares dignas que aproximariam a população de mais baixa renda dos serviços públicos que mais precisa. Por isso, na continuidade desta pesquisa, pretende-se investigar as formas de habitação que resistem nessa área (aproximando as análises do Morro da Providência), bem como o perfil de seus moradores e o porquê de buscarem uma moradia central, mesmo que em uma área sem incentivo para tal uso. Além disso, será necessário compreender como e porque se dá o esvaziamento habitacional dessas áreas urbanas, ainda que não necessariamente associado a um esvaziamento construtivo.

As informações coletadas e as análises realizadas não somente representam os resultados obtidos na pesquisa, mas deixam encaminhadas questões a serem mais profundamente investigadas no próximo ano, aproximando-se ainda mais das interações entre o formal e o informal, objetivo desta pesquisa. Como previsto em sua descrição, o estudo seguirá para uma escala de análise mais focal, que possibilitará abarcar questões mais específicas e intrínsecas ao seu objeto de análise, como a questão habitacional e a cultura popular atrelada ao Morro da Providência e seu entorno mais imediato.

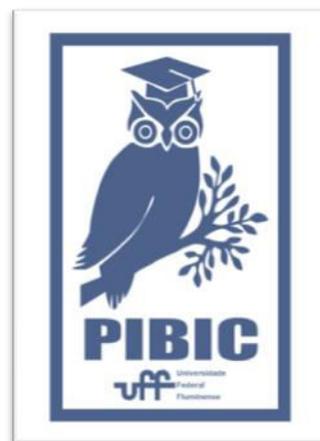
AGRADECIMENTOS:

Em um momento tão adverso para o país, e em especial para a ciência e educação brasileiras, os agradecimentos aqui expostos se direcionam especialmente aos responsáveis por possibilitar a realização deste estudo. Ao CNPq e à PROPPI-UFF o nosso reconhecimento pela importância do fomento ao fazer acadêmico.

Estendo meus agradecimentos a minha orientadora, Ricarda Lucilia, pela generosidade em compartilhar comigo seus estudos e por me incentivar no caminho da pesquisa e das tão importantes reflexões que juntas levantamos ao longo do último ano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TAVARES, Ricarda Lucilia Domingues. *O valor do lugar e o lugar do valor na formação e afirmação das favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

O SISTEMA DE PREMIAÇÃO POR DESEMPENHO E A INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

ORIENTADOR: DANIEL GANEM MISSE

BOLSISTA: MIRIAN SOUZA LINS

UNIDADE: IAC/ DSP/ UFF

INTRODUÇÃO:

Apesar de indicadores sociais bastante avançados em comparação com a maioria das cidades brasileiras, o município de Niterói não viu um dos principais deles sofrerem uma melhora na última década. Nesse período, houve um aumento na letalidade violenta, apesar dos esforços empreendidos no âmbito estadual e municipal.

Na avaliação dos principais problemas da cidade para o “Plano Niterói Que Queremos”, a Segurança Pública aparece em primeiro lugar com grande destaque para cerca de 75% dos respondentes. Isso produziu um eixo de focalização o planejamento denominado 4 “Niterói organizada e segura” que tem entre seus objetivos reduzir as incidências de violência e criminalidade. As estratégias adotadas no plano neste campo foram principalmente três: implementação de monitoramento inteligente, que teve como um dos resultados a implementação do Centro Integrado de Segurança Pública; atuação preventiva contra a violência; e integração das políticas de segurança pública das três esferas, ampliando a cooperação junto às forças estadual e federal.

Há uma dinâmica na variação das ocorrências policiais que demanda um balanço das estratégias realizadas e o seu ajuste para um novo caminho.

Com a crise do estado do Rio de Janeiro a partir de 2016, há a descontinuidade diversas políticas de segurança como as Unidades de Polícia Pacificadora e o Sistema Integrado de Metas. Nesse mesmo ano, o município de Niterói editou a lei n. 3237, de 15 de agosto de 2016, criando o “Sistema de Premiação Por Desempenho para Servidores Ligados à Área de Segurança Pública no Município de Niterói”, e implementando o Sistema de Premiação por Desempenho com os mesmos IEC e as reuniões de nível estratégico realizadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação do sistema presidida por representante da Secretaria de Ordem Pública (SEOP) do município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao longo da última década, os índices de homicídios dolosos, no estado do Rio de Janeiro, começaram a apresentar trajetória mais consistente de redução no número de ocorrências. Segundo dados do Instituto de

Segurança Pública do governo do estado do Rio de Janeiro (ISP/RJ), em 2009 havia 5793 casos registrados, chegando ao seu menor número, em 2012, com 4081 registros. Esses foram os primeiros anos da política de pacificação das favelas cariocas e de implementação do Sistema Integrado de Metas. A partir de 2013 as ocorrências apresentam variação em torno da cifra de cinco mil registros (à exceção do ano de 2015, que apresentou 4200 casos). Entretanto, em 2019, há uma redução mais significativa para 4004 ocorrências, a menor já registrada desde 2003.

Os dados de registros de ocorrência do ISP/RJ apresentam uma variação mais intensa na letalidade violenta. Em 2009 havia 7106 casos registrados, chegando ao seu menor número em 2012, com 4666 registros. A partir de 2013 as ocorrências apresentam uma tendência de aumento, chegando a cerca de seis mil e setecentos casos em 2017 e 2018. Nesse período, as mortes por intervenção de agente do estado, que se encontravam numericamente em 419 casos em 2012, alcançam 1814 registros em 2019 - a maior de toda a série histórica do ISP/RJ, iniciada em 2003, e representando quase 1/3 dos crimes dolosos contra a vida registrados naquele ano no estado.

No município de Niterói é possível observar uma variação nas ocorrências muito parecida com a que ocorreu no estado no mesmo período. Apresenta, consistentemente, um aumento na letalidade violenta desde 2014, quando registrava 107 casos em suas cinco delegacias (Circunscrições Integradas de

Segurança Pública - CISP n^{os} 76, 77, 78, 79 e 81), alcançando 183 casos em 2018 e 237 em 2019. Em 2014, 32 representavam mortes por intervenção de agente do estado, em 2018 esse número passa a 68, chegando a 125 em 2019, ou seja, saindo de cerca de 1/3 para mais da metade dos casos registrados no último ano em análise.

Poderíamos pensar que esse incremento das mortes por intervenção de agente do estado se deveria ao aumento de roubos a pedestre, veículos e cargas que se intensificaram em 2016 e 2017, porém, principalmente em 2018 e 2019, estes Indicadores Estratégicos diminuíram fortemente. A mesma explicação serve para os casos de latrocínios que variaram pouco entre 2010 e 2019 entre 2 e 5 casos registrados no município.

Como forma de análise dos resultados, a pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivo compreender os impactos produzidos pelo Sistema Integrado de Metas do governo do estado e o Sistema de Premiação Por Desempenho para Servidores Ligados à Área de Segurança Pública no Município de Niterói sobre os Indicadores Estratégicos de Criminalidade no município de Niterói e os desafios de integração dos órgãos de segurança pública na esfera municipal.

A pesquisa cumpriu até o momento as etapas de análise documental e de levantamento dos dados do ISP/RJ. A observação crítica das variáveis relativas aos dados correspondentes aos índices criminais específicos para o município de Niterói foi delimitada no período entre 2010 e 2019.

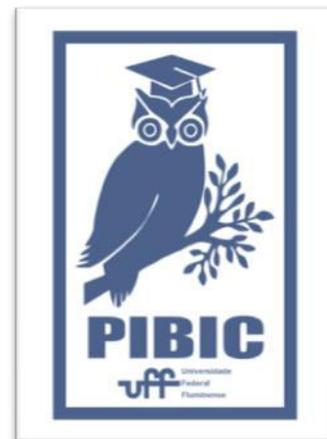
CONCLUSÕES

Os dados estudados na pesquisa apresentaram uma qualidade relativamente baixa; bairros escritos com muitos erros ortográficos, algumas ocorrências mostravam que o bairro era “não informado”, a utilização de categorias como sub-bairros (ou nomes utilizados popularmente) dificultava a inserção correta desses lugares em seus respectivos bairros, o uso de nome de comunidades locais e a ausência de uma padronização para a inserção correta desses locais nas ocorrências, foram fatores que influenciaram diretamente a conclusão sobre essa variável.

Nesse tocante, avaliou-se que na qualificação das vítimas (sexo, cor, idade, bairro e profissão), há ausência de

informação, o que dificulta em muitos casos precisar o seu perfil. Informações importantíssimas para entender se há um perfil específico de vítima para determinado crime, se variáveis como cor, sexo e profissão das vítimas podem influenciar certas práticas, se elas dialogam com outras variáveis como horário do fato, idade – cujo dado também está presente na tabela, porém pouco aparece.

As análises das estatísticas criminais oficiais publicizadas pelo ISP suscitam hipóteses de pesquisa interessantes. A principal questão observada se refere ao fato de, no último ano da série analisada (2019), os agentes do Estado terem produzido mais vítimas fatais no município do que os próprios cidadãos de Niterói.





Ciências Sociais Aplicadas

Zen/Slow Gaming: experiência estética, delicadeza e relaxamento nos videogames

Pedro Wajsfeld

GEC/IACS/mediaLudens

INTRODUÇÃO:

Em novembro de 2007, Ian Bogost, pesquisador, escritor e *game designer*, publicou em sua coluna no site Gamasutra o texto *Persuasive Games: Video Game Zen*. No artigo, Bogost discorria sobre o aspecto aparentemente intrínseco de determinadas mídias que as configuram como meios que priorizam ação ou repouso (*lean forward medium* e *lean back medium*, no original, respectivamente). Neste sentido, veículos como a televisão se diferenciariam dos videogames, já que o primeiro parecia funcionar de forma que pouco agenciamento físico (AARSETH, 1997; MURRAY, 1997) é demandado por parte do espectador, enquanto o segundo requer que ações sejam executadas durante o momento de interação com a mídia, para que esta possa ocorrer tal qual planejada. A partir daí, Bogost traça uma linha de pensamento que beira uma situação paradoxal, pois, se são os videogames *lean forward medium* por natureza, o que haveria de ser dito sobre jogos que deliberadamente se apresentavam como “experiências relaxantes” ou, como cunharia o autor, “jogos zen”?

Ao pesquisador interessava melhor compreender o lugar dos *zen games* no cânone do que significa “jogar videogames”, e em que medida esses jogos cumpriam a aparente função relaxante a que se propunham. Juntando as conceituações do autor e de alguns outros poucos pesquisadores que se debruçariam sobre o tema, entende-se que os *zen games*, então, seriam jogos eletrônicos que se afastam de aspectos gerais pelos quais os videogames ficaram conhecidos (objetivos claros, missões a serem cumpridas, punições e recompensas, por exemplo) e adotam gráficos¹ e jogabilidade que

buscam exaltação da liberdade, calma e natureza, muitas vezes com uma aparência minimalista, músicas instrumentais de fundo e poucos elementos gráficos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados encontrados apontam para uma necessidade maior de pensamento sobre a estética, estética do lúdico e estética da comunicação que apontem para as questões pertinentes a realidade sociocultural do Brasil. Além dessas preocupações ficou evidente a falta de literatura em português sobre o tema da estética aplicada a área dos *game studies*.

Porém essa falta de literatura não deve ser encarada como um obstáculo, mas sim como uma oportunidade para desenvolver pesquisas que efetivamente pensam a realidade brasileira (e latino-americana), de forma a impulsionar não apenas a produção acadêmica sobre a área de jogos eletrônicos, mas também como um incentivo para o impulsionamento da indústria como um todo no Brasil por ser uma oportunidade ímpar para desenvolvimento de tecnologias e desenvolvimento profissional.

As pesquisas integraram ainda as atividades do projeto de extensão *GameClube*, vinculado ao curso de graduação em Estudos de Mídia, da UFF. Neste, não só o aluno responsável pela pesquisa, mas também uma variada equipe de graduandos se engajou na produção de eventos temáticos sobre videogames na Comunicação, ao passo que uma das linhas de discussão mais

gráficos “realistas”, que se esforçam ao máximo para representar as coisas como elas são na realidade, alguns jogos podem ter gráficos “cartunescos” ou ainda, de acordo com alguns jogadores, “artísticos”, como quando são desenhados à mão.

¹ Chama-se “gráfico” o estilo imagético adotado para retratar um videogame. Enquanto algumas obras apresentam

caras ao projeto é justamente os processos de interação entre jogador-jogo.

O tema deste projeto acabou tornando-se, ainda, um dos temas abordados nos encontros do grupo de pesquisa *mediaLudens* ao longo do ano de 2021. Contando com a participação ativa de alunos de graduação e pós-graduação tanto da Universidade Federal Fluminense quanto de instituições parceiras, as reuniões do grupo passaram a ser norteadas pelas leituras e debates a cerca das estéticas do lúdico. Eventualmente, os tópicos de discussão foram levados para a disciplina *Comunicação e Experiência Estética*, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFF.

CONCLUSÕES:

Com a produção resultante do projeto, podemos observar que o campo ainda é fértil. Novas interpretações acerca de temas já consagrados na literatura acadêmica, além de produção de literatura local que avance as questões dos pesquisadores. O projeto percorreu um grande caminho

Infelizmente, devido à pandemia que assola o país a pesquisa não conseguiu se desenvolver plenamente. Isso deixa caminho aberto para mais expansões quando a situação permitir encontros presenciais nas quais os participantes tenham segurança total para reuniões. Esses encontros podem definir mais ainda como as pessoas se relacionam com a estética da interação e mais ainda com o *zen* e o *slow gaming*, além de revelar caminhos para as etapas seguintes da pesquisa.

REFERÊNCIAS DO RESUMO:

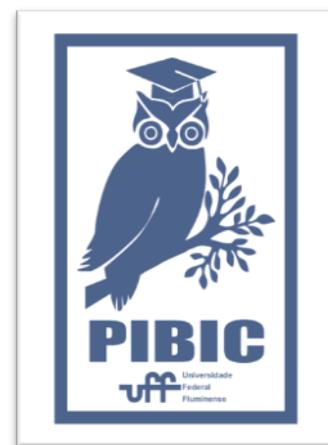
AARSETH, Espen. “O jogo da investigação: abordagens metodológicas à análise de jogos”. In: **Caleidoscópio**: Revista de Comunicação e Cultura, n. 4, julho de 2011. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2228>. Acesso em: 22/03/2019.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LOPES, Denilson. **A delicadeza**: estética, experiência e paisagens. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

KWASTEK, Katja. **Aesthetics of Interaction in Digital Art**. Trad. Niamh Warde. Cambridge/MA: The MIT Press, 2013.

SHUSTERMAN, Richard. Beneath Interpretation: Against Hermeneutic Holism. In: **The Monist**, Vol. 73, No. 2, April 1990, pp. 181-204.





Niterói

Ciências Sociais Aplicadas

História e Memória do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga: em perspectiva da História do Direito

**Julio Cesar Santos da Silva e Fernando Gama de Miranda Netto
(Orientador)**

Departamento de Direito Processual/Faculdade de Direito -

INTRODUÇÃO:

Conhecer a própria história é a melhor forma para compreender o presente e projetar o futuro. Diante disto, é imperativo estudar e reavivar a Memória do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga, oferecendo perspectivas à Faculdade de Direito e à Universidade Federal Fluminense para construção da sua identidade institucional, em respeito à luta que muitos travaram para que a UFF seja o que é, devolvendo à sociedade os frutos do trabalho árduo, do compromisso desinteressado e do empenho irrestrito no aperfeiçoamento da formação do cidadão histórico-crítico e no desenvolvimento nacional.

A Portaria nº 1.886, de 30/12/1994, do MEC, consagra a necessidade do Projeto Pedagógico dos Cursos de Direito estabelecer ligação entre Direito e História, no Eixo de Formação Fundamental. Isto ocorre a partir da compreensão do vínculo que o Direito tem na construção da sociedade, sendo portanto elemento histórico da narrativa social, ou seja, a história do Direito é a própria história da sociedade.

A História do Direito passou a ser disciplina indispensável e obrigatória da grade curricular dos Cursos de Direito, devido à sua capacidade de descrever os acontecimentos jurídicos desde a antiguidade até a atualidade oferecendo aos bacharéis em Direito uma formação que permita uma maior análise dos fatos sociais.

Segundo Alexis Gabriel Madrigal, a História do Direito “nada mais é do que uma ciência que pesquisa e estuda o significado dos processos de alteração das estruturas jurídicas, penetrando e convivendo com as naturais modificações de ordem política, econômica e cultural de uma sociedade ao longo do tempo.”

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Sendo a Memória o elemento central da pesquisa, é necessário lembrar que ela também é elemento da ciência histórica. Desta forma, identifiquei duas formas de conduzir um trabalho de pesquisa que tem a memória como elemento central: se enquanto Memória Individual ou Memória Coletiva.

A Memória Individual existe, mas só tem sentido em relação ao grupo do qual faz parte

uma vez que depende do seu contexto de referência, carregado pela simultaneidade onde o grupo e o indivíduo se encontram. É nesta trama de interseção sincrônica que situamos a lembrança como uma das “interferências coletivas” (Halbwachs) da vida dos grupos.

A lembrança é, portanto, um elemento de reconstituição da história onde transitam os vários “eus” de um grupo num determinado tempo. As memórias/impressões individuais são carregadas das impressões dos outros. O indivíduo então participa de dois tipos de memórias distintas, como define Maurice Halbwachs:

“(…) uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda (...), diríamos **memória autobiográfica e memória histórica**” (grifo nosso)¹

A pesquisa História e Memória do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga parte da concepção de investigação com abordagem qualitativa para revisitar a “história de vida” do Centro Acadêmico, e conseqüentemente, do Movimento Estudantil, da outrora Faculdade de Direito de Niterói, da própria Universidade Federal Fluminense e da luta por Direitos Sociais no Brasil.

Em virtude da crise sanitária do COVID-19, pouco pode avançar – haja vista que tanto as Bibliotecas, CEMEF e o Arquivo Central da UFF foram mantidos fechados e sem possibilidade de consulta aos Acervos. Apesar disso, demos continuidade à digitalização dos documentos cedidos pelo “Arquivo” da Sala do CAEV.

Contudo, a partir de dados disponíveis no Acervo Digital d’O Globo – denominado Acervo O Globo – Acervo de Periódicos da Biblioteca Nacional (Biblioteca Nacional Digital), Periódicos do CAEV (O Gládio, Jornal do DAEV e Terceiro Mundo) e contato com ex-dirigentes, conseguimos remontar a nominata das Gestões do CAEV desde a sua fundação – respeitados os dados coletados por Alexandre Custódio Rodrigues. Apesar de todo esforço e tempo empreendidos, não foi possível identificar a composição das Gestões nos seguintes anos; 1941, 1949, 1950, 1958, 1971, 1973, 1974, 1978, 1980, 1981 e 1992.

CONCLUSÕES:

Diminuímos as incoerências apontadas no Histórico de Gestões devido à inclusão de novos documentos às referências. Este Histórico e a Composição das Gestões foram reconstruídos a partir do Relatório de Alexandre Custódio Rodrigues, bem como consulta com ex-dirigentes (Heloisa Pacheco, Rhaisa Carvalho, Luã Fergus, Filipe Sá Freire, Gabriel Costa e Guilherme Gomes).

Ainda encontramos imprecisões que se devem às alterações de Calendário Eleitoral, denominação da instituição (CAEV – DAEV) e alternância de membros da Diretoria do Centro Acadêmico. Tal fato nos faz compreender a relevância da nossa pesquisa em respeito ao Direito à Memória e ao Direito de Não esquecimento do árduo trabalho empreendido por tantas pessoas pela defesa dos estudantes e acima de tudo pela construção de uma sociedade mais justa e, para ocorra a vontade

¹ A Memória Coletiva (2012), p. 73

dos estudantes deve respeita a história que nos conduziu até este momento.

Ainda em 1972, o acadêmico Gil Luciano (Presidente do DAEV) escreve aos estudantes deixando que somente com a participação destes, o CAEV poderia se manter forte:

“(…) O DAEV não é uma entidade que existe sem a vontade dos alunos (determinado grupo de uma determinada sociedade). Ele depende da participação efetiva e consciente deste grupo, pois, do contrário, será apenas um porão² com móveis e utensílios; débil; sem capacidade para representar a vontade de quem quer que seja. E se assim for, serão constatados uma omissão, um egoísmo e, o que é piro, uma alienação passiva, a própria lobotomia”.³

É esta resistência e sentimento combativo que tem sustentado o CAEV há quase 100 anos. Uma luta que começou pequena e se limitava ao espaço da Faculdade de Direito, passou a abraçar e acolher a comunidade “externa” rememorando os discursos e a história do livreiro autodidata que defendeu um ideal de nação livre e soberana, onde todos serão igualmente livres e tratados com justiça.

Agradecimentos:

Devo um agradecimento especial ao SUS e a todos os profissionais de saúde que me atenderam enquanto estive internado; Ao meu orientador sou grato pela confiança que me dispensou desde o primeiro contato - quando este projeto era apenas uma pesquisa

² Alusão à localização da Sala do DAEV, no subsolo do prédio principal.

³ Trecho do texto publicado no Jornal Terceiro Mundo – nome alternativo d’O Gládio.

individual, pouco estruturada e sem ambições de crescimento. De igual modo, a confiança dos examinadores da Banca de pesquisa foi indispensável para continuidade do trabalho e renovação do fôlego deste pesquisador.

Viva a Educação pública, gratuita e de qualidade!

Viva o SUS!

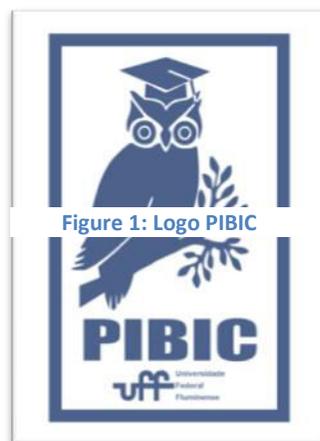


Figure 1: Logo PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Gestão e Controle Social em Conselhos Gestores: uma análise da *accountability* na área de saúde no município de Volta Redonda –RJ

Autores: Amanda Braga de Oliveira e Thais Soares Kronemberger

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento Multidisciplinar/Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

INTRODUÇÃO:

Os Conselhos Gestores são institucionalidades participativas, entendidas como “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade na deliberação sobre políticas” (AVRITZER, 2008: 45). Sua constituição se deu em um contexto de redemocratização do Brasil, permeada por uma diversidade de movimentos sociais que reivindicavam por demandas e reconhecimento de seus direitos, tendo como marco a Constituição Federal de 1988 (GERSCHMAN, 2004).

Durante a década de 1990, juntamente ao projeto democrático participativo que introduziu a abordagem societal da administração pública pelo paradigma da gestão social (PAES DE PAULA, 2005), teve início no país a Reforma Gerencial cuja finalidade consistiu em tornar o Estado mais eficiente transformando-o em instrumento regulador e adotando um novo modelo de gestão (BRESSER PEREIRA, 1996). Neste contexto, tem-se a inclusão da *accountability* no projeto de Reforma de Estado no país. Por *accountability* entende-se uma responsabilidade objetiva, como a obrigação

de responder, se responsabilizar por algo (CAMPOS, 1990).

O sentido de *accountability* está relacionado à dimensão do controle social, no que se refere a obrigatoriedade dos atores estatais na responsabilização de seus atos e no direito da sociedade de requirir-los. Sobre isso, os Conselhos contam com atribuições para o exercício desse controle e do direcionamento das políticas públicas através da transparência e da prestação de contas (TEIXEIRA, 2002).

Dessa forma, pelo método de estudo de caso único, o projeto buscou analisar o papel do Conselho de Saúde do município de Volta Redonda-RJ em relação a *accountability*, especialmente, em ações de fiscalização e transparência pública.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O Conselho de Saúde de Volta Redonda-RJ é um órgão deliberativo e tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e no controle social.

A partir da legislação, do regimento interno e da análise das atas das reuniões no período

de junho de 2019 a junho de 2021, pode-se identificar temas relacionados às práticas de *accountability*. A primeira delas diz respeito à "tribuna livre" considerada um momento de fala dos cidadãos durante as reuniões, sendo um espaço para reivindicação e manifestação popular. A segunda consiste na identificação de demandas sociais pelos conselheiros, como também denúncias sobre a qualidade dos serviços, propostas de melhorias e relatos sobre a fiscalização de equipamentos de saúde. Um dos pontos de destaque refere-se a celebração do contrato com a Organização Social (OS) para gestão do Hospital Municipal São João Batista. A discussão sobre a contratação de pessoal na área de saúde possui relevância nas reuniões do Conselho. Os documentos apontam que o município tem passado por um processo de suspensão de concursos públicos e processos seletivos, priorizando contratos de trabalho por empresas e OSs. Conforme os questionamentos dos conselheiros, as unidades de saúde têm sofrido com falta de agentes comunitários, médicos e demais profissionais.

Outros assuntos sobre atos de prestação de contas dizem respeito a deliberação em temas relacionados à gestão de saúde, como, por exemplo, a programação orçamentária do município na área de saúde e pareceres de execução orçamentária.

Por fim, foi realizada uma análise no portal eletrônico da Prefeitura de Volta Redonda-RJ tendo por finalidade identificar a transparência pública do Conselho de Saúde. Como resultado tem-se a divulgação dos contatos e da presidência do Conselho, dias das reuniões, lei de criação, composição com data de atualização de 2017. Contudo, há

insuficiência na publicização de dados e documentos, além de apresentar dificuldades na busca de informações no site.

CONCLUSÕES:

Práticas de *accountability* foram identificadas no Conselho de Saúde de Volta Redonda-RJ sendo também percebido como um espaço de participação dos usuários e profissionais de saúde. Mostrou-se receptivo a denúncias, demandas e reclamações da população que cobraram da gestão municipal a qualidade dos serviços públicos. Foram realizadas ações de fiscalização da política de saúde, especialmente, quanto aos contratos de gestão com OSs.

A análise do portal eletrônico do município revelou limitações na disponibilização e atualização de informações e documentos sobre o Conselho, o que fragiliza a transparência pública ativa e tem efeitos sobre o controle social.

AGRADECIMENTOS: Ao PIBIC/UFF; à orientadora, aos colegas e professores da graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, jun. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo Estado**. Brasília: MARE/ENAP, 1996.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990.

GERSCHMAN, S. Conselhos municipais de saúde: atuação e representação das comunidades populares. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1670-1681, 2004.

PAES DE PAULA, A.P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Rev. Adm. Empresas**, v. 45, n.1, p.36-49, 2005.

TEIXEIRA, E.C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais

Aplicadas

Título do Projeto: Tratamento informacional da imagem biomédica: estado da arte em periódicos internacionais da Ciência da Informação

Autores: Mayara Leticia de Jesus Andrade Goes

Profª Drª Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza

Departamento de Ciência da informação - GCI / IACS

INTRODUÇÃO:

O projeto “tratamento informacional da imagem biomédica: estado da arte em periódicos internacionais da Ciência da Informação” tem como foco compreender quais são os princípios teórico-metodológicos observados na literatura da área da Ciência da Informação, no período de 2017-2020, relacionados ao tratamento informacional de imagens biomédicas, levando em consideração a mediação da informação no processo comunicacional no âmbito da saúde.

A origem da imagem médica remonta a 1895, com a descoberta da radiografia por Wilhelm Conrad Roentgen (WONG; HOO JR., 2002, p. 83). Desde então, criaram-se diferentes exames de imagem, como eletrocardiograma (ECG), mamografia, entre outros. Diferentes imagens biomédicas necessitam de diferentes métodos de processamento; o que torna seu tratamento complexo, mas ainda de extrema necessidade. Sendo assim papel dos profissionais da ciência da informação seu tratamento informacional adequado.

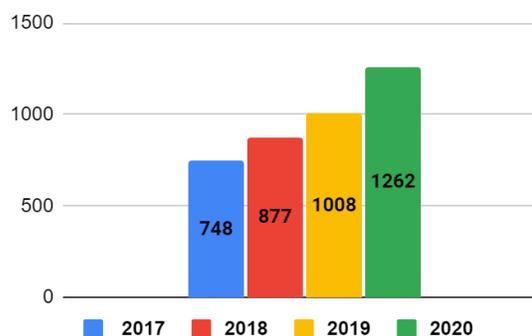
RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Após estabelecimento das estratégias de busca e realização do levantamento bibliográfico em

periódicos pré-estabelecidos - selecionados a partir do Portal de Periódicos CAPES - foram recuperados ao total 3895 artigos científicos dentre os quais 114 enquadraram-se no escopo da pesquisa, destes foram analisados 99 até o momento.

Observa-se no Gráfico 1 o aumento gradativo de artigos ao longo dos anos recuperados através das estratégias de busca.

Gráfico 1 - Levantamento bibliográfico geral recuperado pelas estratégias de busca por ano

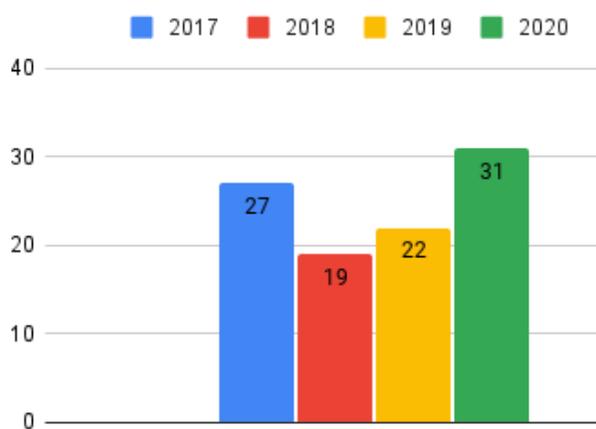


Entretanto, o mesmo não ocorre com os artigos dentro do escopo de pesquisa, que apresenta maiores números em 2017 e depois em 2020, como pode-se observar no Gráfico 2.

Dentre os diversos periódicos aqueles com maior taxa de recuperação de artigos no escopo da pesquisa são: o *Journal of the American*

Society for Information Science and Technology e o *Library & information science research* - ambos com 7 artigos; e *Journal of Information Science (JIS)* e *Journal of informetrics* - ambos com 6 artigos.

Gráfico 2 - Total de artigos recuperados por ano no escopo da pesquisa.



Dentre os artigos recuperados notamos que aqueles que abordam especificamente o tratamento informacional são escassos. Em sua maioria os artigos abordam o tratamento da informação médica assistida por computador; recuperação de imagens através de *deep learning* com assistência de inteligências artificiais (IA); e também do auxílio de IAs no diagnóstico médico a partir de imagens biomédicas.

Dentre os artigos destacamos as seguintes pesquisas: Morony *et al.* (2017), Ayadi *et al.* (2018); Ayadi *et al.* (2017), Perez (2017); pois apresentam ligações com a nossa.

Morony *et al.* (2017) propõe um *checklist* denominado *5c* para analisar recursos visuais no material de pacientes de doença renal. Ayadi

et al. (2017) e Ayadi *et al.* (2018) são estudos complementares que abordam modelos de recuperação de imagem, que podem ser classificados em modelos baseados em conteúdo visual, textuais e combinados. Já Perez (2017) estuda o uso de imagens como Recursos Educacionais Abertos (REA).

CONCLUSÕES:

Ao fazer a amostragem de artigos realizamos a análise semântica para identificar os textos que efetivamente abordavam o tratamento informacional da imagem biomédica no âmbito da Ciência da Informação, no período de 2017-2020. Como nossa pesquisa objetivou identificar na literatura princípios a serem adotados na representação da imagem biomédica no contexto da saúde, os artigos recuperados e analisados não versam especificamente sobre identificação de categorias de alto nível para representação de imagens médicas. Como visto no projeto anterior, que se deteve em investigar na literatura internacional das áreas fronteiriças à Ciência da Informação procedimentos para a organização das imagens biomédicas (SOUZA; GOES, 2020), identificamos alguns artigos com foco na aplicação de tecnologias no processamento da imagem médica. Entendemos que o volume de imagens geradas no âmbito dos diferentes exames de imagem exige agilidade no seu processamento para que seja feito o diagnóstico pelo especialista médico. Nesse sentido, compreendemos o número de pesquisas que focam no *Machine Learning*, *Deep Learning* e nas redes neurais convolucionais, onde o aprendizado pela máquina se dá com a participação do ser

humano para validar as descobertas de conhecimento por parte dos bancos de dados.

REFERÊNCIAS:

AYADI, H. *et. al.* MF-Re-Rank: a modality feature-based Re-Ranking model for medical image retrieval. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 69 n. 9, p. 1095–1108, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.24045>. Acesso em: 27 ago 2021.

AYADI, H. *et. al.* Mining correlations between medically dependent features and image retrieval models for query classification. **Journal the Association for Information Science and Technology**. v. 68, n. 5, p. 1323–1334, may 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.23772>. Acesso em: 27 ago 2021.

MORONY S. *et al.* Health Literacy Demand of Printed Lifestyle Patient Information Materials Aimed at People With Chronic Kidney Disease: Are Materials Easy to Understand and Act On and Do They Use Meaningful Visual Aids?. **Journal of Health Communication**, v. 22, n. 2, p. 163-170, 2017. Disponível em: DOI:10.1080/10810730.2016.1258744. Acesso em: 27 ago 2021.

PEREZ, J. E. Images and the Open Educational Resources(OER) Movement. **The Reference Librarian**, v. 58, n.4, p. 229-237, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02763877.2017.1346495>. Acesso em: 27 ago 2021.

SOUZA, J. C. C. E. de; GOES, M. L. D. J. A. G. Imagem biomédica em periódicos fronteiriços à Ciência da Informação. **Revista Fontes**

Documentais, [S. l.], v. 3, p. 479–487, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/671>. Acesso em: 28 ago. 2021.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos a Universidade Federal Fluminense por funcionar como mediadora entre os envolvidos no projeto e o CNPQ; sobretudo, agradecemos ao Centro Nacional de Pesquisa (CNPQ) pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que disponibilizou da bolsa que viabilizou esse projeto.





Grande área do conhecimento - Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto - Conflitos por moradia em Niterói: uma leitura em contexto de pandemia do COVID-19

Autora - Ana Clara Aguiar Maciel

Departamento/Unidade/Laboratório – PPGAU/UFF-NEPHU/PROEX/UFF

INTRODUÇÃO:

Este resumo reúne os principais resultados colhidos no projeto PIBIC/UFF intitulado “Conflitos por moradia em Niterói: uma leitura em contexto de pandemia do COVID-19”, desenvolvido no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), órgão ligado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFF. Niterói possui uma imagem positiva em relação à sua administração, construída através da mídia e de um intenso investimento em marketing, com boas colocações em rankings vinculados à qualidade de vida e ao discurso de “cidade inteligente”. Contudo, a alta qualidade de vida não se reflete de forma igualitária entre todos os habitantes da cidade, que possui um alto índice de desigualdade socioeconômica, que se materializa ao analisarmos os dados sobre o acesso e qualidade das moradias na cidade (Cf. SOUSA, 2020).

Caracterização de Niterói, RJ

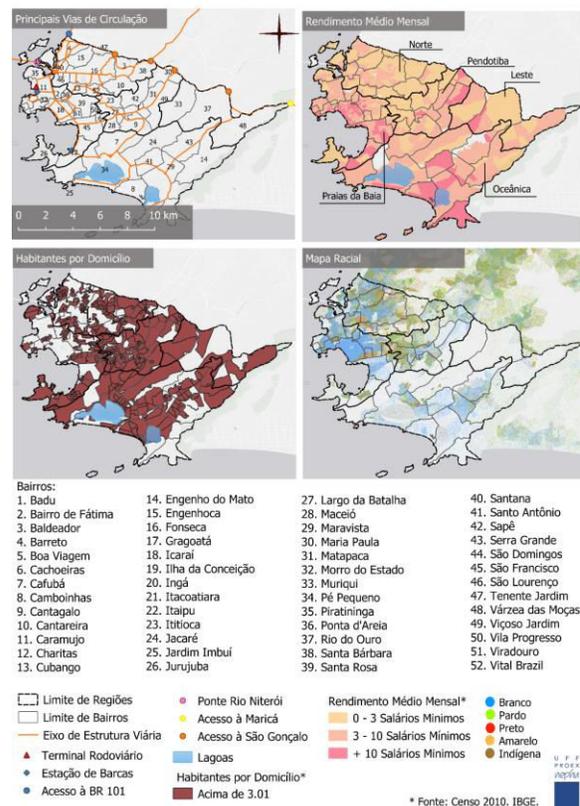


Figura 1. Caracterização de Niterói, RJ.

Durante a pandemia, Niterói foi premiada pela ONU, tendo em vista a sua rápida resposta no combate ao Coronavírus no Congresso Smart City e na Feira de Barcelona, pelas medidas de isolamento social adotadas. No entanto, conforme se pode constatar, iniciativas do poder

público no combate ao vírus não foram suficientes, principalmente em relação às necessidades da parcela da população que vive em assentamentos precários.

Os resultados aqui apresentados referem-se à experiência piloto do bairro de Jurujuba, situado na região das Praias da Baía, um bairro que apresentou um alto índice de incidência da Covid-19 por habitantes, assim como abrange comunidades que participam do Fórum de Luta por Moradia, assessorado pelo NEPHU, às manifestações de conflitos ligados à luta pela moradia e às obras realizadas pela Prefeitura de Niterói (PMN) nos territórios populares da cidade no período.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com o início da pandemia, a partir de março de 2020, a pesquisa passou a acompanhar os dados disponibilizados pela PMN em relação à Covid-19 na cidade. O primeiro caso da doença foi registrado no bairro de Icaraí, área considerada nobre da cidade. Ao longo dos primeiros 10 meses da pandemia, foi feita a comparação de casos por cada 1000 habitantes por bairros, a fim de evitar distorções nos resultados, o que mostrou uma concentração na Região de Pendotiba, onde há diversos assentamentos, sendo a região com a maior taxa de habitantes por domicílio da cidade. Desse modo, pode-se indicar a maior propagação de casos em locais onde há uma alta taxa de habitantes por domicílio, o que é recorrente na mencionada região.

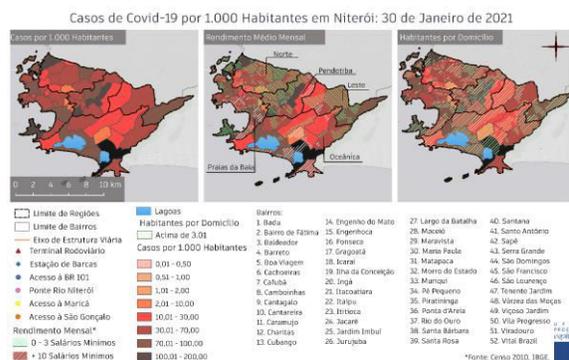


Figura 2. Casos de Covid-19 em 30 de Janeiro de 2021.

Observando a experiência piloto de Jurujuba, bairro em que há comunidades participantes do FLM, observou-se que em janeiro de 2020, o mesmo era o 4º bairro com maior incidência de Covid-19 na cidade. Nele, realizamos ainda uma pesquisa empírica com os moradores das comunidades, em que a maioria relatou dificuldades de manter o isolamento social por problemas relacionados à renda, *fake news* em grupos de *Whatsapp*, entre outros fatores.

Sobre as obras da PMN, foram observadas, de 2018 até julho de 2021, apenas 3 obras na região de Jurujuba, sendo apenas uma relacionada à contenção de encostas e as demais despendidas na Orla do bairro, que já é urbanizada.

Em relação às manifestações por moradia na cidade, foi observado que durante a pandemia, sua ocorrência se manteve constante, sendo 24 ao total, apesar do isolamento social e da dificuldade de articulação online. Dentre as manifestações registradas, os principais modos de reivindicação foram por meio de atos públicos, audiências públicas e manifestos virtuais. Desse modo, fica claro que, apesar da adaptação dos movimentos ao novo contexto

virtual, as pessoas se viram obrigadas a realizar manifestações presenciais para obter o direito básico da moradia, se expondo ainda mais ao risco da pandemia.

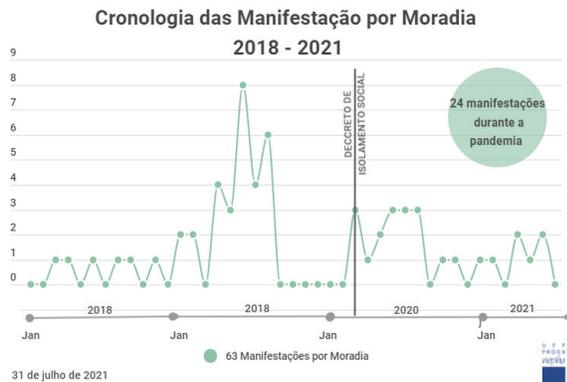


Figura 3: Manifestações por Moradia em Niterói.

CONCLUSÕES:

O trabalho de mapeamento e acompanhamento das comunidades frente à pandemia se consolida como uma ferramenta de luta para o FLM, uma vez que confere visibilidade aos impactos oriundos da pandemia nos territórios populares.

Em relação à Jurujuba, é perceptível que não foi feito um combate que leva em consideração as particularidades do bairro, como características físicas e sociais para adotar medidas efetivas de prevenção. Apesar do bairro se localizar numa Região Administrativa em que se encontram bairros de alta e média renda e com acesso abundante aos serviços urbanos, há uma discrepância no atendimento dos mesmos.

Mediante o exposto, apontamos a latente desigualdade social em Niterói, que embora tenha vários índices de boa gestão, esconde grandes problemas sociais. Destacamos a alarmante quantidade de manifestações no

período; as obras públicas voltadas para embelezamento da cidade em detrimento a intervenções de infraestrutura que evitariam tragédias; a falta de informações e campanhas de conscientização em relação à pandemia, assim como auxílios financeiros para garantir o isolamento social; e, por fim, a dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde.

Avalia-se que através do retorno desses dados aos moradores, por meio das reuniões do FLM, é possível não somente democratizar o acesso à informação, como também buscar meios para pensar em soluções dos problemas nestas comunidades. É fundamental destacar o papel da universidade pública nesse contexto, que tem a obrigação social de apoiar e respaldar tecnicamente a luta pelo direito à cidade e à moradia dos trabalhadores de baixa renda.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à equipe do NEPHU e aos participantes do Fórum de Luta pela Moradia, em especial ao orientador do projeto, Professor Glauco Bienenstein, ao Arquiteto Doutorando do PPGAU/UFF e pesquisador do NEPHU/UFF Daniel Sousa, às estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFF Marcele Gualberto (e bolsista de extensão PROEX-UFF) e Nathália Rodrigues (voluntária), à mestranda em Sociologia e Direito da UFF Ana Carolina Sousa (voluntária), à Arquitecta e Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do PPGAU/UFF Yasmin Machado (voluntária), e às participantes do FLM e moradoras das comunidades de Salinas e Jurujuba, Andréa Sant'ana, Michele Fernandes e Layana de Aguiar.



Grande área do conhecimento: Social Aplicadas

Título do Projeto: DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES RESTRITIVOS PARA O TURISMO

Autores: Emanuel Pires de Carvalho (bolsista);

Marcello de Barros Tomé Machado (Professor)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Turismo/ Faculdade de Turismo e Hotelaria

INTRODUÇÃO:

O Grupo de Pesquisa Disturb: Fatores Restritivos para o Turismo, iniciou suas atividades em 2007 e desde então vem realizando pesquisas a partir de duas frentes, a saber: turismo e acessibilidade e turismo e segurança pública. Em 2020, foi submetido um projeto na Chamada PIBIC-UFF intitulado “Definição e análise dos principais fatores restritivos para o turismo”, tendo sido o projeto aprovado com um bolsista de iniciação científica para auxiliar a sua realização.

A questão do medo social ocupa pouco espaço em estudos e reflexões relacionados ao turismo. Para contribuir com esse tema, diversas ações de pesquisa foram realizadas pelo grupo de pesquisa DISTURB, integrado ao Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação para o incentivo à pesquisa no Brasil. O grupo de pesquisa mencionado é composto por professores e alunos do Bacharelado em Turismo e do Mestrado em Turismo da Universidade Federal Fluminense. Essas investigações contribuirão para alcançar os principais objetivos desta proposta, relacionados à identificação de fatores restritivos ao turismo de nível local e analisar a percepção dos turistas na cidade do Rio de Janeiro em relação aos riscos. Cabe destacar que a escolha do objeto de estudo se deve ao fato de o Rio de Janeiro estar difundido na mídia como uma cidade que oferece riscos aos visitantes, mas também como o principal destino turístico brasileiro.

Para alcançar os objetivos desta investigação, foram definidas as diretrizes metodológicas indicadas neste projeto PIBIC aprovado. Mesmo este projeto tendo sido definido durante a pandemia da Covid-19, acreditávamos que no final de 2020 e no primeiro semestre de 2021, poderíamos

fazer sem maiores riscos as ações de campo, indicadas na metodologia presente no projeto e fundamentais para o alcance dos objetivos principais, a saber:

1. Identificar os principais fatores restritivos de nível local para o turismo, vinculados ao risco à integridade física e à vida dos visitantes;
2. Analisar a percepção de risco pelos turistas efetivos na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, a continuidade da pandemia vem impedindo a realização das ações metodológicas previstas para alcançar o segundo objetivo deste projeto, devido a redução do fluxo turístico receptivo destinado à cidade do Rio de Janeiro e pelo risco de contágio referente ao contato do pesquisador com turistas nos atrativos da cidade, conforme previsto no projeto.

Desta forma optamos por buscar alcançar o primeiro objetivo deste projeto a partir de entrevistas e aplicação de questionários para obtermos indícios dos principais fatores restritivos ao turismo relacionados aos riscos à integridade física e à vida dos visitantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ambos os objetivos previam realização de entrevistas e aplicação de questionários para turistas em atrativos turísticos na cidade do Rio de Janeiro. . No entanto, as

exigências de distanciamento social, motivadas pela pandemia da covid-19, impediram a plena realização desta etapa da pesquisa, prevista para ocorrer no início do 2º semestre letivo de 2020 e no primeiro semestre de 2021. Para contornar esse problema, fizemos entrevistas online com turistas, Agentes de Viagem e Professores da área do Turismo com o objetivo de obter a sua percepção acerca dos fatores restritivos ao turismo. Criamos também um questionário digital no aplicativo de gerenciamento de pesquisas do Google (Google Forms) divulgado e distribuído pelas redes sociais, buscando analisar a percepção dos turistas em relação aos fatores restritivos ao turismo e aos riscos ao seu bem-estar, integridade física e vida.

Realizamos reuniões com o professor-orientador, com o bolsista PIBIC/CNPq e membros do grupo de pesquisa DISTURB, por meio do aplicativo de comunicação coletiva Google Meet e definimos buscar alcançar os demais objetivos previstos:

- Construir e disponibilizar acervo com as principais referências bibliográficas encontradas sobre os temas relacionados aos fatores restritivos para o turismo.

Para isto, foi feito um levantamento em repositórios de artigos científicos, como as bases SCOPUS, SPELL, Google Scholar e Microsoft Academic, buscando artigos a

partir dos termos de busca “turismo e risco”; “turismo e fatores restritivos”; “turismo e medo”; “turismo e segurança”. Tais termos foram traduzidos para o inglês e espanhol, ampliando a origem dos periódicos científicos e respectivos artigos e autores/pesquisadores.

Definimos também outro objetivo, balizado na identificação das principais ocorrências policiais na cidade do Rio de Janeiro, expressando as localidades mais seguras e menos seguras. E comparar com as localidades que concentram a oferta turística da cidade, buscando indicar os enclaves de segurança e turismo do Rio de Janeiro. Para isso, estamos buscando junto ao Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro as informações relativas às ocorrências policiais na cidade. Também estamos analisando o inventário da oferta turística do Rio de Janeiro, para identificar a concentração da oferta turística na cidade. A intenção como produto final seria um mapa identificando lugares mais seguros e inseguros e a identificação da concentração da oferta.

CONCLUSÕES:

Foram encontrados centenas de artigos a partir dos termos destacados (“turismo e risco”; “turismo e fatores restritivos”; “turismo e medo”; Turismo e segurança”). Os resumos continuam sendo analisados, assim como suas palavras-chave, para

confirmar se os artigos se vinculam aos objetivos do trabalho. Obtivemos junto ao ISP-RJ dados relativos às ocorrências policiais e estamos analisando os mesmos, visando definir as regiões que oferecem maior e menor segurança.

Os resultados preliminares indicam temor significativo dos respondentes em relação à violência, sobretudo a criminalidade, terrorismo e guerras. Foram encontrados artigos científicos que estão sendo analisados e categorizados, buscando atender um dos objetivos e contribuir com as pesquisas que envolvem a temática sobre fatores restritivos para o turismo, sobretudo aqueles voltados à segurança, a partir dos riscos à integridade física e à vida.

Os dados relativos às ocorrências policiais na cidade do Rio de Janeiro ainda estão sendo obtidos e analisados, não havendo, portanto, resultados preliminares que se expressem como conclusões, mas provavelmente já será possível apresentar os resultados durante o seminário PIBIC 2021.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à PROPPi e ao CNPq por propiciarem o edital e recursos para realização (mesmo que parcial, por causa

da covid-19) deste projeto de pesquisa. Agradecemos aos alunos que fazem parte do Grupo de pesquisa Disturb por participarem ativamente desta pesquisa. Agradecemos aos turistas, Agentes de Viagem e Professores que auxiliaram este projeto, respondendo às perguntas solicitadas.





Ciências Sociais Aplicadas

A dupla condenação da mulher no cárcere: dos tribunais à sociedade

Maria Eduarda Lopes Almeida e Taiguara Libano Soares e Souza

Departamento de Direito da Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO:

A partir do momento em que se inicia a estruturação do corpo social, aprofunda-se a ideia de que o modelo patriarcal é o mais adequado para reger a sociedade. A mulher, por suas características biológicas, sempre viveu a imposição de papéis restritos a ela, a fim de que não interferisse na construção da sociedade e de suas regras. Nesse sentido, ocorreu a divisão entre os espaços e os gêneros: enquanto ao homem cabia o espaço público, à mulher restava privado. Dessa forma, formou-se um espaço que supervaloriza as figuras masculinas e marginaliza as femininas.

Em que pese a manutenção da herança patriarcal na sociedade brasileira, no que tange às mulheres encarceradas, o machismo sobreposto a elas se assemelha a uma versão da misoginia medieval. É possível perceber, assim, uma naturalização da violação dos direitos das mulheres, enquanto elas passam parte de suas vidas engolidas pelo sistema punitivo estatal, que busca cada vez mais o castigo em vez da ressocialização e reeducação.

Assim, a presente pesquisa apresenta uma análise dos efeitos diferenciados do machismo

que incide sobre as mulheres privadas de liberdade no Brasil, especificamente na cidade de Volta Redonda/RJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa abrangeu o total de 20 processos, distribuídos à Comarca de Volta Redonda nos meses de agosto de 2020 até abril de 2021.

Em relação aos processos analisados, é possível perceber que a grande maioria (75%) não se trata de delitos com emprego de violência. As mulheres cometiam principalmente delitos relacionados ao tráfico de drogas, sendo que tais tipos penais configuraram 55% dos processos analisados.

Ao se analisar as decisões proferidas nas Audiências de Custódia, chegou-se ao seguinte resultado: 40% das prisões em flagrantes foram convertidas em prisões preventivas, enquanto 60% das mulheres conseguiram a liberdade provisória com medidas alternativas.

Em relação à maternidade das acusadas, 45% possuíam filhos, enquanto 55% não eram mães. A partir de tal dado, 63% dos filhos eram menores de 12 anos, 33% eram maiores e 4% estavam grávidas na época dos fatos.

Por sua vez, ao tratar da questão da reincidência, a maioria das rés eram primárias,

sendo apenas 15% das mulheres analisadas reincidentes. Ademais, 55% estavam sendo acusadas sozinhas, enquanto as demais estavam sendo processadas com outras pessoas.

Em relação à cor das mulheres, os resultados foram os seguintes: 35% eram brancas, 35% eram pardas e 30% pretas, configurando uma maioria não-branca.

Ademais, ao combinar os índices de escolaridade, profissão e domicílio, foi possível inferir que, de acordo com os dados revisados, ocorre o fenômeno da criminalização da pobreza. É perceptível que as mulheres acusadas são principalmente provenientes de estratos sociais baixos.

Ainda, nenhuma das mulheres analisadas eram casadas, sendo 74% solteiras, 11% companheiras, 5% divorciadas, 5% viúvas, enquanto o restante foi ignorado no processo.

Por fim, a faixa etária das mulheres analisadas foi a seguinte: 10% possuíam de 18 a 21 anos, 35% possuíam de 22 a 30, 40% possuíam de 31 a 40 e o restante possuía de 41 a 50 anos de idade.

CONCLUSÕES:

A partir do que foi exposto, a pesquisa concluiu que o Direito reflete os ideais vigentes na sociedade. O cárcere sempre foi pensado como um local masculino, criado por e para homens, sendo residualmente voltado para as mulheres criminalizadas.

Outrossim, a mulher privada de liberdade sofre os efeitos do fardo de ter rompido com a lógica patriarcal, que impõe a ela o papel doméstico. Com isso, ao ser criminalizada, a mulher é condenada a partir da perspectiva penal e da

social. Desse modo, marginaliza-se mais ainda a mulher encarcerada, uma vez que o Estado não observa suas necessidades e viola seus direitos, e a sociedade não se mobiliza a fim de reivindicar justiça para tais pessoas.

Por fim, após o advento do Estado Neoliberal, a diminuição de políticas públicas gera o superencarceramento seletivo, legitimado por políticas de controle de criminalidade e baseando-se em grupos socialmente marginalizados para construir a ideia de um inimigo. O Direito torna-se cada vez mais um instrumento necessário para a manutenção da posição de inferioridade social de certos grupos, inclusive da mulher e principalmente da mulher negra.

Por fim, a tese proposta foi confirmada, uma vez que as mulheres analisadas, são, em sua maioria, pretas ou pardas e compõem classes sociais mais baixas. O que se percebe, por fim, é que a mulher, que sempre protagonizou um papel social inferior e controlado, ao ser criminalizada encontra um sistema penal que a discrimina e não observa seus direitos.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a meus pais, Rosa e Eduardo, por sempre terem acreditado em mim, mesmo quando nem eu tinha fé. Agradeço a minha avó, Abigail, por todo o carinho e apoio.

Agradeço ao meu orientador, Taiguara Libano, e o Grupo Direito no Cárcere, por terem me auxiliado a criar um saber jurídico crítico.

Agradeço aos meus melhores amigos, Amanda e Eduardo, por estarem ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço às minhas amigas, Sophia, Giulia e Laura, por aguentarem comigo toda a jornada pela UFF.

Agradeço aos meus chefes e amigos, Edson e Pedro, por toda a bagagem jurídica que formei no escritório.

Agradeço à Maya, bem como ao meu querido Romeu. Agradeço a Charlotte, minha eterna estrelinha.

Por fim, mas por óbvio não menos importante, agradeço ao meu amor, Lisa, por ser meu farol quando falta luz.

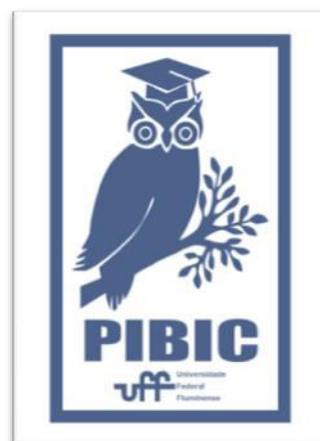


Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Serviço Social em tempos de educação neoliberal-flexível: um estudo da formação profissional nas Universidades Públicas do estado do Rio de Janeiro

Autores: Priscila Keiko C. Sakurada e João Pedro de Alencar

Almeida

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social, Escola de Serviço Social

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa visa identificar como se constitui a formação profissional nas Unidades de Formação Acadêmica do Rio de Janeiro. Partindo da hipótese de que a formação profissional em Serviço Social não pode ser entendida sem considerar os determinantes sócio-históricos do modo de produção e reprodução capitalista, o nosso objetivo foi identificar como as Unidades de Formação Acadêmicas Públicas e presencial do estado do Rio de Janeiro desenvolvem o processo de formação profissional em Serviço Social e como os elementos estruturantes impactavam diretamente nestes cursos. Para alcançar os objetivos do projeto foi utilizado o método de análise crítico-dialético, de metodologia quali e quantitativo, com análise da organização acadêmica, levantamento e estudo de bibliografias e documentos governamentais e de organismos internacionais sobre as temáticas: formação profissional, educação superior e universidade. Foram analisadas as informações

disponíveis nos sítios eletrônicos dos cursos e Universidades, bem como os dados cadastrados nos sistemas vinculados ao Ministério da Educação (MEC). Após tratamento dos dados, pudemos observar que os cursos são criados a partir de determinados marcos temporais e que, a manutenção dos cursos tem sido atingida diretamente pelos cortes de recursos e sucateamento das Universidades Públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

As análises da pesquisa foram centradas nos cursos de Serviço Social das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, campus Niterói, Rio das Ostras e Campos dos Goytacazes.

Para que pudéssemos entender como estes cursos se organizam, realizamos pesquisas na base de dados do e-Mec, onde é possível localizar as informações administrativas de

funcionamento dos cursos. A partir dos dados sobre quantidade de vagas autorizadas, data da criação do curso, situação atual e registros de ocorrências, pudemos verificar que todos os cursos se encontram ativos e regulares. Ao cruzar estas informações com as produções bibliográficas da área que tratam sobre o surgimento e desenvolvimento da profissão, pudemos observar que os cursos vão se constituir em tempos históricos que são determinantes nas relações sociais capitalistas no país e que incidem diretamente na profissão. Dos 7 (sete) cursos, 3 (três) são criados acompanhando as exigências na divisão social e técnica do trabalho nas relações sociais capitalistas brasileiras por um profissional de ensino superior técnico especializado em Serviço Social: UFF Niterói, UFRJ, UERJ. O curso da UFF Campos de Goytacazes vai surgir dentro do processo de renovação do Serviço Social no período ditatorial, acompanhando as demandas burocráticas e de gerenciamento das políticas sociais no Brasil. Já os cursos da UFF Rio das Ostras e Unirio são criados a partir das demandas combinadas dos organismos internacionais por formação de mão de obra de ensino superior para os países da América Latina e Caribe e contrarreforma da educação superior (LIMA, 2007; SAKURADA, 2018; LEHER, 2018). Isso porque, ambos são criados a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Especificamente o curso da UFRRJ, criação do curso se deu pelo fato da UFRRJ ser a única Instituição de Ensino Superior pública do Rio de Janeiro que ainda não possuía curso de Graduação em Serviço

Social, sendo a demanda por esta formação atendida em parte pelas IES privadas e/ou outra uma Universidade Pública que oferta o curso, bem como se constituir como possibilidade de oferta de um ensino superior público e presencial naquela região.

Estes dados também foram cruciais para que pudéssemos buscar outras informações de acesso público nos sítios eletrônicos dos cursos para entendermos melhor a organização acadêmico-pedagógica de cada curso.

Além disso, realizamos reuniões de discussão e estudos na Plataforma Google Meet junto com os demais integrantes do Grupo de Ensino e Pesquisa em Educação e Serviço Social (GEPESS) sobre como se constituía a Universidade Pública no Brasil, bem como os desafios para o processo formativo em Serviço Social. Estas discussões conduziram na organização de uma roda de conversa dentro da agenda de atividades em comemoração ao dia do Assistente Social da Escola de Serviço Social.

CONCLUSÕES:

A partir dos levantamentos realizados, pudemos perceber que as implicações do projeto neoliberal-flexível no processo formativo do Serviço Social não podem ser entendidas como descolados das dinâmicas e estruturas das disputas de projetos de educação que se fazem presentes no país.

E que, para que possamos analisar em que medida se expressam as disputas de projetos profissionais é necessário entendermos como os cursos são organizados e como os

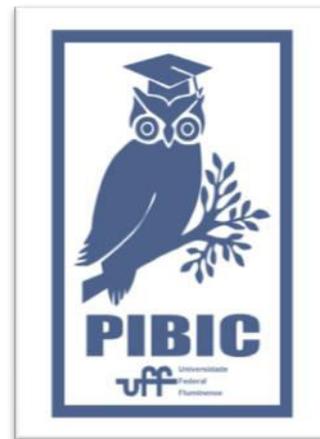
elementos de gerenciamento, financiamento e avaliação do MEC, bem como a organização acadêmico-administrativa e pedagógica das Universidades incidem diretamente na estruturação e manutenção dos cursos.

Estes elementos ficaram explicitados quando analisamos os dados acerca dos cursos da Unirio, UFF Niterói e UFRRJ.

Por fim, entendendo que a realidade é dinâmica e que, portanto, as condições que possibilitam a defesa e/ou disputa de projetos dependem também de como as Universidades Públicas vão se estruturar e manter, diante do cenário de cortes de verbas e ataques à autonomia universitária, pensar e propor ações concretas a defesa do projeto crítico se faz cada vez mais necessário ao Serviço Social.

AGRADECIMENTOS:

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal Fluminense, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Serviço Social (GPESS).





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: O atendimento às demandas em acessibilidade na política urbana municipal

Autores: Lívia Babo Teixeira (bolsista) e Sergio Rodrigues Bahia (orientador)

Departamento de Urbanismo – TUR/ Laboratório de Estudos do Patrimônio – LEP/ Escola de Arquitetura e Urbanismo – TCA

INTRODUÇÃO:

A presente pesquisa tem como objetivo estudar como vem sendo abordada a temática da acessibilidade nas políticas urbanas municipais. Em sua fase inicial (2018) investigou os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente (2019), sua continuidade focou-se no município de Niterói. Na fase atual foram estudados com mais ênfase os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Para melhor contextualizar a RMRJ, estudou-se seu histórico de formação, legislações e composições adotadas, organizando as informações em uma linha do tempo. Os 22 municípios que atualmente compõem a RMRJ são: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Desse ponto, foi reunido o material obtido nas pesquisas desenvolvidas anteriormente, e definido o método para o levantamento de mais

informações. Na etapa seguinte da pesquisa, foi feita uma busca por palavras-chaves definidas previamente em cada documento legal selecionado visando destacar os trechos que tratam de acessibilidade e direito das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esse material foi organizado em pastas específicas para cada município e, posteriormente, reunido em documento como registro dos resultados da pesquisa.

Ao final, todas as informações encontradas foram sistematizadas em tabela do Excel, com intuito de esclarecer a situação atual de cada município. Tal sistematização permitiu quantificar alguns dados em gráficos e, com isso, apresentar um panorama geral da RMRJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Através dos gráficos gerados foi possível analisar a situação em que se encontra a RMRJ no tocante à incorporação da acessibilidade nas políticas urbanas.

Em relação à Administração Pública Municipal, averiguou-se o resultado das eleições

para Prefeito em 2020 e 2016, com intuito de identificar se houve uma continuidade político-partidária na gestão dos Municípios, e se esses possuem alguma pasta na estrutura do Poder Executivo especificamente voltada para a acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Os resultados mostraram que parte expressiva deles possui uma comissão permanente que trata do assunto, o que é importante na produção de leis que levem em conta os direitos dessa parcela da população. No entanto, somente seis dos 22 municípios da RMRJ possuem uma secretaria ou órgão municipal específico, podendo dificultar a execução das diretrizes legisladas.

No que se refere ao Plano Diretor, obteve-se um panorama positivo onde 18 dos 22 municípios mencionam o tema em sua minuta. Por outro lado, concluiu-se que muitos planos se encontram desatualizados, visto que o Estatuto da Cidade determina que os municípios realizem uma revisão a cada 10 anos. Já averiguando a existência de Planos de Mobilidade Urbana (PMU) nos municípios, percebemos que apenas metade dos municípios da RMRJ possuem ou estão produzindo um PMU, mesmo com o prazo para sua elaboração estipulado pela Política Nacional de Mobilidade Urbana já vencido.

No tocante à Lei Orgânica Municipal, grande parte foram elaboradas na década de 1990, mas sofreram atualizações ao longo do tempo que, por conseguinte, evidenciou um cenário muito positivo, com 100% dos municípios apresentando proposições relativas ao tema. Em se tratando do Código de Obras e

Edificações, o cenário é diferente, onde muitos municípios estão com esses instrumentos desatualizados e não citam a temática da acessibilidade.

Quanto às atitudes tomadas em prol da melhoria da acessibilidade urbana, tem-se o “Manual de Calçadas Acessíveis” como importante instrumento para orientar os munícipes e profissionais de projeto na execução dos passeios públicos. Apesar de grande parte dos municípios integrar o programa de produção do Manual Técnico, mais da metade dos municípios não sabe se concluíram ou se apenas não disponibilizaram o caderno na web.

CONCLUSÕES:

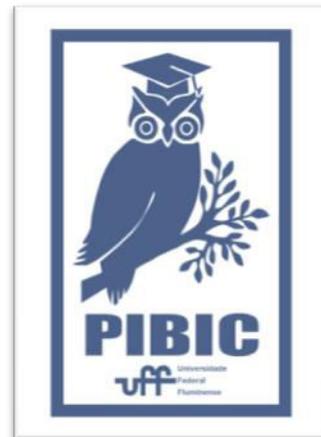
Percebemos a complexidade de estudar a RMRJ e a necessidade de analisar seus municípios de maneira integrada.

A partir dos estudos desenvolvidos, foi possível notar a importância da criação de órgãos que tratem especificamente da acessibilidade dentro da estrutura administrativa dos municípios. É também eminente a necessidade de atualização das legislações, incluindo diretrizes mais claras e efetivas, e não somente assistencialistas, que de fato garantam maior autonomia às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Ademais, o PMU que se apresenta como instrumento relevante para circulação de pessoas na escala municipal e metropolitana,

ainda não foi elaborado por muitos municípios e o “Manual de Calçadas Acessíveis”, que se constata como ferramenta importante para a construção de passeios que respeitem as normas de acessibilidade, não são de fácil acesso para todos os municípios.

Assim, pode-se concluir que a história da construção de um espaço urbano acessível nos municípios até agora estudados é relativamente recente e, por isso, vem se buscando ainda uma adaptação desse espaço aos padrões exigidos nas leis e normas que tratam do assunto, através de processos e ações que ainda necessitam de uma discussão maior por parte das administrações, incluindo os personagens de maior interesse – as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida – e conscientizando a população para que haja reconhecimento da importância do tema em questão.





Ciências Sociais Aplicadas

O INVISÍVEL EM FOCO NA NITERÓI PÓS PANDEMIA: AÇÕES SOLIDÁRIAS, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS

Pamella Luiza Ventura (Bolsista PIBIC); Fernanda Sánchez (Orientadora); Co-orientação: Paula Laiber (Bolsista FAPERJ TCT-5); Colaboração: Camila Gavazzi (IC).

TUR/EAU/GPDU

INTRODUÇÃO:

A pesquisa busca identificar iniciativas urbanas para enfrentamento da Covid-19 em áreas de favelas. O objetivo do estudo é tornar visíveis as ações solidárias nesses territórios. Tomamos como caso de estudo a favela da Providência, no Rio de Janeiro e o morro do Vital Brazil em Niterói. O problema da pesquisa está na identificação de iniciativas de base comunitária ou de políticas públicas desenvolvidas nessas áreas. Indaga-se acerca da presença de experiências que podem ou não ser localizadas no campo do planejamento insurgente.

A perspectiva teórico-metodológica a partir da qual os casos são analisados, e os passos e ferramentas para realização da pesquisa são os seguintes:

1. Avaliação da existência de “espaços inventados”;
2. Verificação da existência de “espaços convidados” (Miraftab 2009, 2016);
3. Observação de publicações em redes sociais acerca das ações promovidas pelas organizações comunitárias;

4. Identificação de sujeitos que representam esses coletivos de ação nesses espaços, e a realização de entrevistas;

5. Análise comparativa das experiências e avaliação de resultados, à luz da teoria e matriz do planejamento insurgente (Oliveira et al, 2020).

O ano zero da pandemia, 2020, expôs uma série de fragilidades urbanas, tendo agudizado desigualdades sociais, especialmente nas cidades localizadas no Sul Global (Roy, Rolnik, 2019). A equação que evidencia essas desigualdades surge com a necessidade de soluções emergenciais para o combate da disseminação do vírus; somada à precariedade urbana e à vulnerabilidade socioeconômica à qual essa população já vem sendo submetida há décadas. A necessidade de uma renda para se manter sobrevivendo a esse período de incertezas e abandono se apresenta, entre outras, tendo motivado ações de enfrentamento nos dois casos estudados. Os governos e coalizões de poder, de orientação neoliberal, atuam seletivamente nos territórios, por meio de operações urbanas. Nessa atuação, algumas

parcelas são tornadas luminosas, enquanto outras são invisibilizadas.

Diante dessa conjuntura adversa e desigual, movimentos sociais locais somados a moradores se unem em ações de planejamento, preenchendo esse vácuo deixado pela falta de políticas públicas.

A exemplo, o movimento de auxílio de cestas básicas e de material de higiene, feito pelo MLB (Movimento de Luta nos Bairros) no Vital Brazil e algumas comunidades adjacentes, e o comitê de emergência S.O.S. Providência, com ações como *Um gás para as Mulheres*, *Pias do bem* e *Morador Monitor* (Cruz et al, 2021). Esse movimento de ações também é protagonizado por ativistas culturais que, com histórica inserção na favela, conseguem pensar soluções rápidas e eficazes mesmo em áreas que imaginávamos distantes de sua atuação, como a saúde pública. Tais atores tomam para si a saúde pública, como forma de dar acesso ao conhecimento para sua população, com práticas coletivas de resistência e re-existência sócio territorial contra uma ordem política que lhes nega os meios de enfrentar a crise sanitária.

Dessa maneira, práticas urbanísticas que invertem a lógica do fazer urbano e soluções dadas por moradores e sujeitos locais, criam, na medida do possível, melhoria da qualidade de vida naquele espaço. A capacidade de resposta rápida da população à pandemia se deve à realização de uma já contínua organização e engajamento da mesma. Ali está o poder de criação da comunidade – coletivos que, historicamente, se reinventaram para resistir às restrições impostas, inventando espaços de

ação (Miraftab 2009, 2016). Nos dois casos de estudo, é possível identificar:

No Morro da Providência, o Projeto *Pias do Bem*, promoveu a instalação de pias, mobiliário urbano com a finalidade de levar o acesso básico à água aos moradores. O Projeto *Morador Monitor*: em que moradores prestam assistência (com base num censo local), a possíveis moradores infectados com o Coronavírus para serem testados e encaminhados para receber os cuidados necessários. No Morro Vital Brazil, destacamos importantes iniciativas do coletivo MLB, voltadas para a subsistência em tempos de crise: distribuição de cestas básicas, material de higiene e apoio aos moradores para requerer auxílios emergenciais do poder público. Contudo, não foi possível identificar iniciativas de urbanismo comunitário de infraestrutura ou mobiliário de instalações sanitárias.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

- O estudo comparado permitiu identificar, nos dois casos analisados, a presença de “espaços inventados” pelas iniciativas de base comunitária, diante da ausência de políticas públicas nas favelas em foco neste estudo;
- Os sujeitos das ações comunitárias buscam se mover e enfrentar a crise transitando entre os espaços inventados e os institucionais a fim de criar um saber circulatório que vá envolver as instituições, a exemplo, o coletivo S.O.S Providência, que se inscreveu e obteve sucesso no edital público da FIOCRUZ para apoio a iniciativas comunitárias de combate à COVID-19;

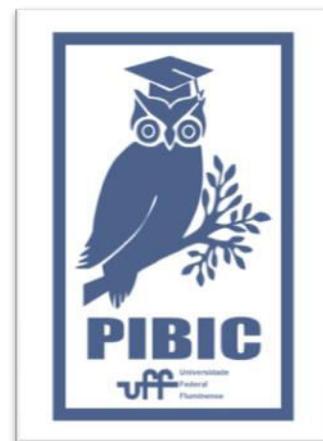
CONCLUSÕES:

Nos dois casos, o estudo comparado permite destacar a importância da ação dos coletivos de base territorial, em comunidades e favelas, diante da omissão e ausência de políticas públicas duradouras e eficazes, para o enfrentamento da desigualdade sócio territorial, aprofundada pela crise sanitária da pandemia COVID19.

Observamos que os coletivos do Morro da Providência se mostram mais organizados frente ao vazio de políticas públicas, esses coletivos de ação já vivenciaram outros tipos de ações: as ameaças e mudanças impostas com a chegada dos Megaeventos Esportivos e pela operação urbana consorciada. Em Niterói, a pesquisa conclui que, mesmo sem operações urbanas na área da favela, os movimentos sociais, como o MLB, buscam desenvolver ações emergenciais para enfrentamento da desigualdade e da invisibilização, contudo, mais voltados para a subsistência, e assim, dar prosseguimento às ações que buscam garantir acesso a direitos básicos de segurança e salubridade.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a EAU-GPDU-UFF, à professora Fernanda Sánchez, ao contato com os projetos desenvolvidos nas comunidades estudadas nessa pesquisa e ao CNPq pela oportunidade.





Ciências Sociais Aplicadas
SERVIÇO SOCIAL E CONSELHOS GESTORES
Débora Nacarati e Prof.ª Dra. Ebe Campinha

Escola de Serviço Social - Campus Gragoatá

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão teve por objetivo analisar as particularidades do trabalho dos/as assistentes sociais junto aos Conselhos Gestores no Brasil num contexto de grandes mudanças trazidas pelo ideário neoliberal, pela reestruturação produtiva, pela financeirização e contrarreforma do Estado, que vem impactando na efetivação das políticas sociais como direito.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, através da consulta dos artigos publicados nos ENPESS XII em 2010; XIII em 2012; XIV em 2014; XV em 2016 e o XVI em 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cada encontro teve em média 1 mil trabalhos aprovados e publicados em seus Anais e mesmo estando em mídia digital, foi necessário abrir o arquivo de cada trabalho para ver o título e realizar a leitura do resumo/introdução, procurando selecionar aqueles que tratavam do tema objeto de nossa pesquisa, totalizando 5255 publicações e destas foram descartadas 5243 por não contemplarem o objeto da pesquisa, restando 12.

Sobre a *inserção do Serviço Social nos Conselhos Gestores* verificamos que as/os assistentes sociais dentro dos Conselhos realizam a função de conselheiras/os (governamentais e não governamentais) e de assessoras/es (prestando tanto assessoria interna como externa).

Quanto às demandas *às/aos assistentes sociais nos Conselhos Gestores*, identificamos que a maioria dos artigos que encontramos não fazem essa abordagem e os que discutem o tema apenas passam superficialmente por ele. Apesar disso, conseguimos identificar as seguintes demandas: compreender e combater as razões que levam à evasão escolar; assessorar e mobilizar a participação junto aos usuários; organizar o espaço físico das reuniões, desenvolver pautas, elaborar atas e oficinas; atuar na capacitação de conselheiras/os, entre outras.

No que se refere *às atribuições e competências profissionais*, verificamos novas competências postas aos assistentes sociais nos Conselhos Gestores, que vão exigir respostas qualificadas e em consonância com o Projeto Ético-Político profissional. São atividades principalmente de assessoria/consultoria previstas na Lei de Regulamentação da Profissão e demandadas pelos conselhos, como a formulação e monitoramento de políticas públicas; a capacitação de conselheiros; a elaboração de planos setoriais ou temáticos; o acompanhamento e avaliação de programas e projetos.

Em se tratando do *referencial teórico* das produções, todos os textos selecionados utilizam de uma abordagem crítica referenciada na tradição marxista. Identificamos a recorrência no uso das categorias *política social*,

participação, controle social e cultura política utilizadas nas análises do trabalho de assistentes sociais nos Conselhos Gestores, vistos como espaços democráticos, permeado de contradições e de interesses em disputa.

Muitos são os *desafios enfrentados pelas/os assistentes sociais nos espaços dos Conselhos*, sendo os principais: a não liberação do horário de trabalho para cumprir os compromissos do Conselho; falta de participação das/os profissionais de base; falta de remuneração pela participação no Conselho; acúmulo de atividades do Conselho com as do emprego diário; conciliar a vida profissional, pessoal e atividade política; falta de conhecimento de algumas/alguns profissionais acerca da amplitude de sua ação no Conselho e nas demandas coletivas; atribuição de assessoria limitada a uma prática de secretariamento, o que não corresponde às atribuições do Serviço Social; dificuldade e necessidade de sistematização das ações nessa área; a cultura política que privilegia demandas individuais, cooptação e política partidária, entre outros.

Em relação a *efetivação do Projeto Ético Político profissional* pelas/os assistentes sociais, se identificou as contradições e tensões nessa direção, que esbarra na cultura política de traços conservadores e clientelistas dentro destes espaços; além da condição de assalariamento, com baixos salários, contratos precários, trazendo limites a autonomia relativa dos/das assistentes sociais, o que vem desestimulando e enfraquecendo a participação política nestes espaços.

No que se refere ao *perfil profissional* das/os assistentes sociais inseridos nos Conselhos, observamos que, no geral, os artigos não fazem referência a dados que nos possibilitem definir um perfil.

CONCLUSÕES

Os resultados encontrados com a realização da pesquisa, mostram que a temática Conselhos Gestores veio ao longo dos anos sendo pautada nos ENPESS, mas com poucas produções que analisaram o trabalho do

Serviço Social nesses espaços.

As publicações que discutem o tema totalizam em média menos de 2% dos trabalhos de cada Encontro, sendo que o XII ENPESS não apresenta nenhuma publicação.

Dentre estas, destacam-se a dimensão pedagógica do Serviço Social no fortalecimento da participação dos usuários e representantes da sociedade civil, bem como na formação de conselheiros/as através de cursos de capacitação vinculados a projetos de extensão de universidades, entre outros.

AGRADECIMENTOS

À Professora Ebe Campinha pela oportunidade de participar da pesquisa e a PROPPI UFF pelo apoio e concessão da bolsa de iniciação científica através do PIBIC.





Ciências Sociais Aplicadas

**MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO POPULAR E
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Laura Brandão Martins; Jacqueline Aline Botelho Lima

**Escola de Serviço Social/Departamento de Serviço Social - UFF
– Niterói**

INTRODUÇÃO:

A luta pelo direito à terra possui uma larga história no Brasil, tendo como protagonistas negros e negras escravizados, indígenas, e, na atualidade, povos e comunidades tradicionais. A dominação colonialista sobre as terras brasileiras ultrapassa o período de escravização negra, sendo histórica a resistência da população do campo, em sua heterogeneidade, por acesso à terra. A fim de compreendermos a conjuntura atual e sabermos os caminhos que devemos traçar e concretizar, precisamos resgatar a história, pois como Eduardo Galeano aponta em seu livro “As veias abertas da América Latina”, a história é como um profeta que tem o seu olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, irá anunciar o que será¹.

Os movimentos sociais cumprem um papel extremamente importante contra o avanço do agronegócio, que afeta o uso social das terras, a saúde da população, a economia e a soberania popular. Além disso, os movimentos sociais lutam pela reforma agrária, por condições de emprego e por educação do campo, para que jovens não precisem migrar do

campo para a cidade em busca de formação e emprego. A manutenção da marca da suspensão da reforma agrária no governo atual é demonstrada com a militarização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e através da gestão da bancada ruralista nas políticas de reforma agrária. Além disso, os impactos da pecuária intensiva integrada, os problemas ambientais, podem levar ao surgimento de pandemias, bem como estamos vivenciando a da COVID-19, quando muitos pesquisadores relacionam seu surgimento ao desbalanceamento da Saúde Única (ONE HEALTH), que configura no equilíbrio entre a saúde humana, saúde animal e saúde ambiental².

No capitalismo, as escolas refletem as contradições em sociedade, reproduzindo assim as desigualdades sociais, opressões étnico-raciais, de identidade de gênero, diversidade sexual e a exploração de classe. A educação no meio rural vive uma situação muito crítica, tendo em vista que o campo vem sendo desqualificado e esvaziado como espaço para implementação de políticas públicas⁴. Nesse sentido, a educação *do* campo apresenta-se como um projeto alternativo dos movimentos camponeses ao modelo hegemônico de educação *no* campo,

tomando como referências, para os currículos e práticas pedagógicas, a cultura e o trabalho da população do campo. Tal projeto de educação do campo vem sofrendo fortes ataques do Estado.

A presente pesquisa analisa na realidade educacional do campo, o protagonismo dos movimentos sociais, a política educacional, o trabalho, a questão agrária, a questão racial e de gênero em assentamentos e quilombos do estado do Rio de Janeiro. Ainda, consideramos em nossas análises a história que ainda não foi reparada sobre povos e comunidades que tiveram suas terras e cultura roubados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com o conjunto de retrocesso corroborados por esse governo - que reitera a EC95/16 e aprofunda outras medidas de contrarreformas, tomadas como estratégicas e necessárias para o capital superar sua crise, com promoção da ampliação da face neoconservadora e fascista da sociedade brasileira, contando com ampla base popular (conquistada na estratégia das eleições de 2018) sustentada pelas igrejas neopentecostais - torna-se um desafio para os movimentos sociais articularem reação, quando a ordem da direita ultraliberal é reduzir o valor da força de trabalho, com corte de direitos como educação e saúde e promover o controle armado sobre os territórios.

Cabe aos coletivos organizados em defesa da educação identificar as experiências

populares em curso e as possibilidades de unidade nas lutas em defesa da escola pública. O potencial da educação do campo, na unidade das lutas em defesa da escola pública, está organizado centralmente em três eixos: a) ênfase no trabalho, na cultura e no movimento social como princípios educativos, organizadores do trabalho, em consonância com o princípio de gestão democrática da escola; b) relação trabalho e educação sob a perspectiva da formação politécnica; c) Defesa da reforma agrária como uma luta de todos os trabalhadores, essencial para o desenvolvimento social dos territórios.

CONCLUSÕES:

Torna-se cada vez mais urgente pensarmos as contribuições dos movimentos sociais para a consolidação de projetos democráticos de reivindicação por uma escola verdadeiramente pública. Os movimentos sociais têm emprestado às lutas por educação um sentido político e transformador, ao vincular o debate do direito à escola à luta por direitos humanos mais elementares, associados ao direito à vida digna para seus filhos e filhas. Revisitemos a história para pensarmos de forma coletiva alternativas para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. GALEANO, Eduardo. *As Veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

2. HU, Ben et al. Characteristics of SARS-CoV-2 and COVID-19. Nature Reviews Microbiology, p. 1- 14, 2020.

3. GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. Trabalho e dominação no capitalismo monopolista: um esboço de sistematização. Revista de Administração de Empresas, v. 26, n. 4, p. 5-17, 1986.

4. ABREU, Carolina de Cássia Ribeiro de; MARTINEZ, Silvia Alicia. Memória em movimento: a construção de um projeto de uma escola do campo. Vértices, v.6, n. 2 pg. 39 a 55. CEFET Campos dos Goytacazes. maio/ago 2004.

AGRADECIMENTOS:





Ciências Sociais Aplicadas

Assistência Social e Sistema Penal no capitalismo dependente brasileiro

Ester Fonseca da Silva

Departamento de Serviço Social de Niterói

Introdução:

O projeto traz como foco central a relação entre repressão e assistência historicamente configurada nas ações de enfrentamento à questão social no Brasil. Partiu-se da hipótese de que tal articulação orgânica entre a repressão à classe trabalhadora e as formas assistenciais conservadoras parecem constituir um eixo estruturante das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro atualizada a partir do recente agravamento da crise do capital após 2008, quando se acentua o avanço do conservadorismo no campo assistencial e ações mais punitivistas na política penal, as quais vem sendo conjugadas com outras práticas que atentam contra os direitos humanos, além da expropriação de direitos e ajuste fiscal permanente, aprofundando contornos mais autocráticos do Estado brasileiro na gestão da crise.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre assistência social e a política penal no contexto recente, pós-crise 2008 no Brasil, na década de 2009 a 2019. Contexto em que se verifica um avanço do conservadorismo e aumento das ações punitivas (com grande crescimento da área penal). Para isso, buscamos observar: os

recursos investidos/gastos em ambas as áreas; número absoluto de público-alvo atendido (observando seu recorte por raça, gênero e território); mudanças das tendências gerais das políticas no que se refere à gestão e marco legal.

Esta é pesquisa teórica, qualitativa que teve como objetivo uma análise comparativa entre duas políticas e previu como procedimentos metodológicos revisão bibliográfica e pesquisa documental.

Resultados e discussões:

Na política de Assistência Social: Com os dados observamos uma redução do número de beneficiários nos programas PBC e PBF nos últimos anos, porém há indicações que a demanda pelos serviços permanece alta, pois há fila crescente no Bolsa Família e mudanças recentes das regras do BPC indicam que foram no sentido de restringir e burocratizar o acesso, principalmente considerando o público alvo – idosos e deficientes.

O uso crescente de sistemas informatizados se mostrou como tendência, constituindo novas formas de vigilância e controle dos usuários a serviço da construção de critérios mais focalistas de menor elegibilidade da população,

reiterando um padrão cada vez mais minimalista de acesso a bens e serviços assistenciais.

A Assistência Social demonstra uma tendência de manter a focalização como recurso, e mesmo com um baixo percentual de gasto em relação ao total de gasto público social, apresenta uma cobertura massificada demandando uma gestão institucional complexa para a gestão centralizada da população trabalhadora que compõe seu universo de beneficiárias/os, para identificação, controle, acompanhamento.

Na rede socioassistencial, há déficit indicado, e mesmo assim há uma tendência de aprofundamento do desfinanciamento da rede e dos serviços, demonstrando a urgência da revogação da EC95, que impede qualquer saída mais estruturante.

Na política criminal: Com os dados foi possível observar um crescimento contínuo da população carcerária no período estudado, bem como um incremento do financiamento e dos gastos com a segurança pública, tendo uma variação nas fontes de financiamento a partir de 2014, com alterações nas regras de funcionamento dos fundos e mais recentemente com a criação do Sistema Único de Segurança Pública em 2018. Diferentemente da Assistência Social, a política criminal não apresentou uma queda no público atendido. Porém, tal ampliação de cobertura ao invés de significar mais proteção social mostra uma face mais punitiva e violenta do Estado.

Conclusões:

O que observamos é que as mudanças quantitativas são também qualitativas, com alterações que vão além da ampliação da cobertura ou do incremento ou diminuição do

gasto. No que se refere à Assistência Social, muda tanto a matriz de proteção social como no que se refere à reorganização da lógica assistencial, com a construção de toda uma institucionalidade (leis, normativas, resoluções, tipificação de serviços) além de novas bases operacionais (sistemas de informação, estruturas organizacionais, mecanismos de gestão, etc.)

A violência de Estado nunca atingiu e nem atinge a todos da mesma forma, há uma discriminação de raça, classe e gênero. As políticas criminais têm um papel crucial, pois validam a seleção de quem deve ou não ser criminalizado, ou ter uma pena mais ou menos grave, legitimando socialmente a construção de estereótipos que fixam características negativas à população trabalhadora pauperizada, negra, sexualizada fora do padrão cis heteronormativo. Essa condição, junto a outros fatores historicamente determinados de ordem econômica, política e da subjetividade, constituem o que Silvio de Almeida conceitua como racismo estrutural, uma condição em que o Estado brasileiro mesmo funcionando na sua normalidade - sob governos conservadores ou progressistas, em momentos de crescimento econômico ou de crise, com ou sem liberdades e garantias democráticas instituídas -, tende a reproduzir, na sua própria estrutura jurídico-política, a desigualdade racial.

Há uma superpopulação relativa histórica e estrutural dentro da própria dimensão dependente do nosso capitalismo. Essas pessoas se inserem de forma irregular em atividades precarizadas e informais do capitalismo, especialmente nos ciclos de

circulação mais elementar da moeda entre os próprios trabalhadores. São os camelôs, as babás, manicures, domésticas, traficantes do varejo de drogas, catadores, pedreiros e serventes autônomos, prostitutas, biscateiros, etc., ou seja, uma grande massa que vive destituída da categoria econômica de salário e que a ideologia neoliberal vigente insiste em chamar de “microempreendedores individuais”, mas que, contraditoriamente, formam a base da classe trabalhadora brasileira.

É justamente sobre este grupo que incide mais fortemente o problema da guerra às drogas, da “Tolerância Zero” e onde os estão estabelecidos os principais grupos de varejo delas, justamente as vítimas da violência de Estado e superencarceramento.

Agradecimentos:

Agradeço a Prof.^a Ana Paula Mauriel pela oportunidade de participar da pesquisa e também a UFF e CNPQ pelo apoio via concessão da bolsa que permitiu que o processo da atividade de iniciação científica.



Ciências Sociais e Aplicadas

**PROCESSO DE FASCISTIZAÇÃO DO ESTADO NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: BREVE ANÁLISE DO GOVERNO
BOLSONARO**

Douglas Ribeiro Barboza e Ana Carolina Sampaio Ferreira

**Departamento de Serviço Social de Niterói/ Escola de Serviço
Social/ Universidade Federal Fluminense**

INTRODUÇÃO:

A partir da perspectiva do método do materialismo histórico, a pesquisa, de caráter exploratório e com abordagem qualitativa, teve o processo de análise de dados realizado através da revisão bibliográfica e análise documental, em produções voltadas para o tema do Estado, da formação social Brasileira, do fascismo, e dos processos políticos contemporâneos. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o fascismo em suas experiências “clássicas”, elaborando chaves de análises que tornassem possível compreender as mediações históricas sob as quais ele vem se reconstruindo no atual cenário político brasileiro e como passa a servir de subsídio para o avanço das estratégias ultraliberais. Atrelado a isso, realizou-se uma busca no Portal da Legislação para identificar as principais propostas construídas pelo atual governo brasileiro que causaram impacto direto na vida da classe trabalhadora.

Sob as marcas do capitalismo dependente e alimentada pela manutenção de elementos oligárquicos, autárquicos e senhoriais em sua conformação, a democracia que se construiu de forma superficial em nosso terreno abriu portas para a formatação, no cenário atual, de um processo de fascistização do Estado

brasileiro. A atual conjuntura no Brasil é marcada por crises política, social e econômica, atreladas a um governo que se constrói a partir da violência para atender os objetivos do mercado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Caracterizando-se como um movimento político de cunho conservador, chauvinista, antidemocrático, antissocialista e antioperário, o fascismo “se dissimula por meio de uma fantasia modernizadora, moderada por uma ideologia pragmática radical, utilizando-se de crenças estapafúrdias atreladas aos posicionamentos racionalistas-formais de tipo manipulatório” (KONDER, 2009, p. 53).

Ao pensarmos a escalada autocrática aprofundada após o golpe de 2016 no Brasil e a elevação a um novo patamar do processo de criminalização dos movimentos sociais e populares, percebemos que a extrema-direita consegue assumir o Planalto nas eleições de 2018 para aplicar o programa ultraliberal com Bolsonaro e Paulo Guedes, “sob a vestimenta do fundamentalismo religioso cristão, uma pauta sócio-cultural-educacional moralista, com a disseminação de práticas punitivistas, de ataques aos direitos humanos, de discursos

racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos; e se valendo de uma forte manipulação da informação e de um culto ao negacionismo histórico e ao desprezo a qualquer pensamento científico e progressista” (BARBOZA; ANDRADE, 2020, p.322). Esse período de reordenamento do Estado Brasileiro se apresenta com claros traços de fascistização. Através de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis e outros subterfúgios administrativos, aprofunda-se a reconfiguração do formato constitucional e institucional do Executivo que se molda através de um aparelhamento do conjunto do Estado, resolvendo os problemas nacionais através da violência política, “onde os órgãos de controle, de informação, de repressão e de violência estatal estão submetidos à retomada das práticas de mando ditatoriais” (FONTES, 2019, n/p.).

Para compreendermos a maneira como o ataque à classe trabalhadora tem revelado seu caráter ávido, analisamos 1107 decretos, publicados de 1 de janeiro 2019 até 11 de agosto de 2021, assim como as 193 Medidas Provisórias, as 5 Propostas de Emendas Constitucionais promulgadas e os 48 Projetos de Leis construídos no mesmo período. Percebemos que o radicalismo ultraliberal potencializou a destruição das políticas e programas sociais voltados para as demandas populares e a aniquilação de direitos trabalhistas, além das já parcas restrições à depredação do meio ambiente. Paralelo a isto, percebe-se a intensificação da perspectiva repressiva baseada no reforço material, institucional e ideológico da violência policial

como principal mecanismo de controle dos conflitos político e social, além do reforço do processo de militarização tutelar sobre o governo.

CONCLUSÕES:

Compreende-se que o Brasil está passando por uma crise econômica, política e social que tem ganhado grandes proporções. Enquanto os direitos sociais são devorados pelo Estado, a liberdade econômica proposta pelo ultraliberal suga as entranhas da classe trabalhadora com condições de vida e de trabalho cada vez mais precarizadas. Baseado na argumentação anticomunista e de solução para a crise, Bolsonaro intensifica a militarização e a fascistização do Estado como forma de manutenção da “Lei e da Ordem”, ao mesmo tempo que semeia a desumanização nas relações sociais, precariza as condições de trabalho, desregulariza a economia e degrada as condições mínimas de existência da população.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao CNPQ por proporcionar a bolsa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOZA, D. R., ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO J. (Orgs.). *Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora.*

Uberlândia, Navegando Publicações, 2020, p.
FONTES, V. O profascismo – arranjo
institucional e policialização da existência.
Revista eletrônica Marxismo 21, 2019.
Disponível em: . Acesso em: 18 dez 2020.
KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. 2ª
ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

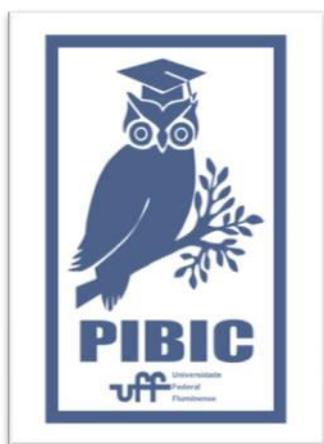


Imagem 1: Imagem PIBIC



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA E AS FAKES NEWS ACENTUADAS PELOS MOVIMENTOS ANTIVACINA NO YOUTUBE

FERNANDO DUMARD DA GAMA

THAIANE OLIVEIRA

ESTUDOS DE MÍDIA/INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL/LABORATÓRIO DE

INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO:

O tema em questão possui o propósito de destacar pautas relacionadas aos movimentos antivacina e suas vertentes, focando na desinformação que circula nas mídias sociais e o envolvimento de conflitos de interesse na atual pandemia de Covid-19, intensificando uma infodemia.

Além disso, o trabalho envolveu pesquisas quanto ao crescimento dos movimentos anticência e o enquadramento da pandemia de Coronavírus no que diz respeito à desconfiança populacional na indústria farmacêutica e em suas vacinas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Com os dados coletados durante a metodologia foi possível obter como resultado a apresentação de um seminário abordando a questão dos movimentos antivacina e sua repercussão no YouTube. Foi possível observar que teorias da conspiração no que diz respeito à indústria farmacêutica estão em constante crescimento e

discussão, paralelamente ao avanço da pandemia em diversas nações.

A segurança e eficácia das vacinas ainda é uma dúvida para muitas pessoas, que desconfiam muitas vezes do país que as produziram e as rejeitam em virtude do local onde foram desenvolvidas. De 2019 para 2020, houve também um salto na procura pela medicina alternativa e liberdade individual, como o automedicamento para uma suposta prevenção à contaminação do vírus Sars-CoV-2.

Outro resultado importante foi a averiguação dos meios de comunicação nos quais ocorre a desinformação, e apesar de muitos pensarem que a internet é o único lugar responsável por isso, o campo televisivo e canais de rádio são algumas brechas para propagação de fake news.

CONCLUSÕES:

Os objetivos iniciais foram alcançados, e com a realização das pesquisas e desenvolvimento de apresentações, é possível concluir que há cada vez mais uma amplificação no discurso antivacina em virtude muitas vezes da

propagação de notícias falsas geradas pela desinformação.

Os conflitos de interesse gerados por governantes que não possuem opiniões convergentes são ampliados e acaba tendo como consequência prejuízos na economia, desenfreado compartilhamento de fake news, crescimento da descrença na vacinação por parte dos cidadãos e aumento da crise sanitária por falta de políticas públicas.

AGRADECIMENTOS:

Ao corpo docente do CIEP 449 - Colégio Estadual Governador Leonel de Moura Brizola Intercultural Brasil-França, que desempenha um papel fundamental na trajetória de nós, alunos bolsistas.

Ao coordenador dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na minha escola, Alberto Lazzaroni, por manter sempre tamanha competência e disponibilidade em auxiliar cada aluno sempre que preciso.

Ao grupo de pesquisa do CiteLab, pelo apoio e troca de experiências.

E a PROPPI, pela oportunidade dada a mim e a tantos outros bolsistas de ter a experiência de uma Iniciação Científica durante o ensino médio em uma conceituada universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos. Salvador: Edufba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043>. Acesso em: 26 jul. 2021.

OLIVEIRA, Thaianne. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. Revista Fronteiras estudos midiáticos, 2020. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.03>. Acesso em: 27 de nov. de 2020.

SOARES, Felipe & RECUERO, Raquel & VOLCAN, Taiane & FAGUNDES, Giane & SODRÉ, Giéle. (2021). Desinformação sobre o Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. Ciência da Informação em Revista.



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS DO LABORATÓRIO DE PESQUISA, PRODUÇÃO E ANÁLISE DA IMAGEM (L'IMAGE)

MILLENA EIRIM ARAÚJO (BOLSISTA)/PROF^a KARLA GODOY (ORIENTADORA)

TURISMO/FTH/PROAES/L'IMAGE

INTRODUÇÃO:

O presente projeto visa à criação e à edição de conteúdo (imagens e vídeos) para elaboração de produtos audiovisuais, bem como à continuidade de estudos teóricos e metodológicos e ao prosseguimento de oficinas de metodologias de análise da imagem – itens que atendem às exigências da prestação de contas do projeto de implantação do Laboratório de Pesquisa, Produção e Análise da Imagem (L'Image), aprovado no Edital Universal 01/2016 do CNPq – Faixa B, que surgiu da necessidade de se desenvolverem novas abordagens metodológicas de investigação ligadas aos estudos da imagem, principalmente em resposta à dinâmica relação entre Turismo e Cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A primeira etapa da pesquisa se concentrou nos estudos teóricos e metodológicos, com a constante realização de revisão bibliográfica que fundamenta os estudos da imagem, originando reflexões, debates e produção de conhecimento. Utilizaram-se métodos como a bibliometria, que possibilita o levantamento e a seleção de artigos científicos a serem lidos nos encontros de estudos, bem como a análise de textos oriundos da literatura produzida por reconhecidos

autores. Foi adotado o estudo bibliométrico, de natureza quantitativa e qualitativa, com pesquisa em cinco bases de dados nacionais e internacionais, a fim de se verificar periódicos, publicações e autores que tivessem se utilizado de metodologias de análise da imagem em suas produções na área de turismo, museologia e patrimônio cultural. As bases selecionadas foram Web of Science, Scopus, Scielo, Spell, Publicações em Turismo, em razão de sua variedade de filtros. As palavras-chave adotadas para buscas nas bases de dados seguem indicações de tesouros de alguns periódicos das áreas, indexadores existentes nas próprias bases e termos já adotados em nossos estudos e pesquisas anteriores. Foi observado o recorte temporal de 2013 a 2020, definido como intervalo de produção mais atual.

Figura 1 – Tabulação dos dados

CRITÉRIOS DE BUSCA NAS BASES						
Palavras-chave: Análise da Imagem, Metodologia de Análise da Imagem, Cinema, Fotografia, Semiótica, Análise de Conteúdo, Fototecnologia/Antropologia Visual, Arqueologia, Memória Social e Imagética						
Filtro 01 - período: de 2013 a 2020;						
Filtro 02 - idiomas: português, inglês e espanhol.						
Heurística	Total	Scielo	Web of Science	Scopus	Spell	Publicações em Turismo
Artigos	14030	848	6560	3875	93	2654
Duplicatas	2069	387	30	71	36	1545
A serem filtradas	11961	461	6330	3804	57	1109
Filtragem: leitura inspeccional						
Rejeitados	11822	445	6496	3732	56	1073
APROVADOS	139	16	34	52	1	36
Filtragem: leitura analítica						
Rejeitados Abertos	99	10	16	17	0	16
SELECIONADOS Abertos	52	6	10	14	1	21
Fechados	30	0	8	22	0	0

Fonte: material próprio do L'Image

Destaca-se, ainda, que, para filtrar periódicos, adotou-se o software de gestão de dados Mendeley, e, para realizar a exportação dos resultados, construiu-se um banco de dados, cuja matriz foi elaborada no programa Excel.

A segunda etapa foi a produção de oficinas de metodologias visuais, ministradas por diferentes especialistas, abrangendo diversos campos da análise da imagem e das técnicas visuais. Adotou-se o formato remoto como solução alternativa às restrições físicas impostas pela pandemia de Covid-19.

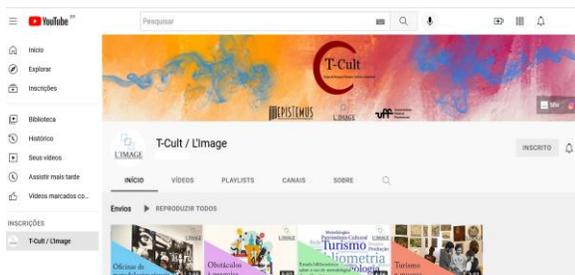
Figura 2 – Oficinas



Fonte: material próprio do L'Image

A terceira etapa consistiu na elaboração de material audiovisual, organização das imagens e textos para os vídeos e documentários disponibilizados nas mídias sociais do L'Image, a exemplo do site (www.limage.uff.br), do Canal no YouTube e da Rede Social Instagram.

Figura 3 – Canal no YouTube



Fonte: <https://www.youtube.com>

O site do L'Image, de domínio da Universidade Federal Fluminense, tem como proposta a publicação e a divulgação das atividades realizadas pelo Laboratório, além da apresentação dos resultados de pesquisa dos projetos desenvolvidos. Entre as produções publicadas estão as oficinas temáticas, material visual (fotos) e audiovisual (vídeos) produzidos e utilizados pelos membros do Grupo, e as publicações realizadas, como artigos científicos, resumos, capítulos de livro, monografias e dissertações.

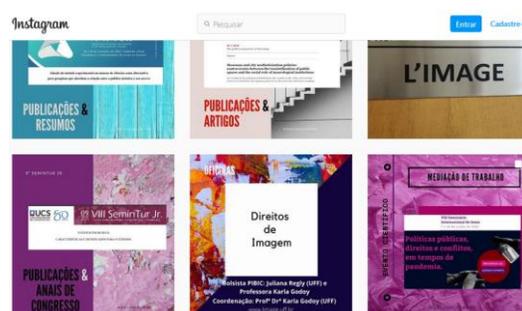
Figura 4 – Site do L'Image



Fonte: www.limage.uff.br

Outras produções, como a criação, organização e publicação do perfil do L'Image no Instagram, levam em consideração o fato de que a referida mídia social é um meio de gerar visibilidade aos projetos, divulgando as pesquisas, produções, atividades e eventos realizados, e de oportunizar a ampliação de informações, debates e resultados para a comunidade acadêmica.

Figura 5 – Publicações no Instagram



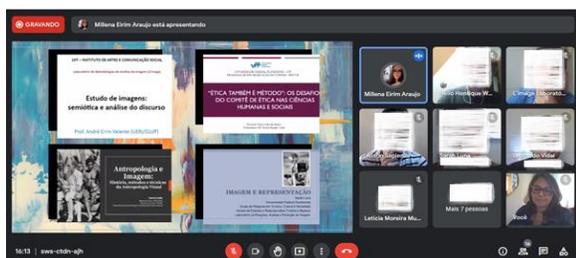
Fonte: <https://www.instagram.com/limageuff/>

CONCLUSÕES:

Embora a Universidade Federal Fluminense esteja funcionando de forma remota, devido à pandemia de Covid-19, o L'Image mantém sua estrutura física em perfeitas condições.

Contudo o Laboratório precisou adaptar suas atividades presenciais. As reuniões e oficinas estão ocorrendo por intermédio do Google Meet.

Figura 6 – Encontros remotos



Fonte: material próprio do L'Image

Assim, mantiveram-se o cronograma de atividades do projeto de pesquisa e o desenvolvimento do plano de trabalho da bolsista.

Foi criado o plano de produção de conteúdo das mídias sociais do L'Image, produzidos artigos científicos e apresentadas pesquisas e estudos acerca de temáticas ligadas ao campo da imagem.

Figura 7 – Artigos



Fonte: material próprio do L'Image

Um dos obstáculos superados na pandemia foi a interação com outros grupos de pesquisa e a participação em eventos científicos nacionais e internacionais. Embora a pandemia dificulte o contato presencial, estão ocorrendo intercâmbios acadêmicos de alta relevância, por meio de encontros *on-line*.

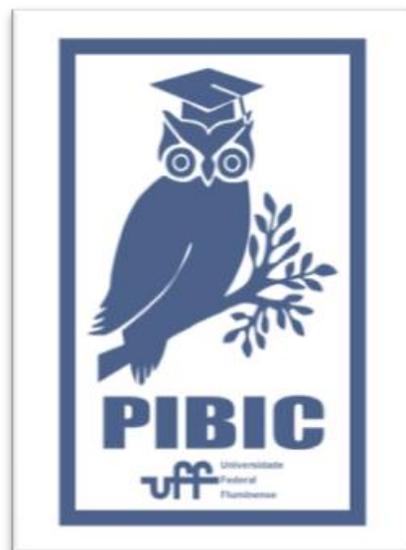
Figura 8 – Encontros entre grupos



Fonte: material próprio do L'Image

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, à PROPPI, à PROAES, aos integrantes do L'Image e à professora orientadora e coordenadora do projeto, Prof.^a Karla Godoy, pela orientação e carinho em todo o meu processo de iniciação científica.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
ENSINO JURÍDICO E REPRODUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS
DE GÊNERO
DRA. FERNANDA ANDRADE ALMEIDA
SUZANA MARTINEZ SCHUMACKER
DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ (MDI/ICM)

INTRODUÇÃO:

O presente estudo tem por escopo a análise do campo jurídico, com o propósito de compreender como estereótipos de gênero são por ele reproduzidos. Para tanto, buscou-se investigar quais aspectos priorizam determinados agentes – e seus discursos -, de modo a conservar desigualdades.

Partindo da premissa que no processo de aprendizagem há a interiorização de práticas e convicções, a pesquisa volta sua atenção para as consequências de um modelo engessado de ensinar, onde as visões multiculturais são renegadas em prol de uma educação dita universal (hooks, 2017). Mas que, na realidade, refletem, somente, a perspectiva dos que se acomodam no pináculo da hierarquia social.

Desse modo, objetiva-se identificar por quais meios o ensino jurídico contribui para a reprodução de estereótipos de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A disparidade de gênero na hierarquia jurídica perpassou toda a história das instituições de Direito e continua a ser reproduzida. Isso fica

evidente quando se observa a predominância de um perfil específico em posições de relevância nesse campo, qual seja, o do homem, branco e heterossexual.

Não por acaso, as faculdades oficiais superiores de Direito, criadas em 1827, só permitiram a entrada de mulheres em 1901, por meio do Decreto n. 3.890, em seu art. 121. Desse modo, percebe-se que foram necessárias décadas para que o direito de frequentar o ambiente acadêmico jurídico fosse conquistado pelas mulheres, ainda que, como previa o artigo supracitado, em salas de aula separadas. Ademais, é preciso salientar que o acesso ainda restringia-se a um recorte de classe e raça. Logo, é notória que essa possibilidade de ser admitida na faculdade não correspondeu à democratização desse espaço. Da mesma forma, essa abertura, não acompanhada de mudanças estruturais, fez com que as instituições continuassem a reproduzir o mesmo viés patriarcal.

Outrossim, a graduação em Direito usa o modelo conferencionista de aula, no qual os alunos são meras figuras passivas no aprendizado, e apenas o professor configura-se

como o difusor do conhecimento. À vista disso, a assimetria entre mulheres e homens pode ser perpetuada “através de uma experiência passiva na aula, e por meio de uma atitude passiva em relação ao conteúdo do sistema jurídico” (KENNEDY, 2000, p. 122). Assim, os agentes de relevância desse campo possuem legitimidade para ensinar um Direito que reflete um único ideário, fruto de experiências daquele grupo em particular, de modo a levar o discente a acreditar em uma educação dita universal e neutra.

Na contramão desse caráter conservador dos cursos jurídicos, surge a Resolução nº. 9/2004, a qual institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em direito e dá outras providências. Ela expressa a necessidade de assegurar ao estudante uma formação calcada no pensamento crítico, da mesma forma que aponta a relevância de uma postura reflexiva e atenta aos elementos humanísticos imprescindíveis à prática do Direito.

No entanto, temáticas de gênero são explicitamente mencionadas apenas na Resolução nº 5 de 2018. Essa normatização incluiu pela primeira vez, em seu artigo 2º § 4º, a temática de políticas de gênero e relações étnico-raciais no projeto pedagógico do curso. Portanto, essa previsão se mostra significativamente importante, dado que as desigualdades se disseminam tanto pelo ato ativo da fala, mas também tacitamente, quando as instituições de ensino se abstêm de abordá-las em seus quadros de aula.

CONCLUSÕES:

O curso de Direito no Brasil, desde a sua instituição, não estava voltado para as demandas das mulheres. Sendo assim, não só foram preservadas muitas das estruturas patriarcais de poder, como estas também foram reproduzidas e propagadas por meio de profissionais disciplinados conforme uma cultura jurídica tida como neutra.

Com efeito, fica evidente a fragilidade do caráter crítico no ensino, mesmo frente a normatizações como a Resolução nº. 9/2004 que, embora mencione a importância da aprendizagem comprometida com o olhar reflexivo, não elenca orientações explícitas de como isso poderia ser aplicado ao currículo do curso.

Quanto à Resolução nº 5 de 2018, é preciso, mormente, evidenciar sua recente elaboração, de modo que ainda não se podem observar os eventuais efeitos decorrentes dela. Ademais, a Resolução, inicialmente, fixava prazo de até dois anos para que a adequação fosse introduzida ao curso. Todavia, foi homologado, em agosto de 2020, o Parecer CNE/CES nº: 498, o qual adiciona 1 (um) ano ao prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901.** Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº: 498, de 06/08/2020.** Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais

(DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2.ed, 2017.

KENNEDY, Duncan. La educacion legal como preparacion para la jerarquia. In: COURTIS, Christian (Comp.). **Desde outra mirada.** Buenos Aires: Eudeba, 2000.

